



RELATÓRIO GERENCIAL

1º TRIMESTRE DE 2019



CONSELHO DELIBERATIVO

Carlos Hermínio de Aguiar Oliveira – Titular (Presidente)
Pablo de Oliveira Costa – Suplente

Antônio Carlos Pontes de Carvalho – Titular
Nair Emi Iwakiri – Suplente

Amaro Gomes Pedrosa Neto – Titular
Nair Emi Iwakiri – Suplente

Maurício Pietro da Rocha – Titular
Luiz Fernando Salgueiro dos Santos – Suplente

Demétrios Pascoal de Almeida Rocha - Titular
Dilmam Ribeiro da Silva – Suplente

Cícero Aldemi Leôncio de Sousa – Titular

CONSELHO FISCAL

Lindomar Leitão de Assis – Titular (Presidente)
Jorge Menezes Vidal – Suplente

José Ribamar Cantanhede – Titular
João Jaques Ramos Madureira – Suplente

Heverton Perdigão Lucas da Costa Souza – Titular
Daniel Pereira Costa – Suplente

Rodolfo Carlos Carletto Bernardo – Titular
José Carlos Diniz – Suplente

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Geraldo Dayrell - Diretor-Superintendente
Sérgio Paulo de Miranda - Diretor de Benefícios
Marcos André Prandi - Diretor de Finanças

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Diretorias de Benefícios/Administração e de Investimentos

SUMÁRIO

1	DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS EMPREGADOS ATENDIDOS E NÃO-ATENDIDOS	11
2	COMPORTAMENTO ECONÓMICO E VARIÁVEIS MACROECONÓMICAS	14
2.1	ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:	14
2.1.1	Cenário Económico	14
2.1.2	Economia Mundial:	16
2.1.3	Perspectivas para 2019:	17
2.1.4	Variáveis Macroeconómicas Internas	18
2.1.4.1	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC	18
2.1.4.2	TAXAS DE INFLAÇÃO	19
2.1.4.3	TAXA REAL DE JUROS – 2019	19
2.1.4.4	TAXA DE CÂMBIO	20
2.1.4.5	INDICADORES FINANCEIROS – 2019	21
2.2	MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITALIS:	21
2.2.1	Renda Fixa	21
2.2.2	Renda Variável	22
2.2.2.1	ANÁLISE DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES – FIA'S – ALOCADOS	22
2.2.3	Segmento de Investimentos Estruturados	27
2.2.3.1	ENERGIA PCH - FIP / PROJETO JURUENA	27
2.2.3.2	GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTISTRATÉGIA	28
2.2.3.3	FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - SAGA SNAKE	28
2.2.4	Segmento Imobiliário	29
2.2.4.1	EMPREENHIMENTO FERNANDEZ PLAZA - SALVADOR - BA	29
2.2.5	Ativo Total Consolidado sob Gestão da SÃO FRANCISCO	29
3	DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA	30
4	PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD	32
4.1	PREVIDENCIAL	32
4.1.1	Receitas Previdenciárias	32
4.1.2	Despesas Previdenciárias	33
4.2	INVESTIMENTO	34
4.2.1	Performance do Plano I – BD – Descontada da Meta Atuarial	34
4.2.2	Enquadramento – Política de Investimento	34
4.2.3	Rentabilidade	35
4.2.4	Detalhamento por Segmento	37
4.2.4.1	RENDA FIXA	37
4.2.4.2	ESTRUTURADO	38
4.2.4.3	IMOBILIÁRIO	39
4.2.4.4	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES – EMPRÉSTIMOS	40
4.2.5	Controle de Avaliação de Riscos	42
4.2.6	Operações Cursadas no Exercício de 2019:	43
4.2.7	<i>Duration</i> do Plano	43
4.2.8	Acompanhamento Orçamentário:	44
4.3	CONTÁBIL	47
4.3.1	Notas Explicativas	48
4.3.1.1	COMPOSIÇÃO DO ATIVO	48
4.3.1.1.1	Gestão Previdencial	48
4.3.1.1.2	Gestão Administrativa	49
4.3.1.1.3	Gestão de Investimentos	49
4.3.1.2	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO	50

4.3.1.2.1	<i>Gestão Previdencial</i>	50
4.3.1.2.2	<i>Gestão dos Investimentos</i>	50
4.3.1.2.3	<i>Exigível Contingencial</i>	50
4.3.1.2.4	<i>Patrimônio Social</i>	50
4.3.1.2.5	<i>Fundos</i>	51
4.3.1.2.6	<i>Fato Relevante</i>	53
5	PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV	55
5.1	PREVIDENCIAL	55
5.1.1	Receitas Previdenciárias.....	55
5.1.2	Despesas Previdenciárias.....	55
5.2	INVESTIMENTO	56
5.2.1	Performance do CODEPREV - Descontada da Taxa Indicativa	56
5.2.2	Enquadramento – Política de Investimento.....	57
5.2.3	Detalhamento por Segmento	59
5.2.3.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	60
5.2.3.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL.....	60
5.2.3.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.....	60
5.2.4	Controle de Avaliação de Riscos	60
5.2.5	Operações Cursadas	60
5.2.6	Duration.....	61
5.2.7	Acompanhamento Orçamentário	61
5.3	CONTÁBIL	63
5.3.1	Notas Explicativas.....	64
5.3.1.1	COMPOSIÇÃO DO ATIVO.....	64
5.3.1.1.1	<i>Gestão Previdencial</i>	64
5.3.1.1.2	<i>Gestão Administrativa</i>	64
5.3.1.1.3	<i>Gestão de Investimentos</i>	64
5.3.1.2	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO.....	65
5.3.1.2.1	<i>Gestão Previdencial</i>	65
5.3.1.2.2	<i>Gestão dos Investimentos</i>	65
5.3.1.2.3	<i>Patrimônio Social</i>	66
5.3.1.2.4	<i>Fundos</i>	66
6	PLANO DE BENEFÍCIOS III – SALDADO	69
6.1	RECEITAS	69
6.1.1	Dívida Codevasf.....	69
6.1.2	Dívida Fundação São Francisco	69
6.2	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	69
6.3	INVESTIMENTO	70
6.3.1	Performance do Plano III/B Saldado – Descontada da Meta Atuarial	70
6.3.2	Enquadramento.....	71
6.3.2.1	POLÍTICA DE INVESTIMENTO	71
6.3.3	Rentabilidade	71
6.3.4	Detalhamento por Segmento	73
6.3.4.1	RENDA FIXA.....	73
6.3.4.2	RENDA VARIÁVEL	73
6.3.4.3	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	74
6.3.4.4	IMOBILIÁRIO	74
6.3.4.5	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES – EMPRÉSTIMOS	75

6.3.5	Controle de Avaliação de Riscos	75
6.3.6	<i>Duration</i> do Plano	76
6.3.7	Acompanhamento Orçamentário	77
6.4	CONTÁBIL	79
6.4.1	Notas Explicativas	80
6.4.1.1	COMPOSIÇÃO DO ATIVO.....	80
6.4.1.1.1	<i>Gestão Previdencial</i>	80
6.4.1.1.2	<i>Gestão Administrativa</i>	80
6.4.1.1.3	<i>Gestão de Investimentos</i>	80
6.4.1.2	COMPOSIÇÃO DO PASSIVO.....	81
6.4.1.2.1	<i>Gestão Previdencial</i>	81
6.4.1.2.2	<i>Gestão de Investimentos</i>	81
6.4.1.2.3	<i>Exigível Contingencial</i>	81
6.4.1.2.4	<i>Patrimônio Social</i>	81
6.4.1.2.5	<i>Fundos</i>	82
6.4.2	Fato Relevante:.....	83
7	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	85
7.1	ADMINISTRAÇÃO	85
7.1.1	Aspectos Gerais da Gestão	85
7.1.1.1	RECEITAS	85
7.1.1.2	DESPESAS	86
7.1.1.2.1	<i>Limites e Acompanhamento</i>	86
7.1.1.2.2	<i>Medidas de Otimização dos Recursos Destinados às Despesas Administrativas</i>	86
7.1.1.3	CUSTEIO	87
7.1.1.4	FUNDO ADMINISTRATIVO	87
7.1.1.5	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO.....	88
7.2	INVESTIMENTO	89
7.2.1	Enquadramento.....	89
7.2.2	Rentabilidade	90
7.2.2.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	90
7.2.2.2	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	90
7.2.3	Controle de Avaliação de Riscos	91
7.2.4	Operações Cursadas	91
7.2.5	<i>Duration</i>	92
7.2.6	Acompanhamento Orçamentário	92
7.3	CONTÁBIL	93
7.3.1	Enquadramento.....	93
7.3.2	Notas Explicativas	95
7.3.2.1	ATIVO REALIZÁVEL.....	95
7.3.2.1.1	<i>Gestão Administrativa</i>	95
7.3.2.1.2	<i>Gestão de Investimentos</i>	96
7.3.2.2	EXIGÍVEL OPERACIONAL	96
7.3.2.2.1	<i>Gestão Administrativa</i>	96
7.3.2.3	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL.....	96
7.3.2.3.1	<i>Gestão Administrativa</i>	96
7.3.3	Programação Orçamentária	97
7.3.3.1	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA:.....	97
7.3.3.1.1	<i>Consolidado Geral Sintético, em Moeda Constante de Março de 2019:</i>	97

7.3.3.1.2	<i>Resultado Consolidado, em Moeda Corrente, por Gestão:</i>	100
7.3.3.1.3	<i>Despesas Administrativas por Centro de Custo:</i>	101
7.3.3.1.4	<i>Orçado X Realizado Administrativo, Sintético por Plano:</i>	104
7.3.3.1.5	<i>Resultado da Política de Investimentos do PGA, por Plano de Benefício:</i>	105
7.3.3.1.6	<i>Indicadores Projetados para o Ano (Base Dados do 1º Trimestre):</i>	106
7.3.3.2	ORÇADO E REALIZADO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS:	107
7.3.3.2.1	<i>Consolidado Geral Sintético, em Moeda Constante de Março de 2019:</i>	107
7.3.3.2.2	<i>Plano de Benefício Definido I - BD:</i>	107
7.3.3.2.3	<i>Codeprev:</i>	108
7.3.3.2.4	<i>Benefício Saldado:</i>	108

LISTA DE FIGURAS

<u>FIGURA 1.</u>	<u>PARTICIPANTES ATIVOS</u>	11
<u>FIGURA 2.</u>	<u>DISTRIBUIÇÃO POR SUPERINTENDÊNCIA</u>	11
<u>FIGURA 3.</u>	<u>PARTICIPANTES ASSISTIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS</u>	12
<u>FIGURA 4.</u>	<u>DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR UF</u>	13
<u>FIGURA 5.</u>	<u>EMPREGADOS SEM PLANOS DE BENEFÍCIOS POR SR</u>	13

LISTA DE GRÁFICOS

FIGURA 1.	PARTICIPANTES ATIVOS	11
FIGURA 2.	DISTRIBUIÇÃO POR SUPERINTENDÊNCIA	11
FIGURA 3.	PARTICIPANTES ASSISTIDOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS	12
FIGURA 4.	DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR UF	13
FIGURA 5.	EMPREGADOS SEM PLANOS DE BENEFÍCIOS POR SR	13
GRÁFICO 1.	ÍNDICE DE INTENÇÃO DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA - FONTE: CNI	15
GRÁFICO 2.	TAXA DE DESEMPREGO X QUANTIDADE DE DESEMPREGADOS	16
GRÁFICO 3.	COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB - % - 2012 / 2020	16
GRÁFICO 4.	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC - PERÍODO 2018 X 2019	18
GRÁFICO 5.	ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS	19
GRÁFICO 6.	TAXA REAL DE JUROS - 2019	20
GRÁFICO 7.	COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2018 X MARÇO DE 2019	20
GRÁFICO 8.	DISPERÇÃO RISCO X RETORNO MAIO 2014 A MARÇO 2019	23
GRÁFICO 9.	DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL	23
GRÁFICO 10.	TRACKING ERROR X RETORNO - MAIO/2014 A DEZEMBRO/2018	24
GRÁFICO 11.	DESEMPENHO DOS FIA'S - SAGA E MAPFRE SF - MAIO/2014 A MARÇO DE 2019	26
GRÁFICO 12.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - ENERGIA PCH / FIP - MARÇO DE 2019	27
GRÁFICO 13.	EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL	29
GRÁFICO 14.	PATRONAL X ASSISTIDOS	32
GRÁFICO 15.	PATRONAL X ATIVOS	32
GRÁFICO 16.	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	33
GRÁFICO 17.	DESPESAS POR BENEFÍCIOS NO TRIMESTRE	33
GRÁFICO 18.	DESEMPENHO ACUMULADO	34
GRÁFICO 19.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	35
GRÁFICO 20.	RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	36
GRÁFICO 21.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA FIXA	37
GRÁFICO 22.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO ESTRUTURADO	38
GRÁFICO 23.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO IMOBILIÁRIO	39

GRÁFICO 24. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – EMPRÉSTIMOS	41
GRÁFICO 25. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO	41
GRÁFICO 26. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE	42
GRÁFICO 27. EVOLUÇÃO DA DURATION	44
GRÁFICO 28. PATRONAL X PARTICIPANTE	55
GRÁFICO 29. RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA	57
GRÁFICO 30. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	58
GRÁFICO 31. EVOLUÇÃO DA DURATION	61
GRÁFICO 32. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA	67
GRÁFICO 33. DESEMPENHO ACUMULADO	70
GRÁFICO 34. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	71
GRÁFICO 35. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	72
GRÁFICO 36. EVOLUÇÃO DO DURATION	76
GRÁFICO 37. RECURSOS RECEBIDOS	85
GRÁFICO 38. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS	85
GRÁFICO 39. DESPESAS REALIZADAS	86
GRÁFICO 40. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA	87
GRÁFICO 41. PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS	87
GRÁFICO 42. ENQUADRAMENTO LEGAL	90
GRÁFICO 43. RENTABILIDADE POR SEGMENTO	91
GRÁFICO 44. EVOLUÇÃO DA DURATION	92
GRÁFICO 45. RECEITA X DESPESA	99
GRÁFICO 46. RECEITAS ADMINISTRATIVAS	99
GRÁFICO 47. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	100

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	30
QUADRO 2. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – MARÇO/2019	31
QUADRO 3. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	31
QUADRO 4. BALANÇO PATRIMONIAL	47
QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	47
QUADRO 6. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	48
QUADRO 7. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	48
QUADRO 8. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	49
QUADRO 9. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	52
QUADRO 10. BALANÇO PATRIMONIAL	63
QUADRO 11. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	63
QUADRO 12. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	63
QUADRO 13. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	64
QUADRO 14. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	64
QUADRO 15. VARIAÇÃO ACUMULADA	66
QUADRO 16. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	68
QUADRO 17. BALANÇO PATRIMONIAL	79
QUADRO 18. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	79
QUADRO 19. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO	79
QUADRO 20. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	80
QUADRO 21. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS	80
QUADRO 22. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	83
QUADRO 23. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO	87
QUADRO 24. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	88

QUADRO 25. BALANÇO PATRIMONIAL	93
QUADRO 26. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO – CONSOLIDADO	93
QUADRO 27. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB I – BD (FECHADO) ...	94
QUADRO 28. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO – PB II – CODEPREV	94
QUADRO 29. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO – PB III – SALDADO	95
QUADRO 30. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	96
QUADRO 31. REALIZADOS COMPARADOS AO MESMO PERÍODO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.	98
QUADRO 32. GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIAL	101
QUADRO 33. GESTÃO ADMINISTRATIVA DE INVESTIMENTOS	101
QUADRO 34. PLANO DE BENEFÍCIO I	104
QUADRO 35. CODEPREV	105
QUADRO 36. BENEFÍCIO SALDADO	105
QUADRO 37. PLANO DE BENEFÍCIO I	105
QUADRO 38. BENEFÍCIO SALDADO	105
QUADRO 39. RESULTADO DOS INDICADORES ESTIMADOS:	107
QUADRO 40. INDICADORES GASTOS ADMINISTRATIVOS – FONTE PREVIC	107
QUADRO 41. EVOLUÇÃO DA RESERVA	107
QUADRO 42. RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS	108
QUADRO 43. EVOLUÇÃO DA RESERVA	108
QUADRO 44. RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS	108
QUADRO 45. EVOLUÇÃO DA RESERVA	109
QUADRO 46. RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS	109

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS - 2019	21
TABELA 2. FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA	24
TABELA 3. CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE	25
TABELA 4. CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR	26
TABELA 5. ENQUADRAMENTO LEGAL	35
TABELA 6. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	36
TABELA 7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA	37
TABELA 8. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – ESTRUTURADO	38
TABELA 9. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO	39
TABELA 10. ALOCAÇÃO DE RECURSOS	40
TABELA 11. CONCESSÕES	40
TABELA 12. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO	41
TABELA 13. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS	43
TABELA 14. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	46
TABELA 15. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE BRUTA – ACUMULADA	57
TABELA 16. ENQUADRAMENTO LEGAL	58
TABELA 17. ALOCAÇÃO DE RECURSOS	59
TABELA 18. RENTABILIDADE POR SEGMENTO	59
TABELA 19. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2019	61
TABELA 20. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	62
TABELA 21. ENQUADRAMENTO LEGAL	71
TABELA 22. RENTABILIDADE	72
TABELA 23. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA	73
TABELA 24. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL	73
TABELA 25. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	74
TABELA 26. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO	74

TABELA 27.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES.....	75
TABELA 28.	OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS	76
TABELA 29.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	78
TABELA 30.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	89
TABELA 31.	ENQUADRAMENTO LEGAL	90
TABELA 32.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	91
TABELA 33.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	92
TABELA 34.	GASTOS CONSOLIDADOS DIREX	102
TABELA 35.	DETALHAMENTO DOS CENTROS DE CUSTOS SUBORDINADOS.....	102
TABELA 36.	DETALHAMENTO DOS CENTROS DE CUSTOS SUBORDINADOS.....	103
TABELA 37.	DETALHAMENTO DOS CENTROS DE CUSTOS SUBORDINADOS.....	104
TABELA 38.	BASE DAS RECEITAS E DESPESAS	106
TABELA 39.	BASE PARA OS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	106

APRESENTAÇÃO

Este Relatório Gerencial é o mecanismo de acompanhamento, avaliação e prestação de contas da Diretoria Executiva da Fundação São Francisco aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e também aos participantes ativos e assistidos dos Planos de Benefícios.

Em consonância com os princípios e práticas de governança estabelecidos na legislação pertinente o relatório foi estruturado de forma a demonstrar as atividades desenvolvidas pelas diversas unidades que compõem a estrutura orgânica da Fundação e demonstrar os resultados alcançados no **1º Trimestre de 2019**, inclusive de forma comparativa com exercícios anteriores.

Visando facilitar o entendimento e num esforço de visualizar tendências e eventuais desvios foram construídos indicadores, de forma a proporcionar aos responsáveis meios de avaliar as expectativas e resultados esperados.

Os relatórios gerenciais trimestrais são os veículos destinados a atender os determinantes da Resolução CGPC Nº 13, de 01/10/04, em especial os seguintes:

***Art. 7º:** A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.*

***Parágrafo único.** A EFPC deve manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.*

***Art. 16.** Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.*

***§ 1º** O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.*

***Art. 17.** Sem prejuízo do disposto em normas específicas, a comunicação com os participantes e assistidos deve ser em linguagem clara e acessível, utilizando-se de meios apropriados, com informações circunstanciadas sobre a saúde financeira e atuarial do plano, os custos incorridos e os objetivos traçados, bem como, sempre que solicitado pelos interessados, sobre a situação individual perante o plano de benefícios de que participam.*

***Parágrafo único.** A divulgação dos custos a que se refere o caput deve abranger os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes.*

O conteúdo do Relatório Gerencial permite aos Conselhos e participantes o acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade, Planos de Benefícios e por fim confronta as realizações com as projeções orçamentárias.

O Relatório Gerencial está estruturado da seguinte forma: **(i)** Apresentação; **(ii)** Aspectos gerais; **(iii)** Os Planos de Benefícios: I/BD; Plano II/CD-Codeprev e Plano III - Saldado; e, **(iv)** Plano de Gestão Administrativa-PGA.

O PLANO DE BENEFÍCIOS I fechou o 1º Trimestre de 2019 com 585 aposentados e 260 pensionistas. No trimestre, a rentabilidade obtida foi de 4,34%, e em 12 meses 10,97% a.a., enquanto as metas atuariais ficaram em 2,26% e 9,03% a.a, respectivamente, no trimestre e em de 12 meses. O bom

desempenho dos investimentos permitiu superar as metas em 2,08% para o resultado do trimestre e, 1,94% em 12 meses (PÁGINA 36).

O PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV, plano de contribuição definida, aberto a novas adesões, encerrou o 1º Trimestre de 2019 com 1.015 participantes ativos e 2 assistidos. No trimestre, a rentabilidade obtida foi de 5,09%, e em 12 meses 10,87% a.a., enquanto as taxas de referências ficaram em 2,56% e 8,33% a.a, respectivamente, no trimestre e em de 12 meses. O bom desempenho dos investimentos permitiu superar as taxas de referências em 2,54% para o resultado do trimestre e, 2,54% em 12 meses (PÁGINA 59).

PLANO DE BENEFÍCIOS III ou Saldado encerrou o 1º Trimestre de 2019 com 338 participantes ativos e 3 pensionistas. No trimestre, a rentabilidade obtida foi de 3,61%, e em 12 meses 10,55% a.a., enquanto as metas atuariais ficaram em 2,26% e 9,03% a.a, respectivamente, no trimestre e em de 12 meses. O bom desempenho dos investimentos permitiu superar as metas em 1,35% para o resultado do trimestre e, 1,52% em 12 meses (PÁGINA 72).

Diante dos limitados recursos destinados às despesas administrativas a Fundação São Francisco busca adotar um modelo gerencial eficiente, otimizando ao máximo a força de trabalho, contratos com fornecedores, material de consumo, sistemas integrados de TI, entre outros. O acompanhamento do custeio demonstrou que o total arrecadado, incluindo aí também, os rendimentos obtidos pelas aplicações financeiras do próprio PGA, foram suficientes para cobrirem todos os gastos, e ainda, gerarem sobra equivalente a 1,65% das receitas. Conforme prevê a legislação as sobras foram destinadas à constituição do Fundo Administrativo, que assim foi distribuído segundo os planos: reversão de R\$ 1.371,50 no BD; constituição de R\$ 21.798,12 CODEPREV; constituição de R\$ 10.797,98 SALDADO, (PÁGINAS 94 A 96).

A Diretoria Executiva e os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação São Francisco, empenhados em garantir um futuro tranquilo que mantenha o padrão de vida de todos os beneficiários, desejam a todos uma ótima leitura!

1 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS EMPREGADOS ATENDIDOS E NÃO-ATENDIDOS

FIGURA 1. Participantes Ativos

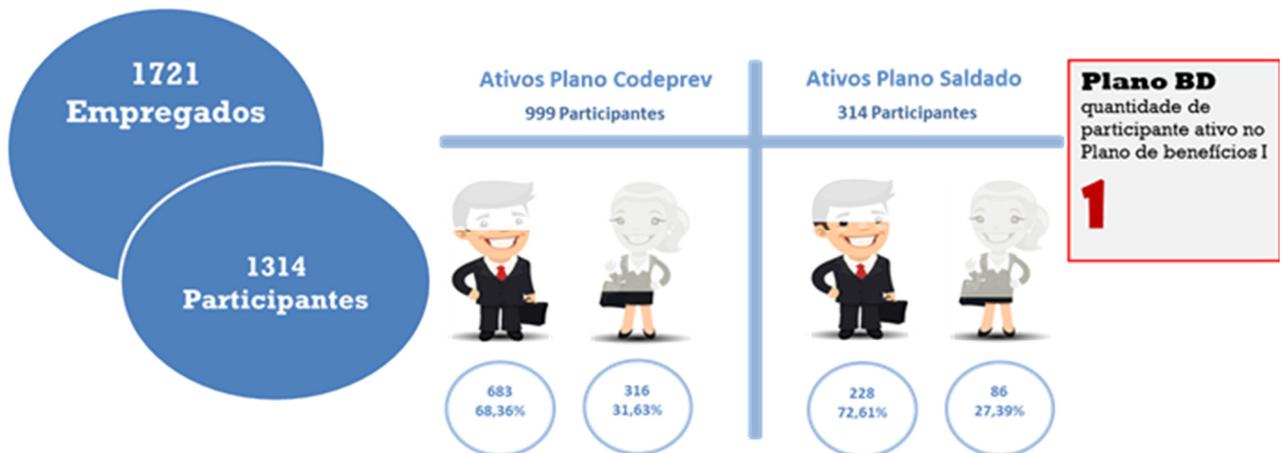


FIGURA 2. Distribuição por Superintendência

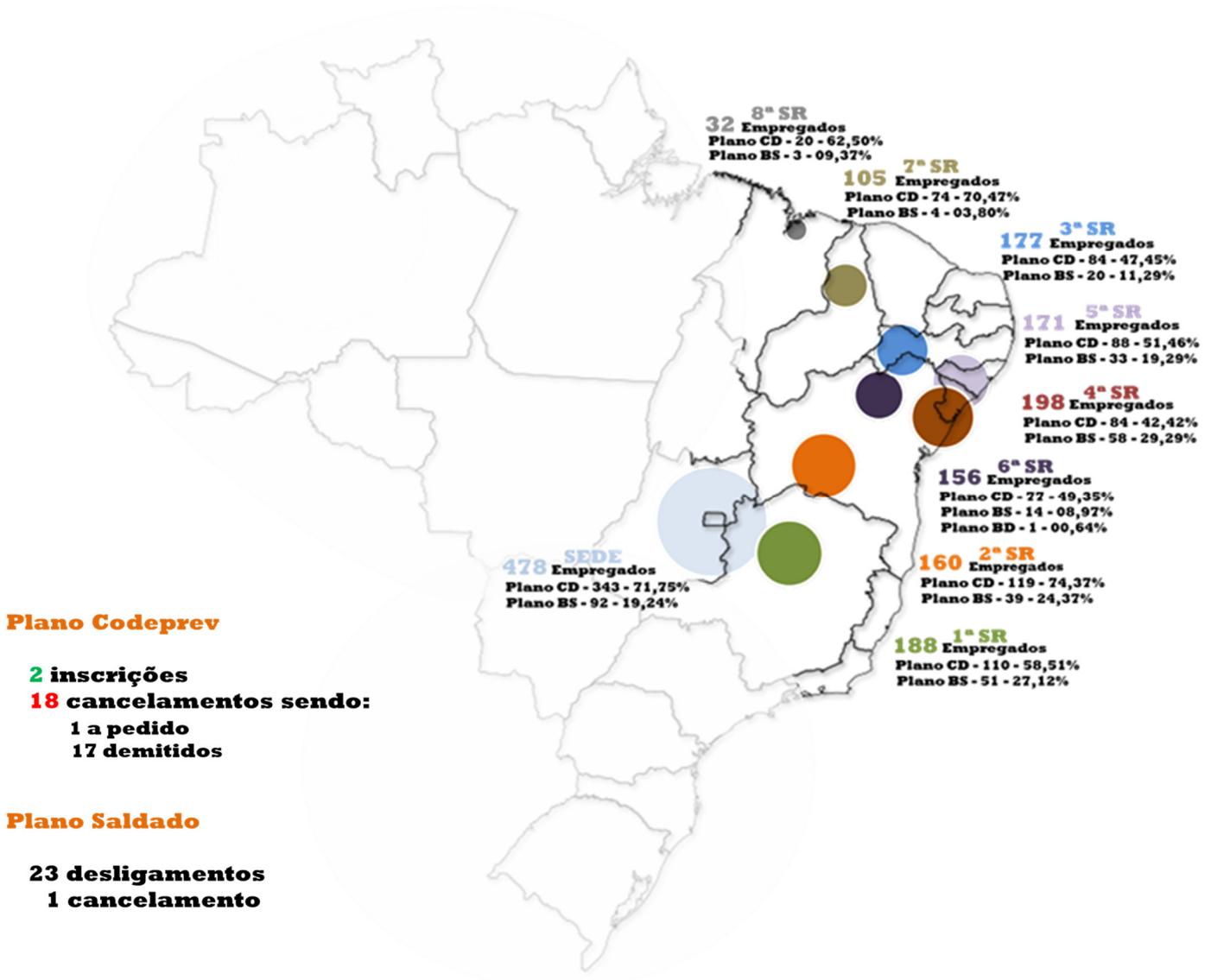


FIGURA 3. Participantes Assistidos por Plano de Benefícios



FIGURA 4. Distribuição de Assistidos por UF

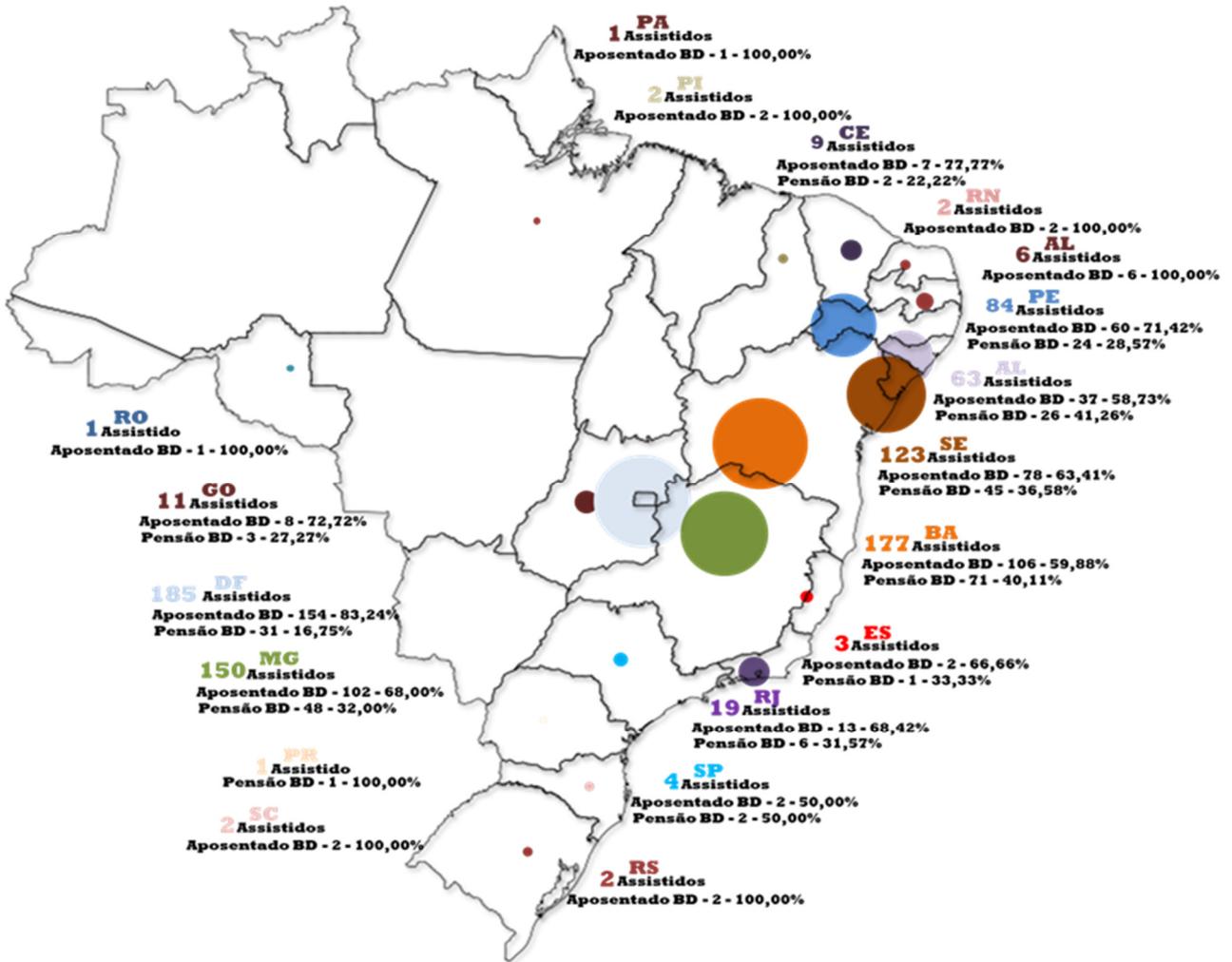
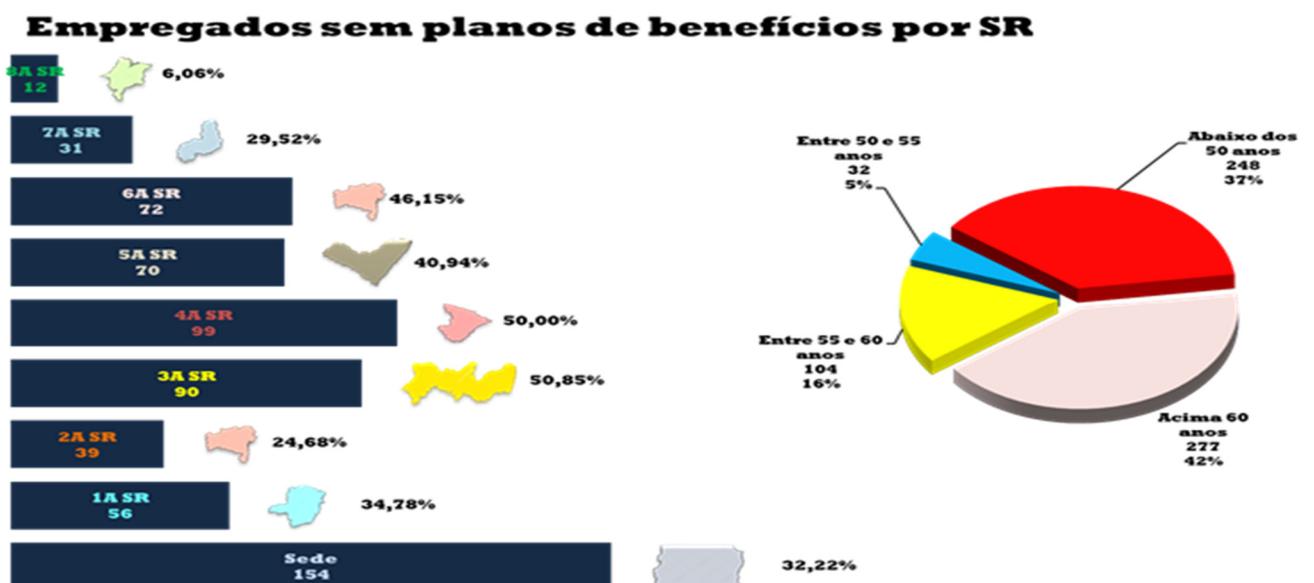


FIGURA 5. EMPREGADOS SEM PLANOS DE BENEFÍCIOS POR SR



2 COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

2.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:

2.1.1 Cenário Econômico

Encerrado o 1º trimestre de 2019, o cenário brasileiro completa os primeiros 90 (noventa) dias do Governo Jair Bolsonaro. A percepção do mercado financeiro e de capitais resume-se em desconfiança do novo governo, em cumprir as reformas propagadas no período eleitoral. No cômputo geral, os agentes formadores de opinião não deixaram neste período de acreditar naquilo que o governo se propôs a entregar para a população, no entanto, verifica-se que a execução de todo o processo de reforma será tomado por elevadas dificuldades, com destaque para a Reforma da Previdência, Reforma Tributária e o Projeto de Segurança e Combate à Corrupção.

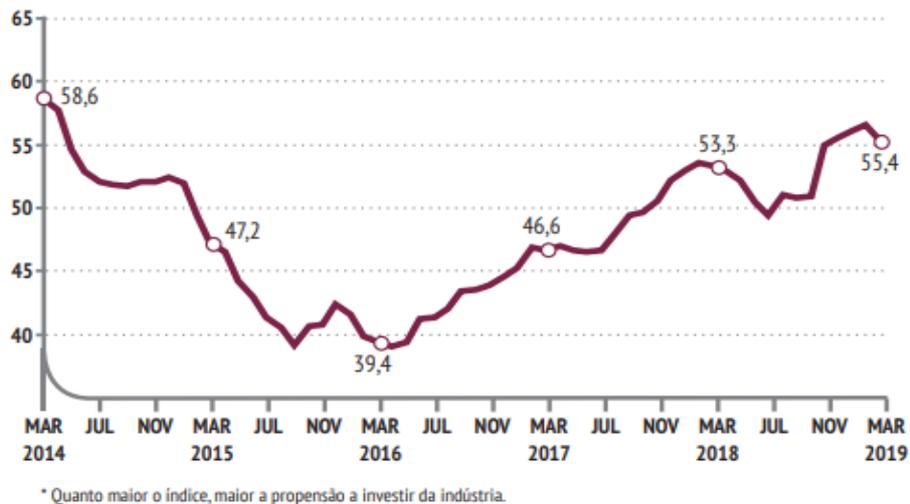
O Governo apresentou no dia 20 de fevereiro de 2019 a proposta de Reforma da Previdência ao Presidente da Câmara, considerada prioridade pela equipe econômica para tentar reequilibrar as contas públicas nos próximos anos. A expectativa do mercado é de que as reformas são necessárias e urgentes na busca da recuperação gradual da economia, focada na geração de empregos e investimentos diretos no país. Isto é fato, no entanto, o mercado sente a ausência de liderança do Governo Federal junto ao Congresso Nacional em alinhar os seus projetos, levando ao longo do trimestre a deterioração do ambiente político interno, com discussões que levaram até o momento a procrastinação da PEC da “Reforma da Previdência”, imputando ao Executivo a responsabilidade de formar a sua base frente ao Legislativo, caso queira que os projetos prioritários tramitem de forma célere e atendam os anseios da população, cumprindo, dessa forma, o discurso de campanha.

No decorrer do primeiro trimestre de 2019 com a nova administração federal foi perceptível e não se trata de algo novo no corredor das reivindicações dos movimentos de ruas: O povo não quer o mais do mesmo, é necessário mudar e focar no crescimento do país, com aumento de produção, geração de empregos e investimentos diretos nos principais segmentos da economia: Educação, Saúde, Segurança e Infraestrutura.

No Congresso Nacional o mercado doméstico observou a deterioração do ambiente político, colocando em risco a aprovação da PEC da Reforma da Previdência. A falta de articulação do Governo no Congresso, continuou de forma contundente a atrapalhar as medidas econômicas anunciadas e propostas pelo Ministério da Economia, sob o comando de Paulo Guedes, deixando até aqui os investidores internos e externos bastante preocupados, gerando forte volatilidade nos mercados financeiro e de capitais e perda de confiança do setor empresarial.

O ambiente econômico, com destaque para os agentes dos setores produtivos e de serviços se destacaram no decorrer do primeiro trimestre na busca da recuperação gradual da economia, envolvendo uma agenda positiva do Governo Federal aliada aos investidores privados, focado na geração de empregos e investimentos diretos na economia. No entanto, segundo a Confederação Nacional da Indústria – CNI – “O registro do Resultado da Sondagem Industrial de fevereiro demonstra moderação do processo de recuperação da Indústria. O nível de estoques se encontra acima do planejado pela indústria, o que sugere certa frustração com a demanda. Os empresários também reavaliaram suas expectativas, o que resultou em queda do otimismo e redução da intenção de investir” – **Fonte: CNI / Sondagem Industrial - fevereiro/2019.**

“O Índice de Intenção de Investimento interrompeu sequência de cinco meses de alta, ao recuar 1,2 ponto em março, para 55,4 pontos. Apesar da queda, o índice mantém-se 2,1 pontos acima do registrado em março de 2018 e 6,5 pontos acima da média histórica do índice. Vide gráfico a seguir – Fonte: CNI/Sondagem Industrial – fevereiro/2019.

GRÁFICO 1. ÍNDICE DE INTENÇÃO DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA - FONTE: CNI


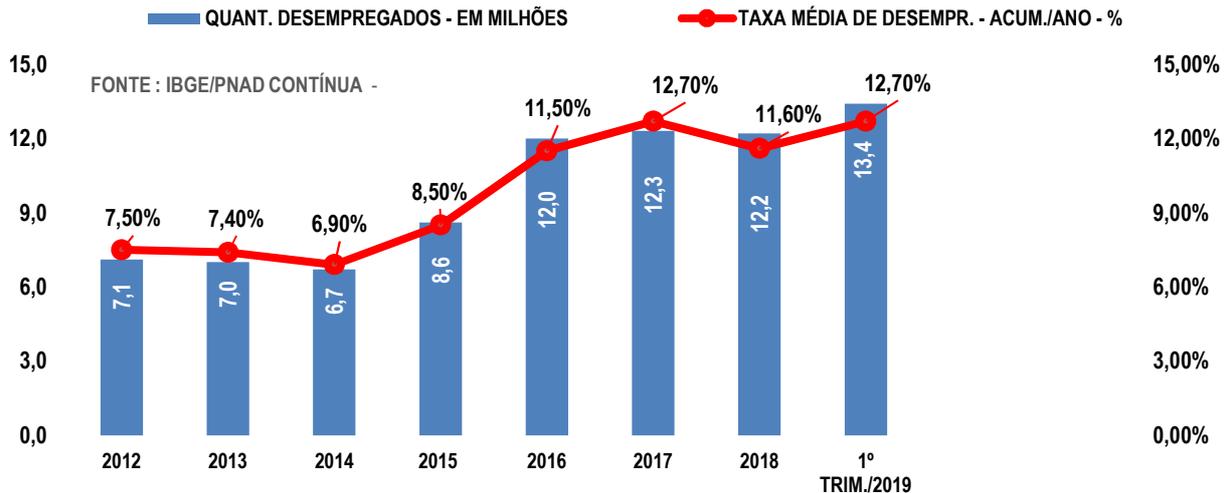
Em meio às previsões pessimistas para o crescimento da economia em 2019, o governo aumentou as previsões de déficit para as Contas Públicas constantes do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2020, que será enviado ao Congresso Nacional, o qual continua indicando que as contas continuarão no vermelho pelos menos até 2022. No próximo ano, a meta fiscal que precisará ser perseguida pelo governo registra saldo negativo de até R\$ 124,1 bilhões (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central. Esse resultado é 12,8% superior ao déficit primário de 110,0 bilhões estimado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019.

As contas públicas do setor público, que englobam o Governo Federal, Estados, Municípios e Estatais, registraram um “Déficit Primário” de R\$ 18,6 bilhões em março. Apesar de negativo, o resultado das Contas do Setor Público em março, representa melhora em relação ao mesmo período de 2018, quando o déficit primário somou R\$ 25,1 bilhões.

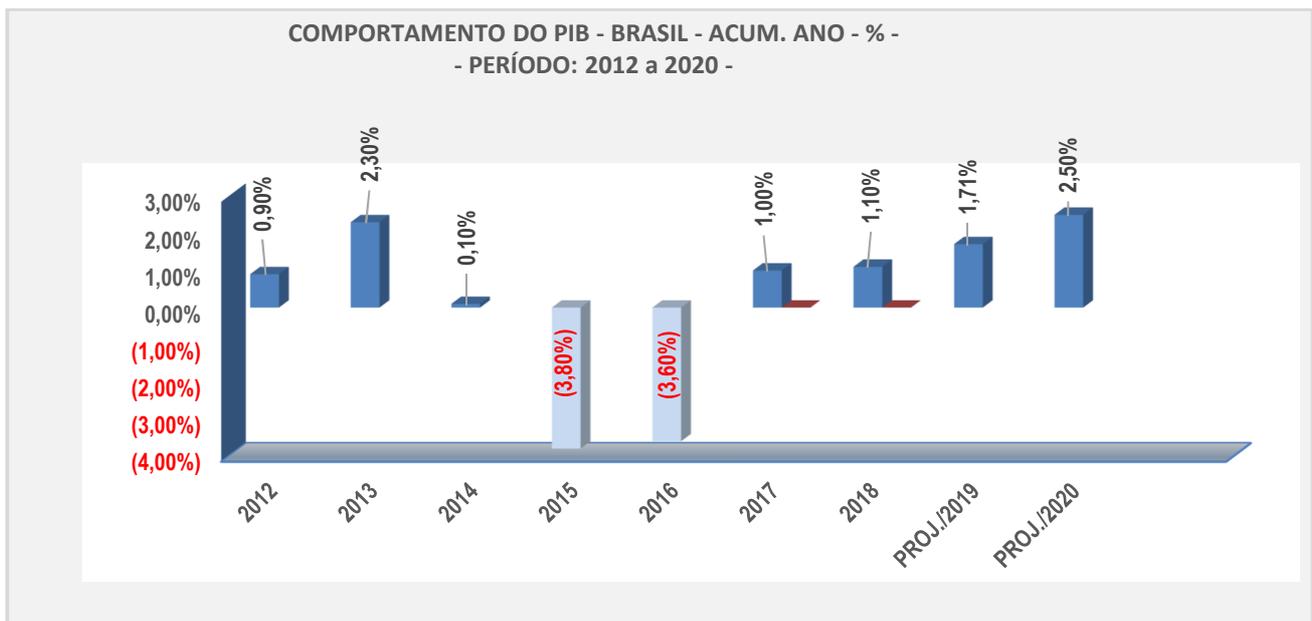
“Apesar do rombo registrado em março de 2019, as contas públicas terminaram o 1º trimestre no azul. No acumulado dos três primeiros meses deste ano foi registrado superávit primário de R\$ 13,3 bilhões. O resultado positivo no trimestre foi possível por conta do superávit de R\$ 47,0 bilhões registrado em janeiro, contra R\$ 4,3 bilhões registrado no primeiro trimestre de 2018. O saldo positivo nas contas públicas consolidado, no 1º trimestre, favorece o cumprimento da meta fiscal para o exercício de 2019. O Setor Público (Governo Federal, estados, Municípios e Estatais), está autorizado a registrar um déficit (despesas maiores que receitas) de até R\$ 132,0 bilhões, sem incluir os gastos com juros da dívida”.

“No primeiro bimestre de 2019, a dívida bruta encontrava-se em 77,4% do PIB (R\$ 5,336 trilhões), avançando para 78,4 do PIB (R\$ 5,430 trilhões) em março. De acordo com o Banco Central do Brasil - BACEN, esse valor representa novo recorde histórico. Até então, o recorde havia sido registrado em setembro de 2018 (77,7% do PIB)” – Fonte: G1/ BACEN.

A **Taxa de Desemprego** no Brasil alçou 12,7% no trimestre de janeiro a março de 2019, contra 11,60% alcançada no trimestre encerrado em dezembro de 2018, registrando alta de 1,10 ponto percentual. Segundo o IBGE, o número de desempregados foi de 13,4 milhões de pessoas, contra 12,2 milhões registrados no 4º trimestre de 2018, crescimento de 9,83% - registrando mais 1,2 milhões de pessoas, frente ao trimestre de outubro a dezembro de 2018. Entre 2012 e março de 2019, o contingente passou de 7,1 para 13,4 milhões de pessoas (6,3 milhões de pessoas na busca de empregos), ou seja, alta de 88,73% - **Fonte: IBGE/PNAD CONTÍNUA.**

GRÁFICO 2. TAXA DE DESEMPREGO X QUANTIDADE DE DESEMPREGADOS


O Produto Interno Bruto - PIB do Brasil, segundo os dados divulgados pelo Banco Central - FOCUS - Relatório de Mercado (22.04.2019), a mediana do mercado para o crescimento da economia caiu às projeções para 2019. A expansão de 2,38% inicialmente prevista, espera agora avanço de 1,71% no Produto Interno Bruto (PIB). Para o exercício de 2020 a expansão inicial era de 2,58%, reduziu para 2,50%.

GRÁFICO 3. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB - % - 2012 / 2020


2.1.2 Economia Mundial:

- Americana:** "A economia americana cresceu no 1º trimestre acima do esperado pelo mercado. O produto Interno Bruto - PIB alçou a uma taxa anualizada de 3,2% contra um crescimento de 2,2% registrada no 4º trimestre de 2018, segundo divulgou o Departamento de Comércio dos Estados Unidos. **"As vendas no varejo cresceram acima do esperado em março"**. Na margem, o volume de vendas cresceu 1,6%, acima da expectativa do mercado (1,0%), esse é o maior crescimento para o mês desde 2015. No grupo de controle (exclui vendas de automóveis, alimentação, gasolina e materiais de construção), que possui maior aderência com a dinâmica do PIB, a expansão foi de 1,0% na margem, acima da expectativa do mercado (0,4%). Os números fortalecem o cenário de robustez das condições de demanda doméstica nos EUA" - **Fontes: Moneytimes.com.br / Bradesco - Asset Management - Informe Econômico - 18.04.2019.**

- **Zona do Euro:** “Encerrado o primeiro trimestre de 2019, na Zona do Euro, a inflação ao consumidor (CPI) desacelerou em março. O CPI subiu 1,4% na comparação anual, perdendo força em relação ao aumento de 1,5% verificado em fevereiro. Por sua vez, o núcleo da inflação, exclui preços de energia e alimentos, cedeu para 1,0% em março, ante 1,2% em fevereiro. O Banco Central Europeu (BCE) tem meta de inflação próxima a 2,0%. O quadro de inflação menor e desaceleração da atividade econômica, reforçam a perspectiva de manutenção dos estímulos por parte do BCE por um longo período. Por sua vez, a confiança da indústria da Zona do Euro interrompeu a tendência de queda em abril. No mês, a confiança da indústria subiu de 47,5 em março para 47,8 pontos em abril, levemente abaixo da expectativa (47,9). O setor continua apontando para contração (abaixo de 50 pontos), porém interrompeu oito quedas seguidas. Destaque positivo para a Alemanha que apresentou recuperação no indicador (aumento de 1,7 pontos). Por outro lado, a confiança do setor de serviços caiu no mês, mas permanece indicando expansão. A confiança na região tem sido afetada pelas tensões políticas, guerra comercial e Brexit. Esses indicadores sugerem que crescimento do PIB no 1º trimestre deve ficar próximo de 0,1%, ante 0,2% no último trimestre do ano passado” - **Fonte: Bradesco - Asset Management - Informe Econômico - 18.04.2019.**

- **China:** “a economia chinesa manteve o ritmo de crescimento do final do ano passado. No 1º trimestre de 2019, o PIB da China registrou aumento de 6,4% na comparação anual, mesmo valor do último trimestre do ano passado. O resultado foi levemente acima do esperado pelo mercado (6,3%), e foi impulsionado pelos indicadores de atividade de março. Após dados mais fracos no início do ano, a produção industrial apresentou recuperação no mês, com expansão de 8,5%, ante expectativa de 6,0%. Por sua vez, as vendas no varejo chinês avançaram 8,7% na comparação anual, também acima da expectativa (8,4%). O investimento em ativo fixo (FAI) aumentou 6,3% no comparativo anual, em linha com o esperado. A recuperação da atividade no início do ano reduz a pressão por novos estímulos. Diante da expansão do crédito e da recuperação do investimento, avalia-se que a economia chinesa deverá crescer 6,4% em 2019” - **Fonte: Bradesco - Asset Management - Informe Econômico - 18.04.2019.**

2.1.3 Perspectivas para 2019:

- **EUA:** A economia americana continuará no radar dos agentes econômicos no decorrer de 2019, com destaque para: **(i) As discussões em torno da Fronteira do México:** Com a presença de grupos migratórios ilegais, a maioria formada por mexicanos, que se deslocam em direção ao norte em busca de melhores condições de vida, oriundos do México. O Presidente Donald Trump, mesmo sabendo das dificuldades financeiras criadas pelo Congresso, manterá a construção durante o seu governo e **(ii) A retomada das discussões comerciais com a China:** O diálogo com o Governo Chinês no encerramento do primeiro trimestre deu sinais concretos do acordo comercial entre as duas maiores potências do mundo, deixando as economias emergentes menos tensa. “Apesar do ritmo forte de crescimento neste começo de ano, acima comentado, o dinamismo da maior economia dos EUA vem diminuindo após o pico de 4,2% registrado no segundo trimestre de 2018, quando o pacote de cortes de impostos da Casa Branca ajudou os gastos dos consumidores”.

- **Zona do Euro:** a região continuará em dificuldades para acelerar o seu crescimento econômico. O mercado foca os olhos no cenário macro da região, haja vista as decisões nada fácil em relação a saída do Reino Unido, o chamado “Brexit”, acentuando as tensões políticas na região. Diante desses fatos, o Banco Central Europeu (BCE) tem mantida sua política monetária de acomodação e assim deve continuar ao longo de 2019.

- **China:** Para o ano 2019, o maior risco para a China, trata-se do acirramento do conflito com os Estados Unidos que busca imputar aos produtos chineses tarifa de importação de 10% para 25% sobre US\$ 200 bilhões em produtos. Cerca de US\$ 50 bilhões em produtos chineses de alta tecnologia já pagam 25% para entrar nos Estados Unidos há dez meses. As expectativas da China indicam uma queda na economia, com projeções do PIB para 2019 apontando um patamar abaixo de 6,50% registrado em 2018, podendo no curto prazo atingir a economia dos países emergentes, aí incluído o Brasil.

✓ Cenário Brasileiro:

- **Política:** Na política interna, as perspectivas para o 2º trimestre de 2019 do mercado financeiro e de capitais, continua sendo a formação da base política do governo no Congresso Nacional que tem como objetivo aprovar as Reformas propostas pelo Executivo, com destaque para a PEC da Reforma Previdenciária (Nova Previdência), seguida da Reforma Tributária e o Projeto de Segurança e Combate à Corrupção apresentada pelo Ministro Sérgio Moro.

- **Mercado Financeiro e de Capitais:** Na economia doméstica, o Mercado Financeiro e de Capitais, continua focado na agenda positiva das **Reformas da Previdência e Tributária**. Inicialmente a expectativa do mercado é que o Banco Central diante do quadro de recuperação lenta da economia observada no primeiro bimestre de 2019, projeta-se que a inflação medida pelo IPCA encerre o ano de 2019 com variação de 3,67%, portanto, baixo do centro da meta (4,50%) mantendo a taxa de juros estável em 6,50% a.a. podendo alçar em 2020 para 7,50% a.a. - **(Fonte: FOCUS - Relatório de Mercado 22.04.2019)**. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, encontra-se bastante otimista e transmite aos investidores internos e externo a intenção de reduzir a carga tributária para as empresas de 34% para 15%. No entanto, encontra-se focado na Reforma da Previdência como marco importante para redução da Dívida Pública e controle do déficit interno. Por outro lado, observa atentamente as incertezas que rondam as principais economias internacionais (EUA e China), recomendando cautela, diante de cenários bastante voláteis, que poderão respingar de forma direta e negativa na economia brasileira.

2.1.4 Variáveis Macroeconômicas Internas

2.1.4.1 Taxa Básica de Juros da Economia – SELIC

O **Comitê de Política Monetária - COPOM**, em sua última reunião realizada no 1º Trimestre de 2019 (221ª Reunião), nos dias 19 e 20 de março, bem como a primeira sob a gestão do Presidente Roberto Campos Neto, decidiu pela oitava vez seguida, manter a Taxa Básica de Juros da Economia - SELIC em 6,50% a.a. A decisão já era esperada pelo mercado financeiro, sem viés, dado que a economia ainda dá sinais de fragilidade ante o potencial de crescimento do PIB, e sobram incertezas na economia global.

A continuidade da Taxa de Juros veio acompanhada de uma mudança relevante na comunicação do BACEN. No comunicado, os Diretores do BCB admitiram que houve uma mudança sensível do balanço de riscos para a projeção de inflação. Se até então o balanço era caracterizado como assimétrico, com maior peso para a probabilidade de a inflação ser mais alta do que o esperado, agora, a Autoridade Monetária entende que o balanço de risco se mostra simétrico. – **Fonte: BACEN.**

GRÁFICO 4. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC - PERÍODO 2018 X 2019

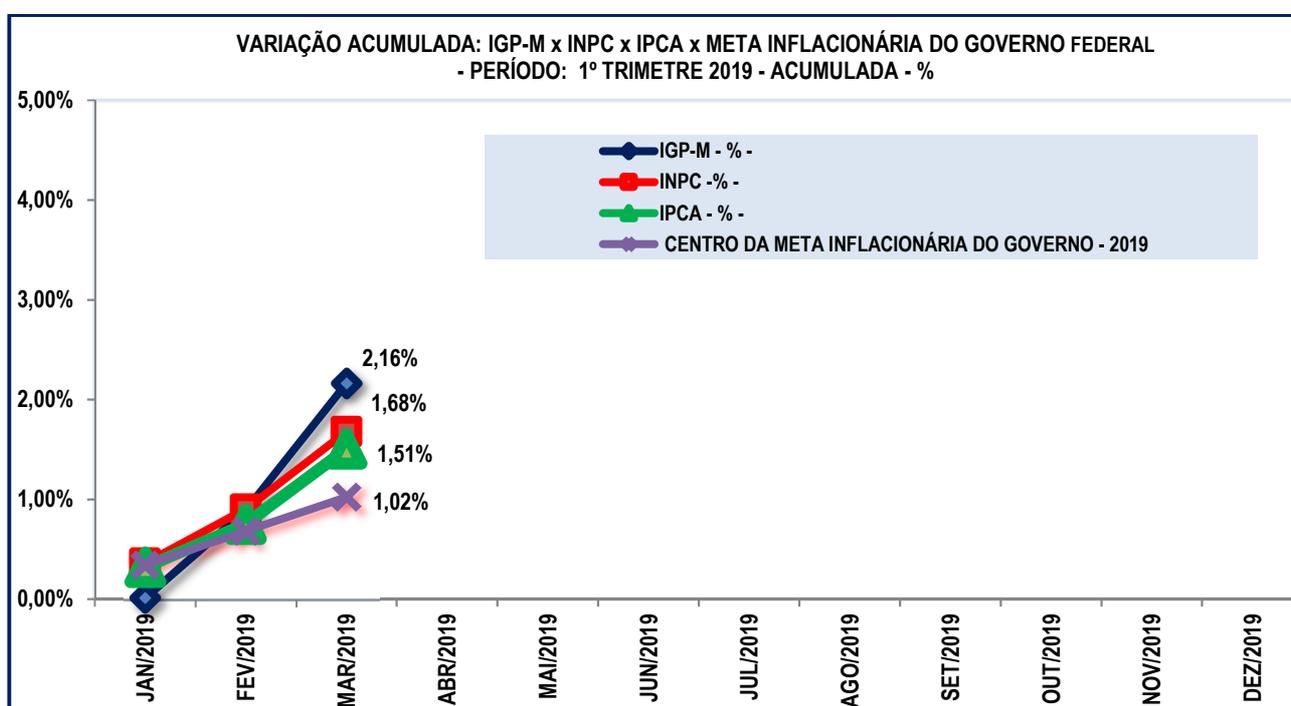


2.1.4.2 Taxas de Inflação

Segundo publicação do IBGE, os preços medidos pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** (índice oficial de inflação do Governo Federal), aceleraram em março, avançando 0,75%, contra um aumento de 0,43% em fevereiro. O índice alçado é o maior para o mês desde 2015, quando a alta nos preços foi de 1,32%. Com este resultado, a inflação acumulou 1,51% no primeiro trimestre de 2019 e 4,58% nos últimos 12 meses. A elevação foi puxada principalmente pela alta nos preços dos alimentos, que avançaram 1,37% e dos transportes com alta de 1,37%. Juntos, esses dois grupos responderam por 80% do índice mensal - **Fonte IBGE**.

De acordo com as previsões do BACEN (**Focus - Relatório de Mercado – 29.03.2019**), a inflação para 2019 projeta 3,89%, abaixo, portanto, do centro da meta (4,25%) e do teto da meta (6,00) estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

GRÁFICO 5. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS



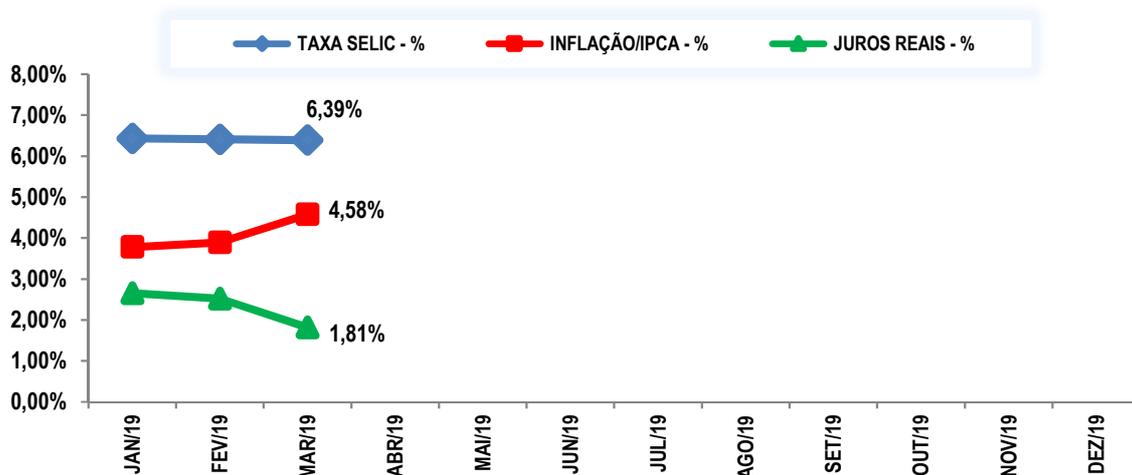
2.1.4.3 Taxa Real de Juros – 2019

A Autoridade Monetária decidiu por unanimidade manter a Taxa Básica de Juros da Economia-Selic em 6,50% a.a. pela oitava vez consecutiva, sem viés. A decisão era esperada pelo mercado, dado que a economia ainda dá sinais de fragilidade ante o potencial de crescimento do PIB, e sobram incertezas no cenário internacional.

As expectativas de inflação para 2019 e 2020 apuradas pela pesquisa FOCUS (29.03.2019) encontram-se em torno de 3,89% e 4,00%, respectivamente. Quanto ao cenário com a trajetória de juros extraídas da pesquisa FOCUS, as projeções do situam-se em 2019 em torno de 6,50% a.a. e 2020 em torno 7,00% a.a. e a taxa de câmbio (R\$/US\$) para 2019 - R\$ 3,70 e 2020 em R\$ 3,75.

Descontando a Taxa de Juros (Selic) dos últimos 12 meses média móvel (6,39%) da Inflação de 12 meses (4,58%), os juros reais no Brasil se situaram no encerramento do 1º trimestre de 2019 em 1,81%, conforme demonstrado no Gráfico a seguir:

GRÁFICO 6. TAXA REAL DE JUROS - 2019

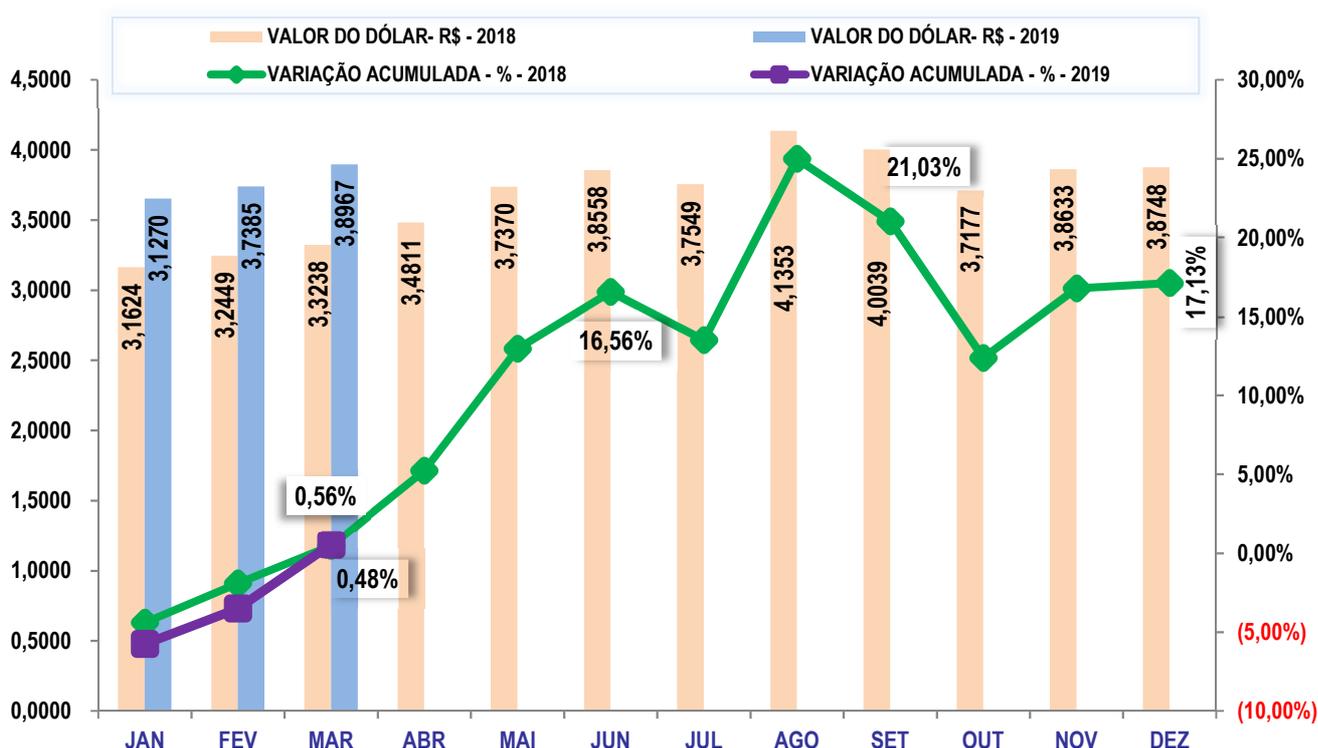


2.1.4.4 Taxa de Câmbio

O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 1º trimestre de 2019 valendo R\$ 3,8967 contra R\$ 3,8748 no 4º trimestre 2018, registrando alta de 0,56% no período considerado. A alta observada na moeda americana, está diretamente atrelada às discussões da PEC da Reforma da Previdência, devendo manter-se pressionada, enquanto não for votada a admissibilidade e a sua discussão no âmbito da CCJ para a votação definitiva. Em virtude das dificuldades para a formação de uma base de apoio às reformas sólida no Legislativo, os investidores internos e externos encontram-se apreensivos quanto a capacidade de implementação das mudanças que o país necessita.

Segundo os analistas da GAP- Asset Management (março de 2109), outros fatores influenciaram diretamente do comportamento do dólar nos três primeiros meses do ano - “Os mercados externos, no caso das moedas, os questionamentos quanto ao crescimento europeu e as incertezas em torno do “Brexit” e da Guerra comercial (EUA x China) têm impedido um enfraquecimento do dólar”.

GRÁFICO 7. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2018 X MARÇO DE 2019



2.1.4.5 Indicadores Financeiros – 2019

TABELA 1. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2019

ATIVOS DE MERCADO	ACUMULADO 2018	VARIÇÕES NOMINAIS - 2019			ACUMULADO 2019
		jan/19	fev/19	mar/19	
IBOVESPA	15,04%	10,82%	(1,86%)	(0,18%)	8,56%
IBrX-50	14,52%	10,44%	(1,69%)	(0,18%)	8,38%
IBrX-50 ACUMULADO	14,52%	10,44%	8,57%	8,38%	8,38%
US\$ (PTAX) %	17,13%	(5,75%)	2,37%	4,23%	0,56%
CDI	6,41%	0,54%	0,49%	0,47%	1,51%
CDI ACUMULADO	6,41%	0,54%	1,04%	1,51%	1,51%
TAXA SELIC	6,42%	0,54%	0,49%	0,47%	1,51%
POUPANÇA	4,62%	0,37%	0,37%	0,37%	1,12%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
IGP-M (FGV)	7,55%	0,01%	0,88%	1,26%	2,16%
IGP-DI (FGV)	7,10%	0,07%	1,25%	1,07%	2,41%
INPC (IBGE)	3,43%	0,36%	0,54%	0,77%	1,68%
IPC-SP (FIPE)	2,99%	0,36%	0,54%	0,51%	1,42%
IPCA (IBGE)	3,75%	0,32%	0,43%	0,75%	1,51%
META ATUARIAL (*)	8,63%	0,54%	0,76%	0,94%	2,26%
TAXA INDICATIVA (**)	7,05%	0,65%	0,83%	1,06%	2,56%
REFERÊNCIA (***)	8,50%	0,76%	0,94%	1,17%	2,90%
META ACUMULADA	-	0,54%	1,30%	2,26%	-
TAXA INDICATIVA ACUMULADA	-	0,65%	1,48%	2,56%	-
REFERÊNCIA ACUMULADA	-	0,76%	1,71%	2,90%	-
DOLAR PTAX (VENDA) US\$	3,8748	3,6519	3,7385	3,8967	-

(*) INPC (com defasagem) + 4,90% a.a.
 (**) INPC+3,5% a.a.
 (***) INPC (sem defasagem) +4,90% a.a.

Encerrado o 1º trimestre, na tabela acima - “Indicadores Econômico-Financeiros - 2019” - chama-se a atenção a manutenção da alta do mercado acionário, mantendo-se num canal ascendente desde setembro de 2018, com queda de 2,18% em dezembro e retomada da alta em janeiro com evolução de 10,44%, medida pelo IBrX-50. Apesar da queda de 1,69% e 0,18% em fevereiro e março, respectivamente, o mercado acionário acumulou no trimestre desempenho positivo de 8,38%.

Apesar de positivo, o mercado acionário experimentou no decorrer dos últimos doze meses elevada volatilidade, motivada diretamente pelo desmonte do crescimento projetado para a economia brasileira, com o crescente “barulho” político em torno da Reforma da Previdência, aliada aos fatores externos, com destaque para a redução do crescimento da economia mundial, fundamentalmente, em relação à economia da China, a guerra comercial com o Governo Donald Trump e a forte indecisão do Parlamento Britânico na finalização do “Brexit” (saída do reino Unido da União Europeia), onde não chegaram a um acordo, indicando que a economia britânica pode deixar de crescer nos próximos anos se forem seguidos os planos da Primeira Ministra Theresa May. Segundo os agentes formadores de opinião, caso o “Brexit” seja executado sem um acordo, o PIB britânico pode deixar de crescer 9,3% segundo estimativas.

2.2 MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS:

Este tópico visa apresentar o comportamento dos Segmentos nos quais mais de um plano investe no mesmo veículo.

2.2.1 Renda Fixa

Encerrado o primeiro trimestre, o mercado de Renda Fixa deparou sistematicamente com elevada volatilidade no comportamento das taxas de juros, motivada pelas incertezas geradas pelo comportamento do Congresso Nacional quanto a celeridade no processo de análise e discussão da Reforma da Previdência encaminhada pelo Poder Executivo. Conseqüentemente o Segmento de Renda Fixa passou a apresentar baixo prêmio de risco.

A **Taxa Básica de Juros da Economia - Selic**, balizadora da taxa de captação dos bancos e responsável direta pela remuneração dos Investidores, encerrou o primeiro trimestre estável, fechando em 6,50% a.a. o menor patamar da história - contra os mesmos 6,50% a.a. registrado em dezembro de 2018, sendo mantida pelo COPOM na última reunião do trimestre, que ocorreu nos dias 19 e 20 de março. Assim, os Títulos Públicos (Risco Soberano), acredita-se, não proporcionarão doravante conforto aos Gestores, e imputarão às carteiras elevada volatilidade.

O índice de inflação medido pelo IPCA acelerou no primeiro trimestre, acumulando alta de 1,51%, contra 0,70% registrado no mesmo período de 2018, demonstrando que a queda da inflação observada no mesmo período de 2018, reverteu e entrou num canal de alta, contribuindo diretamente para a manutenção da Taxa Selic.

2.2.2 Renda Variável

Em que pese o fraco desempenho da Bolsa de Valores no decorrer dos meses de fevereiro e março, com queda de 1,69% e 0,18%, medida pelo IBrX-50, respectivamente, o mercado acionário encerrou o 1º trimestre, marcado, mais uma vez, por intensas oscilações, afetado, diretamente pelo processo moroso do legislativo (esquerda) que tenta procrastinar o máximo possível as discussões no âmbito da Reforma da Previdência. Com este resultado o mercado acionário encerrou o primeiro trimestre do ano acumulando alta de 8,38% e 8,56%, medido pelos Índices IBrX-50 e Ibovespa, respectivamente, com destaque para o mês de janeiro com alta acentuada de 10,44% medida pelo *benchmark* (IBrX-50).

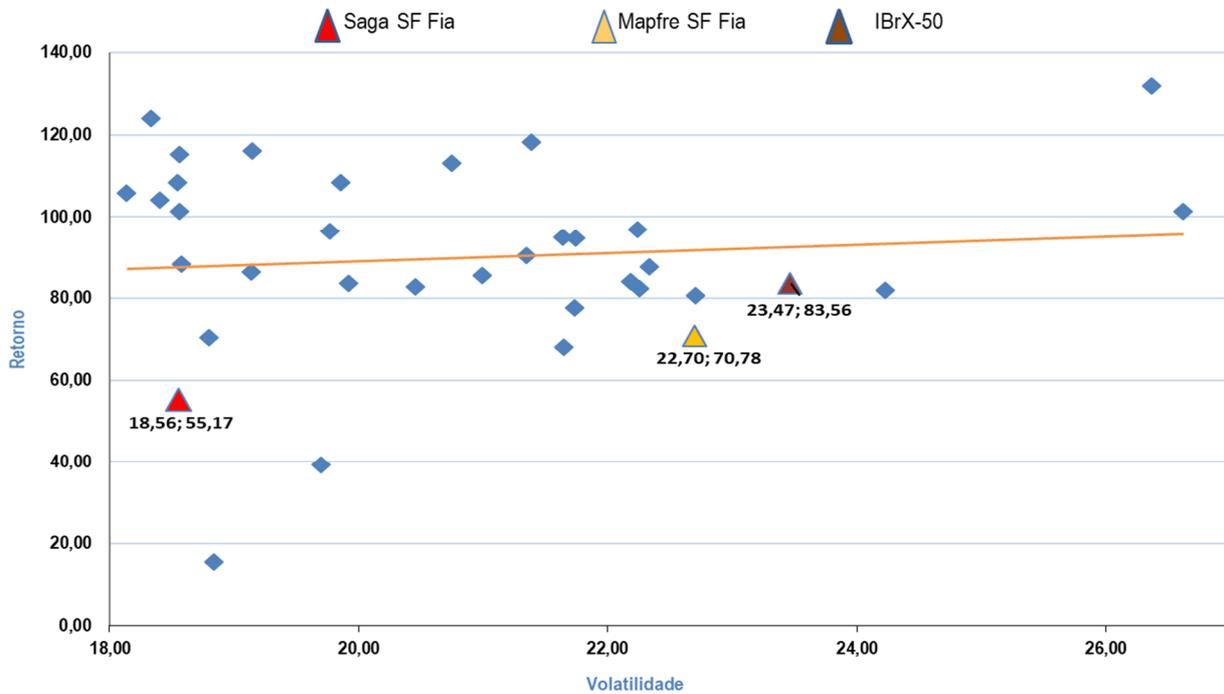
2.2.2.1 Análise dos Fundos de Investimentos em Ações – FIA's – Alocados

Estão alocados nesses fundos recursos dos Planos I/BD; Codeprev e III/Saldado. Para se proceder a avaliação mais acurada dos resultados produzidas pelas gestões dos fundos, foram utilizadas as rentabilidades coletadas de **30 de maio de 2014 à 31 de março de 2019**, depois, foram aplicados os seguintes filtros: (i) o valor de patrimônio entre R\$ 46,4 milhões e R\$ 98,4 milhões; (ii) constar do regulamento atendimento à Resolução Nº 4.661; (iii) volatilidade superior a 18,40%; (iv) classificação ANBIMA como FIA's e (v) Correlação de no mínimo 80% com o IBrX-50, principal **benchmark dos Fundos Exclusivos** da Fundação.

Utilizando a base de dados disponibilizados pela Economática, com os citados filtros, foi possível selecionar 35 (trinta e cinco) Fundos, contidos ao mesmo tempo, com as características definidas pelos filtros. Depois, sobre a base, foram apurados os indicadores de desempenho mais empregados no mercado, resultando numa amostra classificada.

*Importante manter-se em mente que na amostra não há a observação de que os Gestores, Administradores e Custodiante estejam fora do mesmo grupo econômico, como determinou a PREVIC em fiscalização realizada na **Fundação São Francisco**. Parte considerável do desempenho dos fundos investidos é consumido pelo custo mais elevado imposta pela segregação das citadas entidades, aliás, informação essa já dada ao citado órgão. O custo maior implica necessariamente numa redução dos retornos, portanto, é normal que os fundos investidos apresentem retornos inferiores ao benchmark, tendo em vista que o referencial não possui qualquer custo envolvido.*

GRÁFICO 8. DISPERÇÃO RISCO X RETORNO MAIO 2014 A MARÇO 2019



Nesse indicador a importância relativa à volatilidade é identificar os maiores riscos frente às melhores performances, assim, como conceito natural, os ativos de maiores riscos devem possuir maiores retornos, e em caso contrário, há deficiência na captura de oportunidades apresentadas pelo mercado, ou ainda, custos do instrumento que interferem significativamente nas performances. Nitidamente o **Saga SF FIA** apresenta risco menor do que o referencial, ainda que o retorno tenha ficado aquém. Os resultados do Saga SF são 55,17% de retorno e volatilidade de 18,56%; o **Mapfre SF** com rentabilidade de 70,78% e volatilidade de 22,70% e o **IBrx-50** desempenho de 83,56% e volatilidade de 23,47%.

A proporção de Fundos acima e abaixo da performance do Benchmark é a constante do gráfico a seguir:

GRÁFICO 9. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL

■ Fundos com retornos > Bench ■ Fundos com retornos < Bench

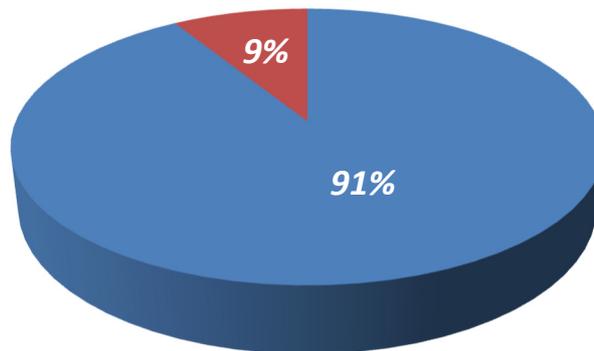
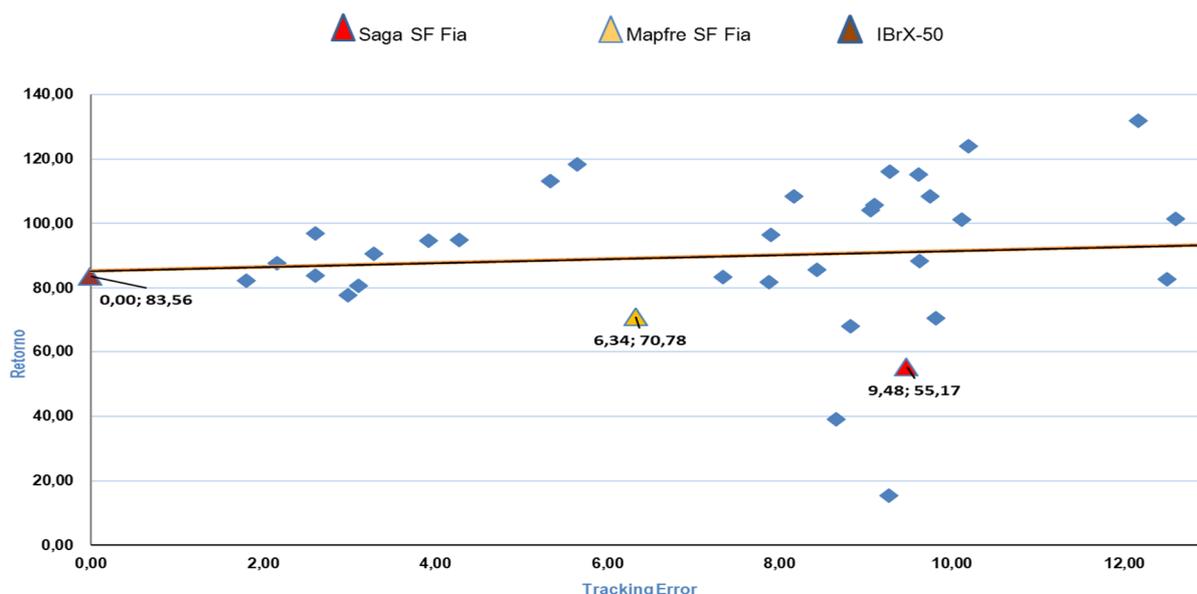


GRÁFICO 10. TRACKING ERROR X RETORNO - MAIO/2014 A DEZEMBRO/2018


O **Tracking Error** é a medida dos desvios dos retornos dos Fundos em função dos retornos da referência. Dito isso se pode afirmar que um fundo que se destine a replicar o desempenho de determinado índice teria erro de rastreamento perto de zero, enquanto a carteira gerida ativamente, objetivando superar o retorno do índice de referência, normalmente apresentaria erro mais elevado.

TABELA 2. FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA

Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Mar/19	Volatilidade Anual Mai/14 a Mar/19 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Mar/19	Patrimônio Mar/19
1	Finacap Mauritsstad FIA	131,76	26,37	12,16	53.528
2	Celos Claritas Valor FIA	123,88	18,33	10,19	88.393
3	FIA Sabesprev Bahia Valuation	118,30	21,39	5,65	66.319
4	Pacifico Rv Master FIA	116,13	19,15	9,28	74.319
5	Grou Valor Master FIA	115,30	18,56	9,62	47.987
6	FIA Gap Valor Pernambuco	113,08	20,75	5,34	65.159
7	Previcat FIA	108,46	19,85	8,17	95.346
8	Barra FIA	108,34	18,54	9,74	75.332
9	FIA Franklin Templeton Valor Bahia	105,80	18,14	9,10	62.571
10	Tucano FIA Prev	104,04	18,40	9,06	67.135
11	Fachesf Dividendos FIA	101,37	26,62	12,60	46.561
12	Fator Master FIA	101,31	18,56	10,12	71.367
13	Itau Previdencia Ibrx FIA	96,93	22,24	2,61	57.222
14	Western Asset Institucional 50 Acoes FIA	96,47	19,77	7,90	62.935
15	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	95,00	21,64	4,28	62.676
16	FIA Meaibe Ibx Ativo	94,66	21,74	3,93	59.126
17	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	90,53	21,34	3,29	89.718
18	Estrategia Genial Master FIA	88,30	18,58	9,62	83.718
19	Malibu FIA	87,70	22,33	2,17	56.965
20	Proprio Capital FIA	86,42	19,14	13,04	46.492
21	Fprv ARX Melro FIA Prev	85,56	20,99	8,43	96.046
22	Bradesco FIA Salubre	83,98	22,18	2,60	92.347
23	Ibrx 50	83,56	23,47	0,00	-
24	Gerdau Previdencia FIA 04	83,52	19,92	7,35	71.351
25	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	82,68	20,45	12,50	55.273
26	Turquoise Dc Plan FIA Previdenciario	82,25	22,25	1,81	76.809
27	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	81,84	24,23	7,88	63.861
28	Sicredi FIA Ibovespa	80,64	22,70	3,11	47.365
29	Santander FIA Mirante Ibrx	77,73	21,73	2,99	78.387
30	Mapfre Sf FIA	70,78	22,70	6,34	46.883
31	FIA Western Asset Dividendos Ceara	70,32	18,80	9,81	61.081
32	Safrá Dividendos FIA	67,97	21,65	8,83	68.823
33	Saga Sf FIA	55,17	18,56	9,48	98.420
34	Itau Excelencia Social Acoes FI	39,15	19,69	8,66	62.387
35	Santander FI Ethical II Acoes	15,48	18,83	9,27	62.235

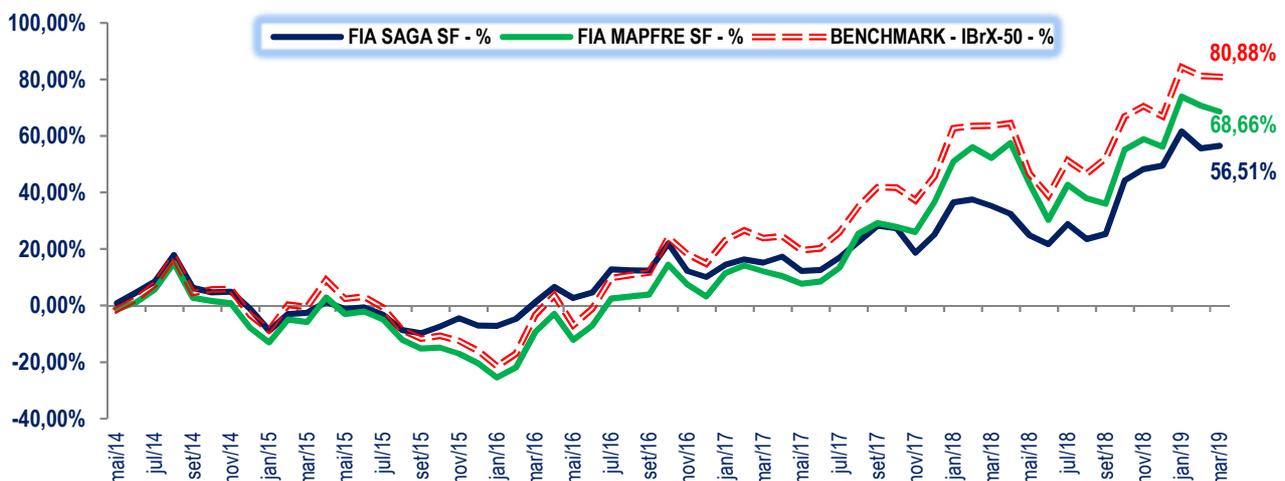
TABELA 3. CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE

Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Mar/19	Volatilidade Anual Mai/14 a Mar/19 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Mar/19	Patrimônio Mar/19
1	FIA Franklin Templeton Valor Bahia	105,80	18,14	9,10	62.571
2	Celos Claritas Valor FIA	123,88	18,33	10,19	88.393
3	Tucano FIA Prev	104,04	18,40	9,06	67.135
4	Barra FIA	108,34	18,54	9,74	75.332
5	Saga Sf FIA	55,17	18,56	9,48	98.420
6	Fator Master FIA	101,31	18,56	10,12	71.367
7	Grou Valor Master FIA	115,30	18,56	9,62	47.987
8	Estrategia Genial Master FIA	88,30	18,58	9,62	83.718
9	FIA Western Asset Dividendos Ceara	70,32	18,80	9,81	61.081
10	Santander FI Ethical II Acoes	15,48	18,83	9,27	62.235
11	Proprio Capital FIA	86,42	19,14	13,04	46.492
12	Pacifico Rv Master FIA	116,13	19,15	9,28	74.319
13	Itau Excelencia Social Acoes FI	39,15	19,69	8,66	62.387
14	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	96,47	19,77	7,90	62.935
15	Previcat FIA	108,46	19,85	8,17	95.346
16	Gerdau Previdencia FIA 04	83,52	19,92	7,35	71.351
17	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	82,68	20,45	12,50	55.273
18	FIA Gap Valor Pernambuco	113,08	20,75	5,34	65.159
19	Fprv ARX Melro FIA Prev	85,56	20,99	8,43	96.046
20	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	90,53	21,34	3,29	89.718
21	FIA Sabesprev Bahia Valuation	118,30	21,39	5,65	66.319
22	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	95,00	21,64	4,28	62.676
23	Safra Dividendos FIA	67,97	21,65	8,83	68.823
24	Santander FIA Mirante Ibrx	77,73	21,73	2,99	78.387
25	FIA Meaibe Ibx Ativo	94,66	21,74	3,93	59.126
26	Bradesco FIA Salubre	83,98	22,18	2,60	92.347
27	Itau Previdencia Ibrx FIA	96,93	22,24	2,61	57.222
28	Turquoise Dc Plan FIA Prevideciario	82,25	22,25	1,81	76.809
29	Malibu FIA	87,70	22,33	2,17	56.965
30	Mapfre Sf FIA	70,78	22,70	6,34	46.883
31	Sicredi FIA Ibovespa	80,64	22,70	3,11	47.365
32	Ibrx 50	83,56	23,47	0,00	-
33	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	81,84	24,23	7,88	63.861
34	Finacap Mauritsstad FIA	131,76	26,37	12,16	53.528
35	Fachesf Dividendos FIA	101,37	26,62	12,60	46.561

TABELA 4. CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR

Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Mar/19	Volatilidade Anual Mai/14 a Mar/19 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Mar/19	Patrimônio Mar/19
1	Fachesf Sao Francisco Hte FIA	82,68	20,45	12,50	55.273
2	Proprio Capital FIA	86,42	19,14	13,04	46.492
3	Finacap Mauritsstad FIA	131,76	26,37	12,16	53.528
4	Fator Master FIA	101,31	18,56	10,12	71.367
5	Fachesf Dividendos FIA	101,37	26,62	12,60	46.561
6	FIA Western Asset Dividendos Ceara	70,32	18,80	9,81	61.081
7	Pacifico Rv Master FIA	116,13	19,15	9,28	74.319
8	Previcat FIA	108,46	19,85	8,17	95.346
9	Itau Excelencia Social Acoes FI	39,15	19,69	8,66	62.387
10	Celos Claritas Valor FIA	123,88	18,33	10,19	88.393
11	Western Asset Institucional 50 Acoes FIA	96,47	19,77	7,90	62.935
12	Santander FI Ethical II Acoes	15,48	18,83	9,27	62.235
13	Fprv ARX Melro FIA Prev	85,56	20,99	8,43	96.046
14	Tucano FIA Prev	104,04	18,40	9,06	67.135
15	Safra Dividendos FIA	67,97	21,65	8,83	68.823
16	FIA Franklin Templeton Valor Bahia	105,80	18,14	9,10	62.571
17	Grou Valor Master FIA	115,30	18,56	9,62	47.987
18	Barra FIA	108,34	18,54	9,74	75.332
19	Saga Sf FIA	55,17	18,56	9,48	98.420
20	Estrategia Genial Master FIA	88,30	18,58	9,62	83.718
21	Santander FIA Mirante Ibrx	77,73	21,73	2,99	78.387
22	Gerdau Previdencia FIA 04	83,52	19,92	7,35	71.351
23	FIA Gap Valor Pernambuco	113,08	20,75	5,34	65.159
24	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	81,84	24,23	7,88	63.861
25	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	95,00	21,64	4,28	62.676
26	FIA Meaiepe Ibx Ativo	94,66	21,74	3,93	59.126
27	FIA Sabesprev Bahia Valuation	118,30	21,39	5,65	66.319
28	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	90,53	21,34	3,29	89.718
29	Sicredi FIA Ibovespa	80,64	22,70	3,11	47.365
30	Itau Previdencia Ibrx FIA	96,93	22,24	2,61	57.222
31	Malibu FIA	87,70	22,33	2,17	56.965
32	Bradesco FIA Salubre	83,98	22,18	2,60	92.347
33	Mapfre Sf FIA	70,78	22,70	6,34	46.883
34	Turquoise Dc Plan FIA Previdenciario	82,25	22,25	1,81	76.809
35	Ibrx 50	83,56	23,47	0,00	-

No Gráfico abaixo é possível observar o desempenho acumulado dos Fundos que constituem o Segmento de Renda Variável dos Planos, tomado desde o início, sob a gestão da **SAGA-Capital e Mapfre (05/2014 a 03/2019)**. A primeira manteve o comportamento prudencial, montando defesas para evitar perdas, caso adviesse alguma notícia surpresa; já a segunda se manteve na postura de acompanhar, com maior aderência, o desempenho do *benchmark*. É exatamente o *mix* das posturas dos gestores que reforça a convicção da existência de equilíbrio na composição das carteiras.

GRÁFICO 11. DESEMPENHO DOS FIA'S - SAGA E MAPFRE SF - MAIO/2014 A MARÇO DE 2019


2.2.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Nesse Segmento estão alocados os recursos dos Planos em 3 (três) ativos distintos:

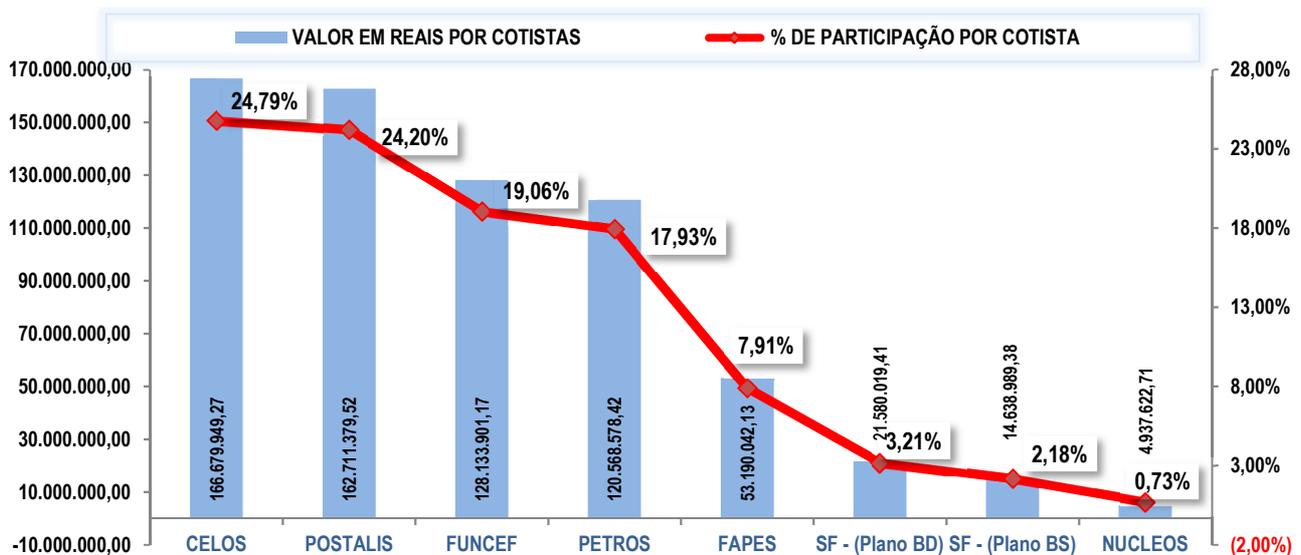
- Energia PCH - FIP/ Projeto Juruena;
- Geração de Energia FIP Multiestratégia, e
- Fundo de Investimento Multimercado.

2.2.3.1 Energia PCH - FIP / Projeto Juruena

O **ENERGIA PCH – FIP** é um Fundo em Participações com objetivos de investir em projetos voltados para o setor de energia elétrica, constituído por um *portfólio* de quatro projetos: (i) projeto Juruena, (ii) Projeto DERSA - Rio das Garças; (iii) Projeto DERSA - Térmicas e (iv) Projeto Tetrahedron.

Dos quatro projetos, o **Juruena** é o único que se encontra concluído e em fase de geração comercial, sendo composto por cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) no Estado de Mato Grosso, com capacidade de geração de 91,4 MW: (i) PCH Cidezal S.A; (ii) PCH Sapezal S.A; (iii) PCH Pare-cis S.A; (iv) PCH Rondon S.A. e (v) PCH Telegráfica S.A.

GRÁFICO 12. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO - ENERGIA PCH / FIP - MARÇO DE 2019



Encerrado o 1º trimestre de 2019, encontrava-se alocado no Energia **PCH - FIP/Juruena** o valor de R\$ 36.219.008,79 - sendo: R\$ 21.580.019,41 do Plano I/BD, correspondentes a 5,65% dos ativos e 3,21% do projeto e R\$ 14.638.989,38 do Plano III / Saldado, correspondentes a 5,17% dos ativos e 2,18% do projeto.

A renovação da outorga para as usinas, como constante das condições contratuais, encontra-se prevista para 2032.

Encerrado o 1º trimestre de 2019, os dados relevantes do projeto estão nas práticas empregadas pelo Gestor ("**Vinci Partners**"), seja pela realização das ações imediatas e informações mensais formais aos Cotistas.

Mediante a escolha dos assessores financeiros ocorrida em julho de 2018, com objetivo de formalizar o início do **Processo de Desinvestimento**, para início dos estudos de condução do processo de alienação dos ativos sob a responsabilidade do *Credit Suisse*, espera-se que em 2019 haja efetivamente a consolidação do processo de desinvestimento manifestado por todos os cotistas.

A Diretoria de Finanças participa ativamente no processo de desinvestimento do ativo, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo. O Comitê Estratégico de Investimentos - CEI encontra-se atento às ações do Gestor e do desempenho setorial.

2.2.3.2 Geração de Energia FIP Multiestratégia

- **Gestor:** BRPP Gestão de Produtos Estruturados Ltda (Grupo Brasil Plural).
- **Administrador:** BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.
- **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no **setor de geração de energia** e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo **FUNDO**.
- **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.

Encerrado o 1º trimestre de 2019 encontrava-se alocado no **Geração de Energia FIP Multiestratégia** o valor de R\$ 11.209.467,95 - sendo: R\$ 6.678.628,17 do Plano I/BD, correspondentes a 1,75% do Patrimônio Líquido e R\$ 4.530.839,78 do Plano III/Saldado, correspondentes a 1,60% do Patrimônio Líquido.

A exemplo do PCH/FIP a Diretoria de Finanças tem participado ativamente e redobrado as atenções no processo de desinvestimento do ativo, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo. O Comitê Estratégico de Investimentos - CEI encontra-se atento às ações do Gestor e do desempenho setorial. Vale ressaltar que o Fundo se encontra em Processo de Desinvestimento, **com vencimento Final em 29.06.2019**, com regras ainda a serem definidas pelo Gestor e Administrador, no formato de propostas de instituições financeiras para prestação de serviço de assessoria no processo de venda, a ser discutido e aprovado pelo Comitê de Investimentos do Fundo e posteriormente aprovado ou rejeitado pelos Cotistas em Assembleia, o que deverá ocorrer no decorrer do 1º semestre de 2019.

Comentários:

Na última Assembleia Geral dos Cotistas - AGC, realizada na sede do Administrador (BNY- Mellon) Rio de Janeiro, com data de 19.02.2019, trouxe a pauta as discussões quanto à possibilidade e viabilidade de prorrogação do prazo de duração do Fundo por mais 12 (doze) meses, com término em 29 de junho de 2020. No encerramento do 1º trimestre de 2019, a matéria encontrava-se, ainda, pendente de decisão, por não atender o escopo do Ofício Circular Conjunto nº 3/2019/SIN/SPREV, no que tange a possibilidade de **Fundos de Investimento com cotistas caracterizados como RPPS** poderem prorrogar o prazo de extinção do fundo. Registra-se também, que o Fundo vem enfrentando problemas com o Administrador, que tenta declinar de suas funções, bem como a baixa liquidez dos ativos que constituem o Fundo. A Diretoria de Finanças aguarda as próximas convocações e acompanha atentamente os *call's* mensais realizados pelo Gestor, com a participação dos Cotistas, focado no processo de desinvestimento proposto aos pretensos investidores, com supervisão e futura deliberação do Comitê de Investimento do Fundo.

2.2.3.3 Fundo de Investimento Multimercado - Saga Snake

Trata-se de um **Fundo Multimercado** utilizado somente com vista à administração das disponibilidades. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

2.2.4 Segmento Imobiliário

A Resolução Nº 4.661-CMN, de 25.05.2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos Planos administrados pelas EFPC, veda a aquisição de terrenos e imóveis, mas, permite a manutenção do estoque, desde que sua alienação venha a ocorrer no prazo de 12 (doze) anos. Após a aprovação da nova Resolução, no Segmento Imobiliário foram incluídos os “Fundos Imobiliários” (FII) e Cotas de Fundos (FICFII); CRI e CCI, assim constituídos: (i) **Empreendimento Fernandez Plaza / Salvador - BA;** (ii) **Centro de Distribuição - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ** e (iii) **CRI - Companhias Securitizadoras: (a) BRC - Securitizadora e (b) Infrasec - Securitizadora.**

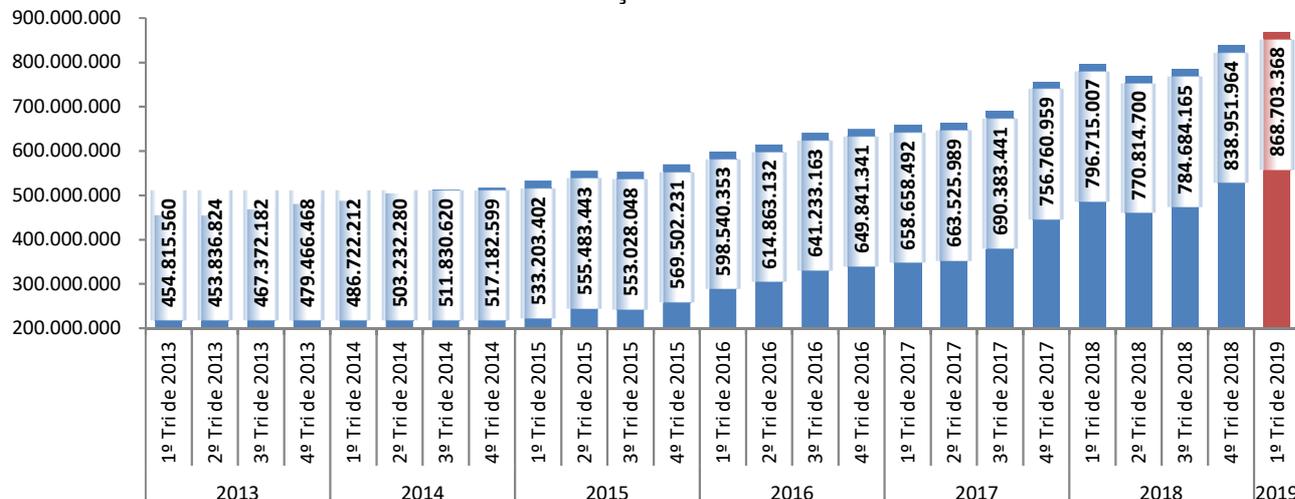
Encerrado o 1º trimestre de 2019 encontrava-se alocado no Segmento o valor de R\$ 21.824.833,62 - sendo: R\$ 14.186.856,49 do Plano I/BD, correspondentes a 3,71% do Patrimônio Líquido e R\$ 7.637.977,13 do Plano III / Saldado, correspondentes a 2,70% do Patrimônio Líquido.

2.2.4.1 Empreendimento Fernandez Plaza - Salvador - BA

O empreendimento Fernandez Plaza, localizado na Praça de Salvador-BA, é constituído por 56 (cinquenta e seis) salas, sob a administração da **José Alberto Imóveis Ltda.** Encerrado o 1º trimestre de 2019, o nível de desocupação atingiu 71,43%, ou seja, do total das 56 salas detidas pelos Planos somente encontram-se alugadas 16. No período de vigência da **Política de Investimento 2019/2023**, além de não destinar recursos para o Segmento Imobiliário, manteve-se a política visando diminuir a vacância das salas e busca de soluções e alternativas para alienação das unidades que, ainda, dependem fundamentalmente da melhoria do desempenho econômico e liberação da sua Escritura.

2.2.5 Ativo Total Consolidado sob Gestão da SÃO FRANCISCO

GRÁFICO 13. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL



O Ativo Total Consolidado atingiu o montante de R\$ 868,7 milhões, contra R\$ 838,9 milhões ao fim do 4º trimestre de 2018, representando alta de 3,55%. A variação patrimonial positiva tem sua explicação fundada na oscilação da taxa de juros dos títulos públicos marcados a “Mercado”, com destaque para o Codeprev e a retomada do alta do mercado acionário, com reflexos positivos no Segmento de Renda Variável dos Planos I/BD e III/Saldado.

Na gestão tática, o procedimento adotado foi no sentido de reduzir as posições mais longas e concentrar nas posições mais curtas dos Títulos Públicos Federais-NTN/B, com objetivo de combater diretamente a volatilidade gerada no decorrer da discussão no Congresso Nacional da Reforma da Previdência, frente as posições existentes nas Carteiras dos Planos precificadas a “Mercado”, com destaque para o Codeprev.

3 DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA

Compete observar que na apuração das Demonstrações Contábeis os lançamentos realizados observaram o Princípio da Competência, o qual determina que os efeitos das transações e outros eventos certos de sua ocorrência nos meses vindouros próximos, sejam reconhecidos nas demonstrações levantadas independentemente do recebimento ou pagamento das mesmas. Isto pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. As contribuições para o plano CODEPREV, por ser um plano com registro das reservas individuais, em cotas, têm os seus registros realizados pelo Regime de Caixa.

Os lançamentos contábeis primaram pela existência de documentos idôneos, claros, com identificação do fato contábil, além da utilização de complementos aos históricos padrões detalhando as características dos documentos que os originaram. Quando utilizada informações internas, estas estão identificadas pela cadeia de responsabilidade definida na estrutura orgânica da Entidade.

A Fundação São Francisco optou por empregar a segregação real. Entende a Entidade que assim agindo apresenta a necessária acuidade ao postulado que define conceitualmente uma Entidade contábil, respeitando a natureza e a finalidade das transações. É possível dessa forma, avaliar com distinção o conjunto de dados da Fundação São Francisco, consolidada em atendimento a exigência legal, como também os dados produzidos pela gestão de cada um dos Planos de Benefícios e da Gestão Administrativa, em separado:

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	Período		PASSIVO	Período	
	mar/19	mar/18		mar/19	mar/18
DISPONÍVEL	107.188,84	109.824,92	EXIGÍVEL OPERACIONAL	24.595.939,62	23.341.646,01
			Gestão Previdencial	23.976.182,37	22.548.614,06
REALIZÁVEL	864.865.959,43	792.812.675,47	Gestão Administrativa	583.825,49	747.899,58
Gestão Previdencial	46.339.626,54	47.553.888,08	Investimentos	35.931,76	45.132,37
Gestão Administrativa	3.891.201,31	3.873.108,47	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.896.589,32	5.971.067,54
Investimentos	814.635.131,58	741.385.678,92	Gestão Previdencial	147.232,79	147.232,79
Títulos Públicos	576.620.282,19	519.669.476,70	Gestão Administrativa	5.255.386,97	5.057.017,42
Créditos Privados e Depósitos	18.992.210,51	18.563.239,25	Investimentos	493.969,56	766.817,33
Fundos de Investimento	204.905.446,79	188.297.494,11	PATRIMÔNIO SOCIAL	838.210.839,50	767.402.293,26
Investimentos Imobiliários	10.694.743,94	10.583.911,77	Patrimônio de Cobertura do Plano	815.734.306,29	745.988.855,79
Empréstimos e Financiamentos	3.181.671,02	3.757.932,19	Provisões Matemáticas	821.311.352,30	742.157.522,17
Depos. Jud. Recursais	240.777,13	513.624,90	Benefícios Concedidos	387.576.687,30	352.953.387,49
			Benefícios a Conceder	433.734.665,00	389.204.134,68
PERMANENTE	3.730.220,17	3.792.506,42	Equilíbrio Técnico	(5.577.046,01)	3.831.333,62
Imobilizado	3.722.785,84	3.777.761,51	Resultados Realizados	(5.577.046,01)	3.831.333,62
Diferido	7.434,33	14.744,91	(+) Superávit Técnico Acumulado	-	3.831.333,62
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(5.577.046,01)	-
			Fundos	22.476.533,21	21.413.437,47
			Fundos Previdenciais	7.878.149,94	5.784.950,24
			Fundos Administrativos	13.022.503,25	13.962.997,12
			Fundos dos Investimentos	1.575.880,02	1.665.490,11
TOTAL DO ATIVO	868.703.368,44	796.715.006,81	TOTAL DO PASSIVO	868.703.368,44	796.715.006,81

A consolidação do Balanço Patrimonial não se trata de uma simples soma de contas, pois, como prescreve o próprio postulado da Entidade contábil, a consolidação exige que sejam retirados os efeitos provocados pelas relações mútuas entre as Entidades contábeis, os Planos de Benefícios e o PGA – Plano de Gestão Administrativa. Assim é que no consolidado, o que um plano deve ao outro não aparecerá, bem como o “resultado da equivalência patrimonial” (registro do fundo administrativo) nos Planos de Benefícios.

Destaca-se que não se trata de transações entre planos, haja vista que a legislação a proíbe, mas, precipuamente, as relações de custeio dos planos com o PGA, bem assim, a formação dos fundos administrativos, respeitando a origem dos recursos e os gastos administrativos incorridos relativamente a cada plano, quando identificáveis diretamente, ou por aplicação de rateios nos demais casos.

QUADRO 2. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – MARÇO/2019

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 1º TRIMESTRE				
DEFINIÇÃO	BD	BS	CD	Consolidado
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 15.568.931	- 4.210.793	-	- 19.779.723
1- CONTRIBUIÇÕES	2.533.658	1.010.984	6.195.660	9.740.302
(+) Patrocinadores	926.360	-	3.049.065	3.975.425
(+) Participantes Ativos	23.131	-	3.335.405	3.358.536
(+) Autopatrocínados	-	-	2.795	2.795
(+) Participantes Assistidos	1.638.024	-	243	1.638.267
(+) Dívida Contratada	-	1.010.984	-	1.010.984
(-) Custeio	- 53.857	-	- 191.848	- 245.705
				-
2- DESTINAÇÕES	- 10.860.176	- 277.436	- 1.430.155	- 12.567.767
(-) Benefícios	- 10.860.176	- 277.436	- 1.430.155	- 12.567.767
				-
3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	93.735	-	-	93.735
(+/-) Quotas quitação por morte	93.735	-	-	93.735
				-
4- INVESTIMENTOS	15.747.288	9.803.845	6.231.272	31.782.405
(+) Renda Fixa	10.318.944	5.860.296	6.235.393	22.414.633
(+) Renda Variável	5.929.004	4.033.452	399.760	10.362.216
(+) Imóveis	- 62.056	- 42.185	-	- 104.242
(+) Empréstimos	35.954	267.706	-	303.660
(-) Custeio	- 474.558	- 315.423	- 403.881	- 1.193.862
				-
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	- 3.353.518	7.202.738	10.296.972	14.146.193
(+) Benefícios Concedidos	- 3.344.720	26.059.768	303.152	23.018.201
(+) Benefícios a Conceder	- 8.798	- 18.857.030	9.993.820	- 8.872.008
				-
B) RESULTADO DEFICITÁRIO/SUPERAVITÁRIO DO EXERCÍCIO (1+2+3+4+5)	10.868.023	3.334.655	-	14.202.677
C) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS (1+2+3+4+5)	-	-	699.804	699.804
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL - EQUILÍBRIO TÉCNICO (A+B)	- 4.700.908	- 876.138	-	- 5.577.046

QUADRO 3. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

Consolidado	mar/19	mar/18	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2018
			2019	2018	
Investimentos	814.635	741.386			
Títulos Públicos	576.619	519.669	70,8%	70,1%	11,0%
Créditos Privados e Depósitos	18.992	18.563	2,3%	2,5%	2,3%
Companhias Abertas	18.992	18.563	2,3%	2,5%	2,3%
Fundos de Investimento	204.907	188.297	25,2%	25,4%	8,8%
Multimercado	6.764	10.910	0,8%	1,5%	-38,0%
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	5.411	5.641	0,7%	0,8%	-4,1%
Ações	145.303	126.840	17,8%	17,1%	14,6%
Participações/FIP	47.429	44.906	5,8%	6,1%	6%
Investimentos Imobiliários	10.695	10.584	1,3%	1,4%	1,0%
Empréstimos	3.181	3.758	0,4%	0,5%	-15,4%
Depos. Jud. Recursais	241	514	0,0%	0,1%	-53,1%

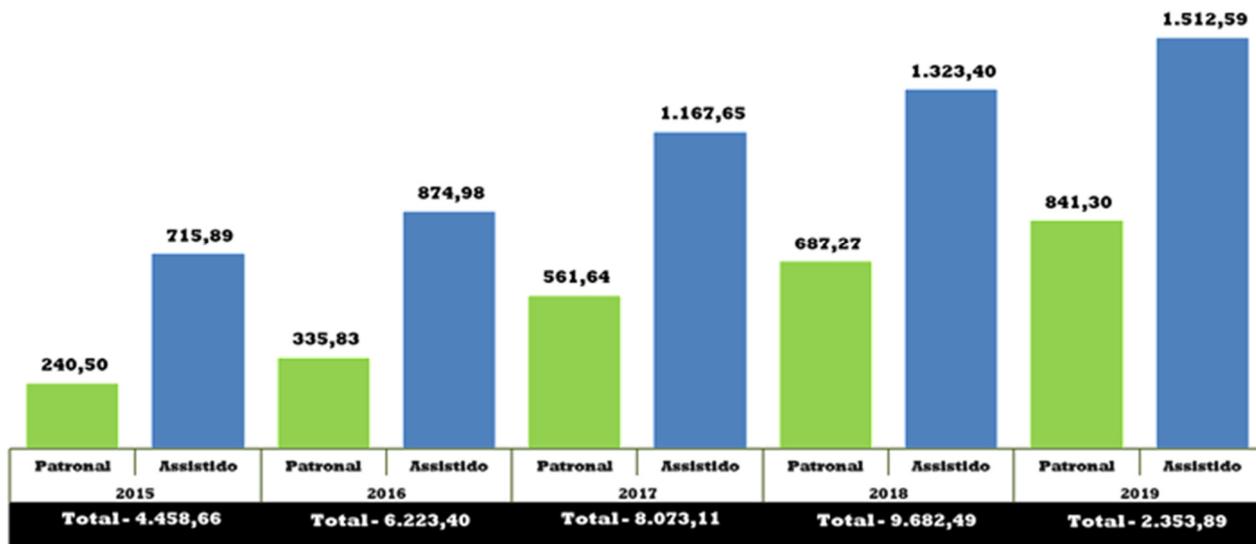
4 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

4.1 PREVIDENCIAL

4.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 14. PATRONAL X ASSISTIDOS

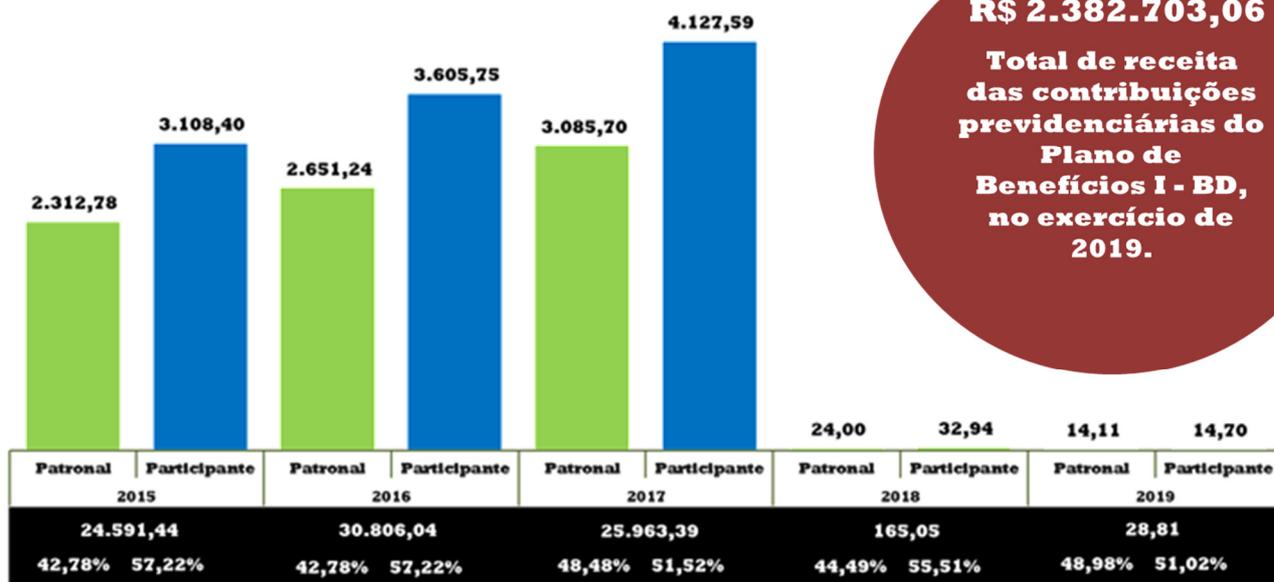
Contribuição Patronal x Participantes Assistidos - Em mil Reais



O aumento das contribuições, em comparação ao mesmo período do ano anterior, deve-se ao ajuste das contribuições normais, na ordem de 20,43%, ocorrido a partir de abril de 2018.

GRÁFICO 15. PATRONAL X ATIVOS

Contribuição Patronal x Participantes Ativos - Em mil Reais

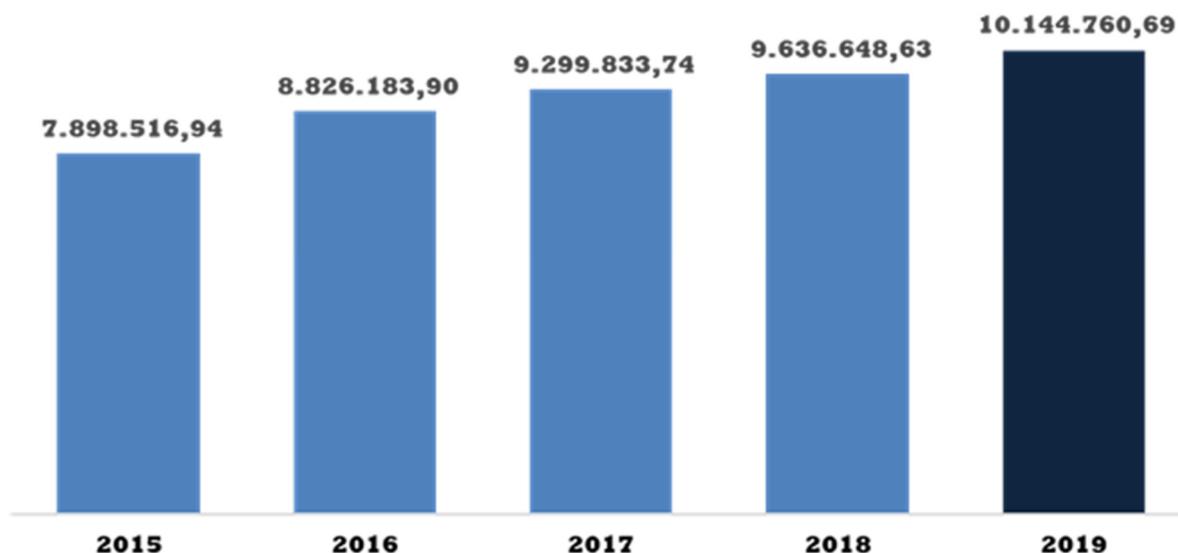


A diminuição das contribuições, em comparação ao mesmo período do ano anterior, deve-se a transferência de participante em gozo de suplementação de auxílio-doença, no Plano de Benefícios I, para o Plano de Benefícios III – Saldado, em março de 2018.

Não há dívida das Patrocinadoras, CODEVASF e SÃO FRANCISCO, com o Plano de Benefícios I – BD.

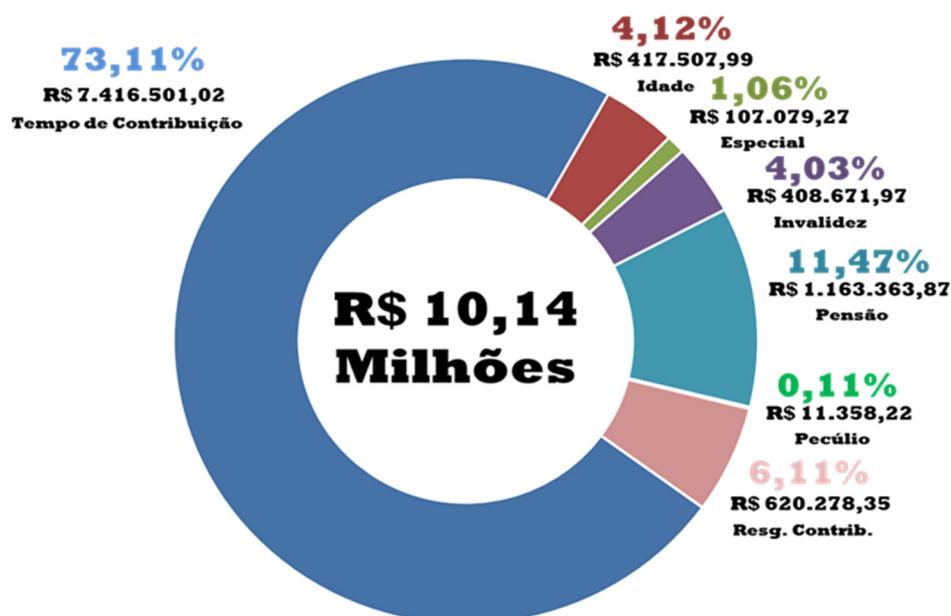
4.1.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 16. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS



O aumento das despesas previdenciárias refere-se ao reajuste dos benefícios e dos resgates de contribuições efetuados por ex-participantes demitidos no período.

GRÁFICO 17. DESPESAS POR BENEFÍCIOS NO TRIMESTRE



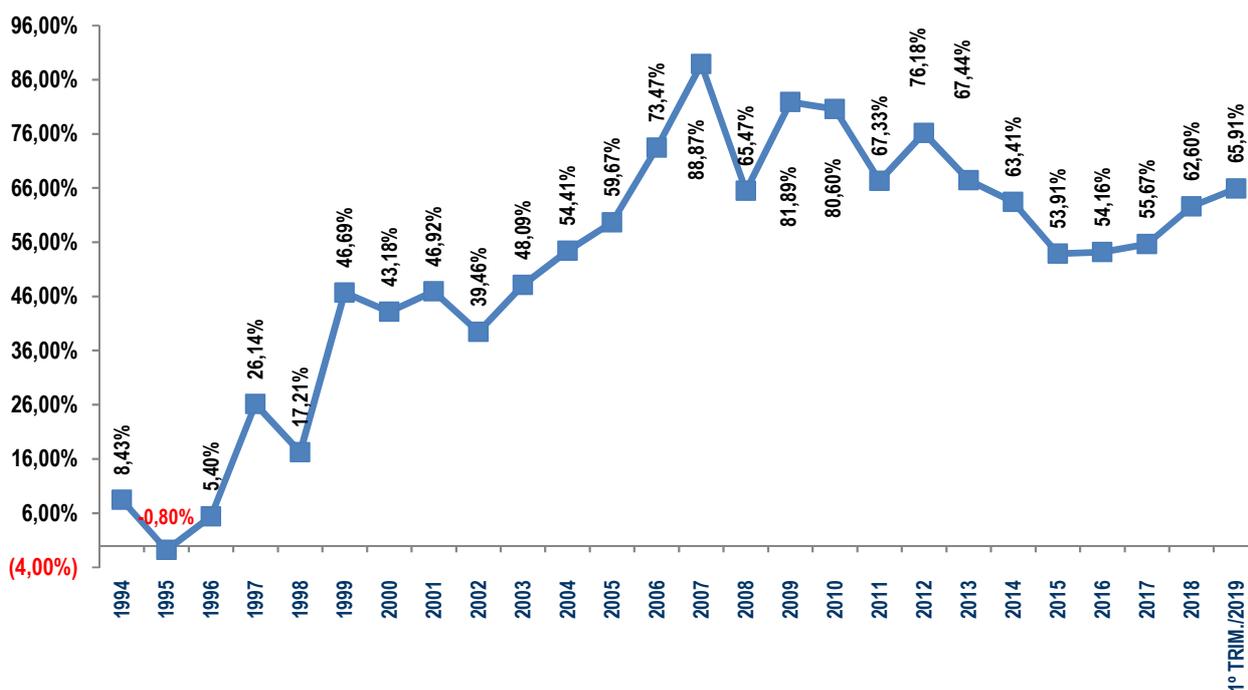
4.2 INVESTIMENTO

4.2.1 Performance do Plano I – BD – Descontada da Meta Atuarial

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano I/BD. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a março de 2019. **Fica evidente que nos últimos vinte e quatro anos e três meses, a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.**

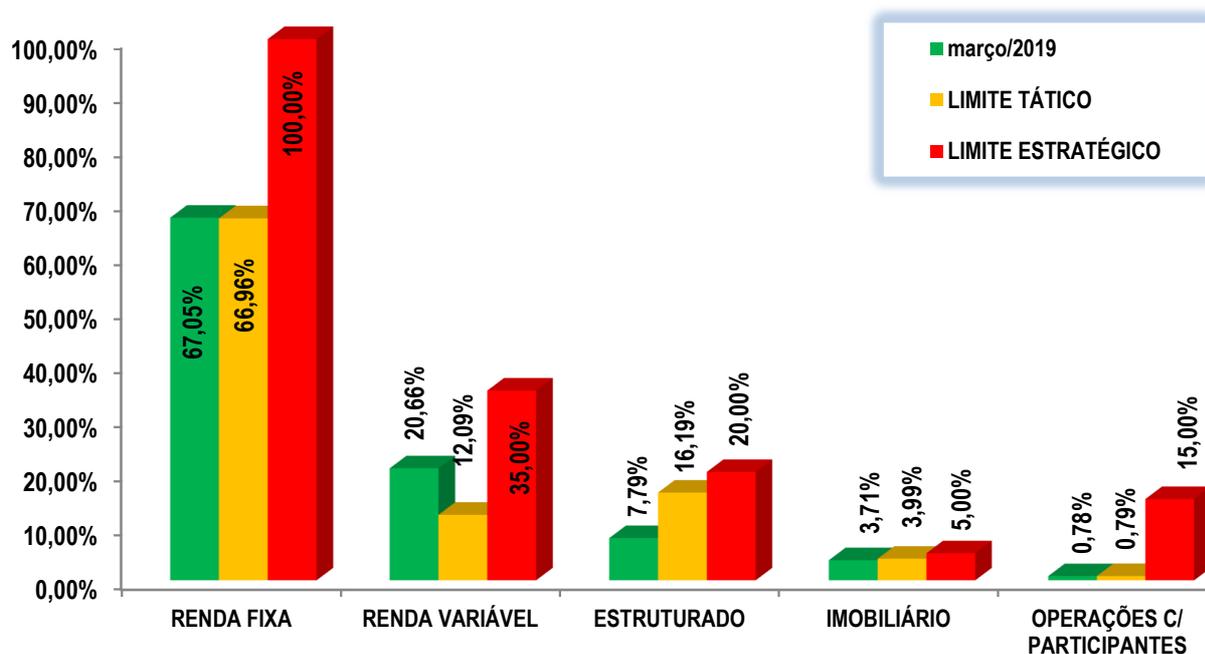
Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. No encerramento do 1º trimestre de 2019, com a taxa superior a 65%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2016. Os resultados do Plano permitiram ao Comitê **Estratégico de Investimentos-CEI** manter os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

GRÁFICO 18. DESEMPENHO ACUMULADO



4.2.2 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Estruturado, Imobiliário e Operações C/ Participantes**, encontrava-se, no encerramento do 1º Trimestre de 2019, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2019/2023, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

GRÁFICO 19. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

TABELA 5. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2018 x 2019 - PLANO DE BENEFÍCIO I - BD -							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2018		março/2019		POLÍTICA DE INVESTIMENTO		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	252.132.430,33	67,44%	256.237.030,95	67,05%	66,96%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	77.408.308,47	20,70%	78.962.071,56	20,66%	12,09%	35,00%	70,00%
ESTRUTURADO	26.798.106,70	7,17%	29.783.259,04	7,79%	16,19%	20,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	14.653.990,72	3,92%	14.186.856,49	3,71%	3,99%	5,00%	20,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	2.872.117,36	0,77%	2.967.510,79	0,78%	0,79%	15,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	373.864.953,58	100%	382.136.728,83	100%			
(+) Disponível - Conta 11	14.799,96	VARIACÃO NOMINAL	10.903,52				
(-) Exigível de Investimentos	-186.072,34		-178.472,57				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	373.693.681,20	↑ 2,21%	381.969.159,78				

4.2.3 Rentabilidade

A rentabilidade registrada no 1º trimestre de 2019 do Plano foi de 4,34%. Descontada a meta atuarial registrada no período (INPC+4,90% a.a.), que atingiu 2,26%, o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial em 2,08 pontos-base, motivada pela queda das taxas dos títulos públicos existentes carteira de Renda Fixa com marcação a “Mercado” e pelo bom desempenho do mercado acionário, refletindo positivamente no Segmento de Renda Variável do Plano.

GRÁFICO 20. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO

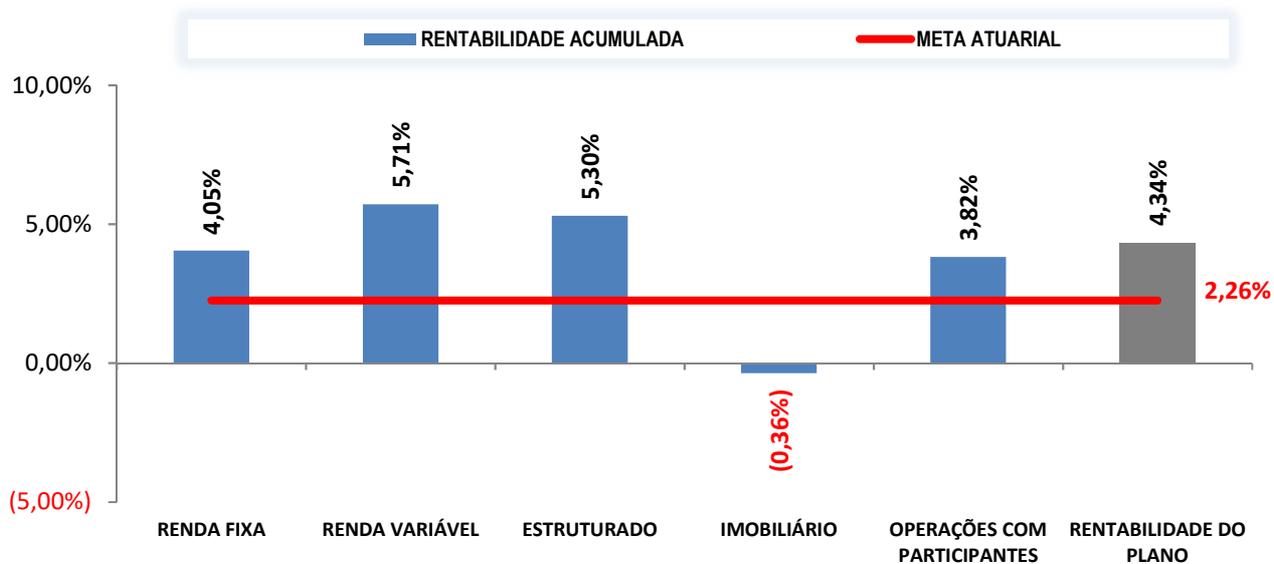


TABELA 6. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO

RENTABILIDADE DO PLANO I/BD				
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	1º TRIMESTRE DE 2019			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,78%	4,05%	4,05%	10,56%
RENDA VARIÁVEL	0,02%	5,71%	5,71%	14,04%
ESTRUTURADO	5,14%	5,30%	5,30%	5,90%
IMOBILIÁRIO	0,56%	(0,36%)	(0,36%)	8,38%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,57%	3,96%	3,96%	19,61%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,94%	4,34%	4,34%	10,97%
META ATUARIAL	0,94%	2,26%	2,26%	9,03%
DIVERGÊNCIA	(0,00%)	2,08%	2,08%	1,94%

4.2.4 Detalhamento por Segmento

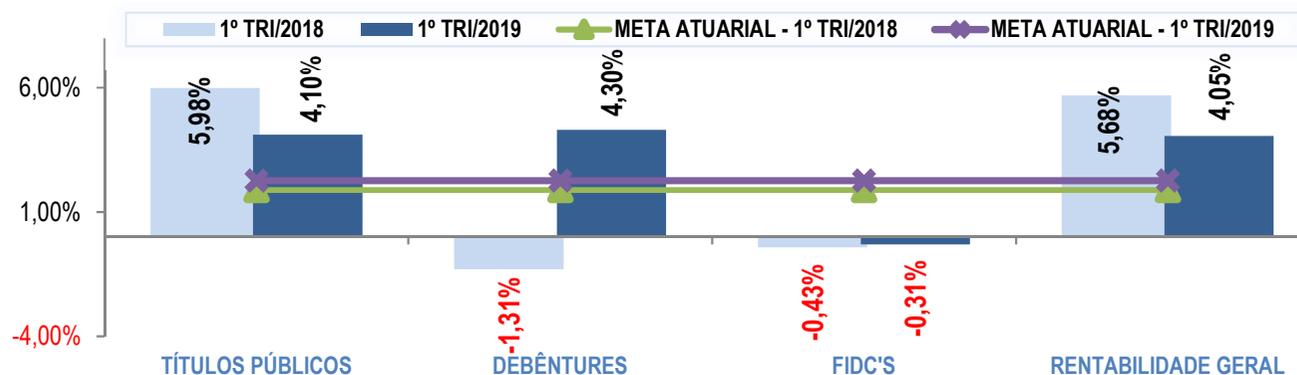
4.2.4.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 67,05% do total dos Ativos de Investimentos assim distribuídos:

TABELA 7. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL SEGMENTO	LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING		PERFORMANCE					
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		TÁTICO	ESTRATÉGICO		NOTA	DATA	mar/19	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 21	RENDA FIXA	256.237.030,95	100,00%	67,05%	100%	66,96%	100%	9,58			0,78%	4,05%	4,05%	10,56%	2,54%	1,79%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	248.457.611,74	96,96%	65,02%	100%			9,73			0,78%	4,10%	4,10%	10,62%	2,59%	1,84%
	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	248.457.611,74	96,96%	65,02%				9,73	Soberano		0,78%	4,10%	4,10%	10,50%	2,59%	1,84%
II	Emissão de Sociedade por ações de capital aberto	4.637.013,83	1,81%	1,21%	80%			1,83			1,34%	4,30%	4,30%	18,18%	2,79%	2,04%
	DEBENTURES	4.637.013,83	1,81%	1,21%				1,83			1,34%	4,30%	4,30%	18,18%	2,79%	2,04%
	Risco de Crédito Especulativo (1)															
	CEMIG - GT	4.637.013,83	1,81%	1,21%				1,83	BBB- (Fitch)	03/05/2018	1,34%	4,30%	4,30%	18,18%	2,79%	2,04%
III	Cota de classe de fundos de investimentos em direitos creditórios	3.142.405,38	1,23%	0,82%	20%			0,00			-0,11%	-0,31%	-0,31%	-4,06%	-1,82%	-2,57%
	FIDC	3.142.405,38	1,23%	0,82%				0,00			-0,11%	-0,31%	-0,31%	-4,06%	-1,82%	-2,57%
	Alto Risco de Crédito													0,00%		
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	3.142.405,38	1,23%	0,82%							-0,11%	-0,31%	-0,31%	-4,06%	-1,82%	-2,57%

GRÁFICO 21. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO DE RENDA FIXA



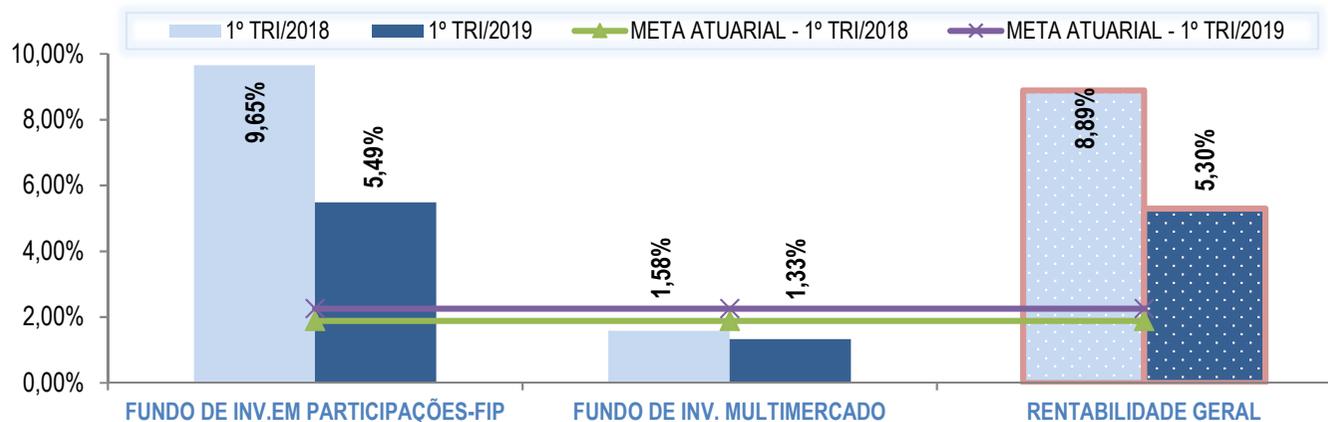
4.2.4.2 Estruturado

O Segmento de Estruturado encerrou o 1º trimestre de 2019 com 7,79% do Ativo de Investimento, contra 7,17% no 4º de 2018 – aumento de 0,62 pontos-base, motivado pela reavaliação do Energia PCH FIP – Juruena, cuja valorização da cota foi de 7,01%.

TABELA 8. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – ESTRUTURADO

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO		ESTRATÉGICO	NOTA	DATA	mar/19	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	S/META
																S/CDI e IBrX- 50	
Art. 23	ESTRUTURADO	29.783.259,04	100,00%	7,79%	20%	16,19%	20%				5,14%	5,30%	5,30%	5,90%	3,78%	3,04%	
I - a)	Fundos de Investimento em Participações	28.258.647,58	94,88%	7,39%	15%						5,36%	5,49%	5,49%	5,53%	3,97%	3,23%	
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	21.580.019,41	72,46%	5,65%							7,15%	7,01%	7,01%	7,15%	5,50%	4,75%	
	GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP MULTISTRATÉGIA (GESTOR: BRPP - BRASIL PLURAL)	6.678.628,17	22,42%	1,75%							-0,02%	0,84%	0,84%	0,62%	-0,67%	-1,42%	
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	1.524.611,46	5,12%	0,40%	15%						0,44%	1,33%	1,33%	5,87%	-0,19%	-0,93%	
	SAGA SNAKE FIM	1.524.611,46	5,12%	0,40%							0,44%	1,33%	1,33%	5,87%	-0,19%	-0,93%	

GRÁFICO 22. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO ESTRUTURADO



4.2.4.3 Imobiliário

Neste Segmento estão alocados 3,71% do total dos Ativos de Investimentos. A definição contida na Política de Investimento do Plano 2019/2023 - é a de promover a alienação dos imóveis, desde que as condições de mercado assim permitam.

TABELA 9. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING NOTA						
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	SEGMENTO	TÁTICO	ESTRATÉGICO			mar/19	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 24	IMOBILIÁRIO	14.186.856,49	100,00%	3,71%	20%	3,99%	5%			0,56%	-0,36%	-0,36%	8,38%	-1,88%	-2,62%
	Imóveis para Aluguel e Renda	6.372.005,16	44,91%	1,67%						-0,30%	-2,62%	-2,62%	0,13%	-4,13%	-4,88%
	FERNANDEZ PLAZA	5.245.620,32	36,98%	1,37%						-0,28%	-3,03%	-3,03%	-5,16%	-4,55%	-5,29%
	SÃO CRISTÓVÃO	1.126.384,84	7,94%	0,29%						-0,16%	-0,48%	-0,48%	28,14%	-1,99%	-2,74%
II	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	7.814.851,33	55,09%	2,05%				5,27		1,25%	1,45%	1,45%	15,72%	-0,06%	-0,81%
	CRI	7.814.851,33	55,09%	2,05%				5,27		1,25%	1,45%	1,45%	15,72%	-0,06%	-0,81%
	Baixo Risco de Crédito (2)														
	BRC SECURITIZADORA	1.016.977,90	7,17%	0,27%				2,02	AA+ (Fitch)	1,59%	3,04%	3,04%	16,57%	1,52%	0,78%
	Médio Risco de Crédito (3)														
	INFRASEC SECURITIZADORA	6.797.873,43	47,92%	1,78%				5,75	AA (LFRating)	1,20%	1,23%	1,23%	15,68%	-0,28%	-1,03%

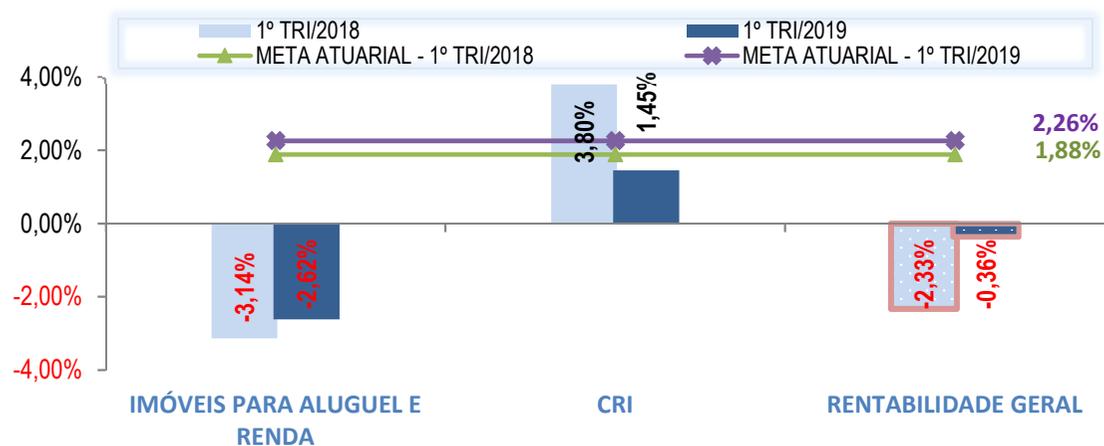
Monitoramento:

(2) Nota revisada em 08/02/2018 - não houve alteração

(3) Nota revisada em 21/08/2018 - não houve alteração

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

GRÁFICO 23. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – SEGMENTO IMOBILIÁRIO



4.2.4.4 Operações com Participantes – Empréstimos

Neste segmento estão alocados 0,78% do total dos Ativos de Investimentos.

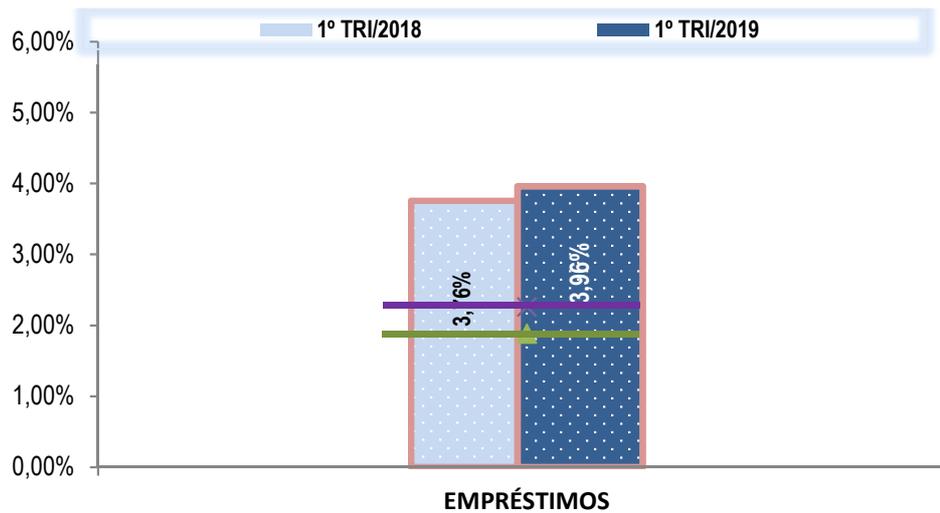
TABELA 10. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL SEGMENTO	LIMITE % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING						
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		TÁTICO	ESTRATÉGICO			mar/19	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	S/META
Art. 25	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.967.510,79	100,00%	0,78%	15%	0,78%	15%			1,57%	3,96%	3,96%	19,61%	2,45%	1,70%
I	EMPRÉSTIMOS	2.967.510,79	100,00%	0,78%						1,57%	3,96%	3,96%	19,61%	2,45%	1,70%

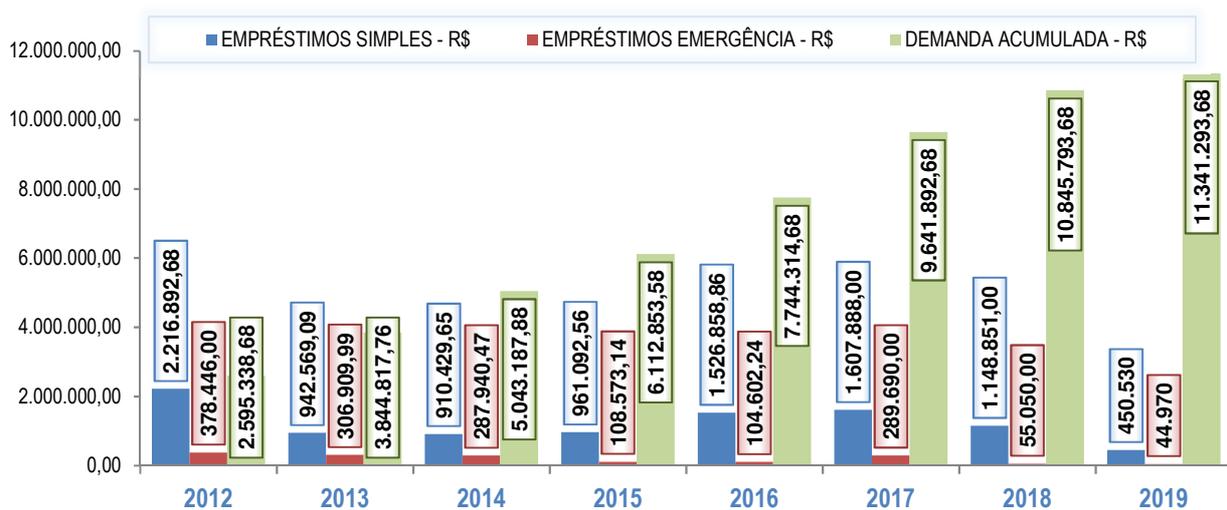
TABELA 11. CONCESSÕES

MÊS	SIMPLES		EMERGÊNCIA		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
JANEIRO	8	176.230,00	1	3.070,00	179.300,00
FEVEREIRO	3	68.200,00	1	15.400,00	83.600,00
MARÇO	5	206.100,00	1	26.500,00	232.600,00
TOTAL	16	450.530,00	3	44.970,00	495.500,00

O valor de concessão no **1º trimestre de 2019** alçou o valor de R\$ 495.500,00 contra R\$ 289.196,00 do 4º trimestre/2018, aumento de 71,34% na demanda. Esse comportamento identifica que os tomadores de empréstimos, nesse último trimestre, tiveram os valores contratados maiores que no trimestre anterior, observando leve aquecimento na demanda, e, ratifica a grande importância do Segmento para seus participantes. Vale ressaltar, que as concessões estão sendo realizadas apenas para os aposentados, ante a impossibilidade de se consignar as prestações de empréstimos pós-fixados junto à folha de pagamentos dos participantes ativos rodadas pelo SERPRO. Porém, o processo de abertura da Carteira encontra-se em análise, buscando atender as novas demandas pós Saldamento do Plano.

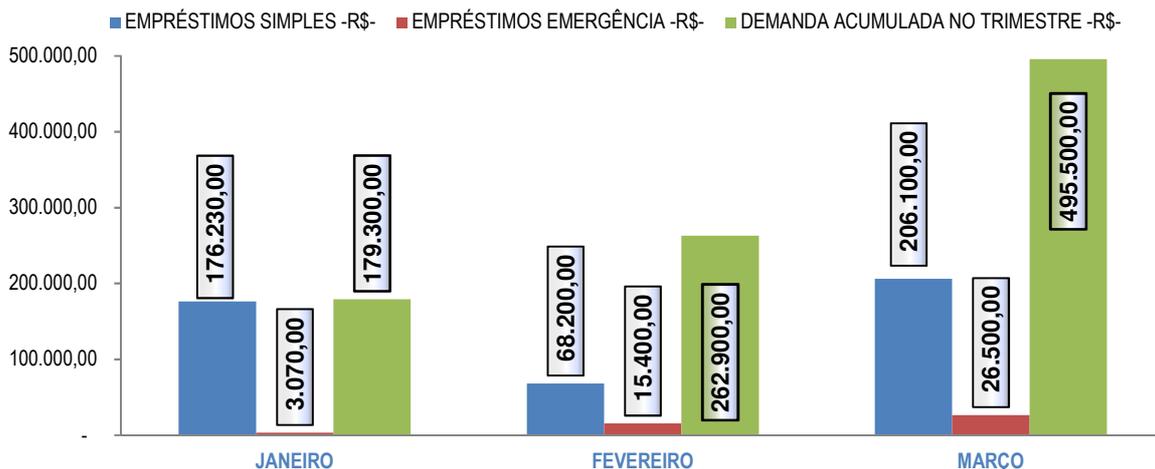
GRÁFICO 24. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA – EMPRÉSTIMOS


A Carteira de Empréstimos registrou no 1º trimestre, rentabilidade positiva de 3,96% contra meta atuarial de 2,26%. Esse resultado representa 1,70 pontos-base acima da meta.

GRÁFICO 25. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO

TABELA 12. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO

MÊS/ANO	EMPRÉSTIMO SIMPLES - R\$ -		EMPRÉSTIMO EMERGÊNCIA - R\$ -		TOTAL GERAL - R\$ -		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE TOTAL CONCEDIDA	VALOR TOTAL CONCEDIDO	VALOR TOTAL ACUMULADO
2012	103	2.216.892,68	28	378.446,00	131	2.595.338,68	2.595.338,68
2013	73	942.569,09	26	306.909,99	99	1.249.479,08	3.844.817,76
2014	96	910.429,65	24	287.940,47	120	1.198.370,12	5.043.187,88
2015	81	961.092,56	15	108.573,14	96	1.069.665,70	6.112.853,58
2016	87	1.526.858,86	14	104.602,24	101	1.631.461,10	7.744.314,68
2017	62	1.607.888,00	23	289.690,00	85	1.897.578,00	9.641.892,68
2018	51	1.148.851,00	5	55.050,00	56	1.203.901,00	10.845.793,68
2019	16	450.530	3	44.970	19	495.500,00	11.341.293,68

GRÁFICO 26. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE



4.2.5 Controle de Avaliação de Riscos

A “Avaliação e Monitoramento de Riscos” dos Ativos de Investimentos das carteiras próprias dos Planos I/BD; II/Codeprev; III/Saldado e PGA, sob gestão da Fundação São Francisco, são tratados e acompanhados pela I9ADVISORY - Consultoria Financeira, com metodologia e critérios que atenderão os dispositivos previstos na Legislação vigente - Resolução N° 4.661- CMN, de 25.05.2018.

Risco de Mercado

FUNDACAO SAO FRANCISCO - PLANO BD

VaR (Value-at-Risk)	16,104,935.05
% VaR (Value-at-Risk)	4.32%
Patrimônio Calculado	373,042,006.50
Patrimônio Informado	372,797,293.43

Parâmetros

Metodologia para estimar a volatilidade	EWMA
Fator de Decaimento (Lambda)	94.00
Amostra	90
Janela de Observação	1
Horizonte de Tempo	21

	PL	VAR	%VAR
30/04/2018			
30/05/2018			
29/06/2018			
31/07/2018			
31/08/2018			
28/09/2018			
31/10/2018			
30/11/2018			
31/12/2018			
31/01/2019	375,578,412	6,195,994	1.65
28/02/2019	372,136,386	10,716,663	2.88
29/03/2019	373,042,007	16,104,935	4.32



4.2.6 Operações Cursadas no Exercício de 2019:

Este tópico explora os procedimentos operacionais da **Diretoria de Finanças** na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de Títulos Públicos Federais. No decorrer do 1º trimestre, as operações de “Arbitragem” entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2019/2023.

As operações realizadas no decorrer do período considerado, consistiram mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais curtos, com precificações a “Mercado”, com objetivo de atender e perseguir a concentração definida pelo estudo de **ALM - Asset Liability Management elaborado pela I9ADVISORY - Consultoria Financeira**, de dezembro de 2018.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC Nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo a Tabela contendo as Operações Cursadas em Títulos Públicos Federais acumuladas no decorrer do trimestre, as quais, se antecipa, respeitaram efetivamente o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela **ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”**.

TABELA 13. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

PLANO I - BD						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
20/03/2019	NTN-B 2035	4,0600	4,2000	4,3700	4,3100	2.638.487,86
28/03/2019	NTN-B 2021	2,7900	3,0900	3,5200	3,1900	6.112.431,17
TOTAL						8.750.919,03
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
29/03/2019	NTN-B 2035	4,2300	4,4000	4,5800	4,3100	6.111.953,46
TOTAL						6.111.953,46

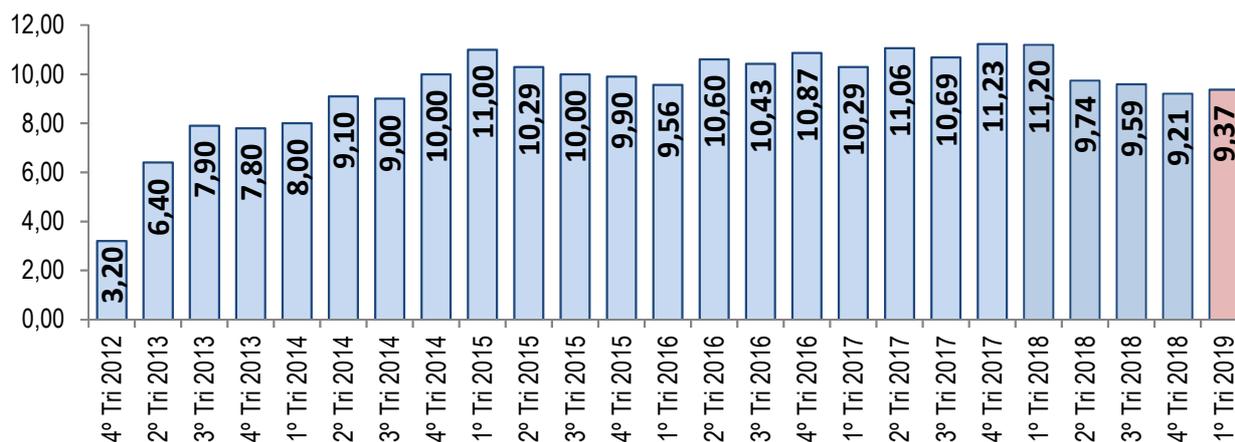
Todas as taxas negociadas na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela **ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”**, o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC Nº 21, de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na **Gerência de Finanças** podendo ser requisitados pelos órgãos de controle e fiscalização para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

4.2.7 Duration do Plano

No encerramento do 1º trimestre de 2019 o índice alcançou *duration* de 9,37 anos contra 11,20 anos, no mesmo período de 2018. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos (2023 a 2055), entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo, o qual alçou *duration* 9,76 anos calculados pelo modelo Previc.

GRÁFICO 27. EVOLUÇÃO DA DURATION



4.2.8 Acompanhamento Orçamentário:

A seguir, destacamos a aderência dos resultados alcançados no “**Acompanhamento Orçamentário 2019**”, frente às projeções realizadas pela Diretoria de Finanças, fato que nos leva à transparência futura dos Planos sob a gestão da Fundação.

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no Plano I/BD no encerramento do **1º trimestre de 2019** totalizou R\$ 15.841.023,13 - contra o Valor Orçado de R\$ 7.014.257,83 - ou seja, o realizado totalizou 225,84% daquele esperado no orçamento projetado para o período analisado.

O **Segmento de Renda Fixa** obteve desempenho acima das previsões, as receitas realizadas encerraram o trimestre com R\$ 10.197.699,52 - contra R\$ 5.559.076,85 projetados, ou seja, 183,44% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, fundamentalmente a queda dos juros das NTN/B's, precificadas a “Mercado”.

O **Segmento de Renda Variável**, motivado pela alta de 8,38% da Bolsa de Valores no primeiro trimestre, medida pelo IBrX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira do Plano, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortaleceu as condições táticas e estratégicas de manter os investimentos em ações. Portando, as previsões orçamentárias se confirmaram, gerando resultado positivo de R\$ 4.453.763,09 - contra R\$ 1.551.639,94 projetados, ou seja, 287,04% do previsto no encerramento trimestre.

O **Segmento de Investimentos Estruturados** motivado pela necessidade de liquidez frente os pagamentos de benefícios do Plano, a alocação foi realizada no Fundo Multimercado, ativo que compõe o segmento e atende as necessidade de curto prazo, surpreendeu as previsões orçamentárias, gerando resultado positivo de R\$ 1.485.029,77 - contra R\$ 28.645,63 projetado no período, ou seja, 5.184,14% no período.

O **Segmento Imobiliário**: o segmento registrou no primeiro trimestre resultado positivo de R\$ 49.399,88 - contra R\$ 229.307,93 projetados para o período, ou seja, 21,54% do previsto, motivado pelas mudanças na legislação vigente, promovido diretamente pela **revogação da Resolução N° 3.792, de 24.09.2009 pela Resolução N° 4.661, de 25.05.2018, onde foram vedadas as aquisições de “Terrenos” e “Imóveis”, mas a manutenção do estoque existente, até a sua alienação no prazo de 12 (doze) anos, incluindo no Segmento novos ativos: Fundos Imobiliários (FII); CCI e CRI, bem como a majoração do limite de 8% para 20% do total dos ativos do Plano.** Conseqüentemente, a realocação dos CRI's existentes no Plano para o Segmento Imobiliário, melhorou sistematicamente a nova avaliação e rentabilidade do Segmento no período considerado.

O **Segmento de Empréstimos** obteve desempenho positivo no primeiro trimestre. As receitas realizadas registraram o valor de R\$ 35.954,12 - contra R\$ 153.814,11 projetados no período considerado, ou seja, 23,38% do valor previsto. Contribuiu para este resultado, o aumento na demanda ocorrida no decorrer do trimestre.

Com relação aos “**Custeios**” (“Despesas”) não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se R\$ 474.558,40 - contra o valor de R\$ 508.226,63 orçado no trimestre, demonstrando equilíbrio, algo auspicioso quando se mantem em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos.

Já com relação à formação do “**Fundo de Investimento**” é preciso que se diga antes, que ele é destinado a cobertura dos falecimentos de participantes mutuários, relativamente aos valores por eles devidos à carteira de empréstimo. O número do resultado é inexpressivo e por isso mesmo sua projeção orçamentária era de “0” (zero).

TABELA 14. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO I - BD

	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	2.016.179,54	1.569.309,89	128,48%	10.197.699,52	5.559.076,85	183,44%	10.197.699,52	20.977.206,85	48,61%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	1.958.660,29	1.541.927,74	127,03%	10.009.133,65	5.193.290,13	192,73%	10.009.133,65	20.326.306,40	49,24%
EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	61.118,34	27.382,15	223,21%	198.354,70	365.786,72	54,23%	198.354,70	650.900,45	30,47%
DEBENTURES	61.118,34	27.382,15	223,21%	198.354,70	365.786,72	54,23%	198.354,70	650.900,45	30,47%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-3.599,09	0,00	É DESPESA	-9.788,83	0,00	É DESPESA	-9.788,83	0,00	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-3.599,09	0,00	É DESPESA	-9.788,83	0,00	É DESPESA	-9.788,83	0,00	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	12.069,11	486.661,71	2,48%	4.453.763,09	1.551.639,94	287,04%	4.453.763,09	6.645.105,92	67,02%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	12.069,11	486.661,71	2,48%	4.453.763,09	1.551.639,94	287,04%	4.453.763,09	6.645.105,92	67,02%
FUNDOS DE AÇÕES	12.069,11	486.661,71	2,48%	4.453.763,09	1.551.639,94	287,04%	4.453.763,09	6.645.105,92	67,02%
ESTRUTURADOS	1.445.426,10	13.109,55	11025,75%	1.485.029,77	28.645,63	5184,14%	1.485.029,77	174.629,07	850,39%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	1.438.650,10	0,00	NA	1.470.650,05	0,00	NA	1.470.650,05	0,00	NA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	6.776,00	13.109,55	51,69%	14.379,72	28.645,63	50,20%	14.379,72	174.629,07	8,23%
IMOBILIÁRIO	78.670,37	72.206,60	108,95%	49.399,88	229.307,93	21,54%	49.399,88	920.140,90	5,37%
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-17.801,48	0,00	É DESPESA	-62.056,18	0,00	É DESPESA	-62.056,18	0,00	É DESPESA
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	96.471,85	72.206,60	133,61%	111.456,06	229.307,93	48,61%	111.456,06	920.140,90	12,11%
CRI	96.471,85	72.206,60	133,61%	111.456,06	229.307,93	48,61%	111.456,06	920.140,90	12,11%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	26.634,03	51.271,37	51,95%	35.954,12	153.814,11	23,38%	35.954,12	615.256,44	5,84%
EMPRÉSTIMOS	26.634,03	51.271,37	51,95%	35.954,12	153.814,11	23,38%	35.954,12	615.256,44	5,84%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-160.039,19	-160.398,57	É DESPESA	-474.558,40	-508.226,63	É DESPESA	-474.558,40	-1.968.478,12	É DESPESA
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	22.135,39	0,00	NA	93.735,15	0,00	NA	93.735,15	0,00	NA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	3.441.075,35	2.032.160,55	169,33%	15.841.023,13	7.014.257,83	225,84%	15.841.023,13	27.363.861,06	57,89%

(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

4.3 CONTÁBIL

QUADRO 4. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período		PASSIVO	Período	
	mar/19	mar/18		mar/19	mar/18
DISPONÍVEL	10.903,52	38.412,70	EXIGÍVEL OPERACIONAL	23.439.505,21	22.114.187,76
			Gestão Previdencial	23.261.032,64	21.975.572,14
REALIZÁVEL	390.233.499,08	385.509.092,94	Investimentos	178.472,57	138.615,62
Gestão Previdencial	638.923,64	559.593,30			
Gestão Administrativa	7.527.002,46	8.336.900,85	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	441.541,04	604.104,41
Investimentos	382.067.572,98	376.612.598,79	Gestão Previdencial	147.232,79	147.232,79
Títulos Públicos	248.457.611,74	249.734.055,12	Investimento	294.308,25	456.871,62
Créditos Privados e Depósitos	12.451.865,16	12.202.985,22			
Fundos de Investimento	111.887.735,98	104.927.721,87	PATRIMÔNIO SOCIAL	366.363.356,35	362.829.213,47
Investimentos Imobiliários	6.372.005,16	6.306.221,53	Patrimônio de Cobertura do Plano	357.931.939,46	353.498.288,10
Empréstimos e Financiamentos	2.754.899,35	3.135.596,09	Provisões Matemáticas	362.632.847,47	353.981.706,76
Depos. Jud. Recursais	143.455,59	306.018,96	Benefícios Concedidos	361.098.758,85	352.720.181,80
			Benefícios a Conceder	1.534.088,62	1.261.524,96
			Equilíbrio Técnico	(4.700.908,01)	(483.418,66)
			Resultados Realizados	(4.700.908,01)	(483.418,66)
			(+ Superávit Técnico Acumulado)	-	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(4.700.908,01)	(483.418,66)
			Fundos	8.431.416,89	9.330.925,37
			Fundos Administrativos	7.527.002,46	8.336.900,85
			Fundos dos Investimentos	904.414,43	994.024,52
TOTAL DO ATIVO	390.244.402,60	385.547.505,64	TOTAL DO PASSIVO	390.244.402,60	385.547.505,64

QUADRO 5. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período		Varição
	mar/19	mar/18	(%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	350.417.434,43	340.529.029,11	2,90
1. Adições	18.428.538,35	24.943.031,19	(26,12)
(+) Contribuições	2.587.515,22	2.234.973,24	15,77
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	15.841.023,13	22.708.057,95	(30,24)
2. Destinações	(10.914.033,32)	(11.973.772,20)	(8,85)
(-) Benefícios	(10.860.175,90)	(11.919.648,73)	(8,89)
(-) Custeio Administrativo	(53.857,42)	(54.123,47)	(0,49)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	7.514.505,03	12.969.258,99	(42,06)
(+/-) Provisões Matemáticas	(3.353.517,53)	(933.300,09)	259,32
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	10.868.022,56	13.902.559,08	(21,83)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	357.931.939,46	353.498.288,10	1,25
C) Fundos não previdenciais	8.431.416,89	9.330.925,37	(9,64)
(+/-) Fundos Administrativos	7.527.002,46	8.336.900,85	(9,71)
(+/-) Fundos dos Investimentos	904.414,43	994.024,52	(9,01)

QUADRO 6. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
1. Ativos	390.244.402,60	385.547.505,64	1,22
Disponível	10.903,52	38.412,70	(71,61)
Recebível	8.165.926,10	8.896.494,15	(8,21)
Investimento	382.067.572,98	376.612.598,79	1,45
Títulos Públicos	248.457.611,74	249.734.055,12	(0,51)
Créditos Privados e Depósitos	12.451.865,16	12.202.985,22	2,04
Fundos de Investimento	111.887.735,98	104.927.721,87	6,63
Investimentos Imobiliários	6.372.005,16	6.306.221,53	1,04
Empréstimos e Financiamentos	2.754.899,35	3.135.596,09	(12,14)
Depos. Jud. Recursais	143.455,59	306.018,96	(53,12)
2. Obrigações	23.881.046,25	22.718.292,17	5,12
Operacional	23.439.505,21	22.114.187,76	5,99
Contingencial	441.541,04	604.104,41	(26,91)
3. Fundos não Previdenciais	8.431.416,89	9.330.925,37	(9,64)
Fundos Administrativos	7.527.002,46	8.336.900,85	(9,71)
Fundos dos Investimentos	904.414,43	994.024,52	(9,01)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	357.931.939,46	353.498.288,10	1,25
Provisões Matemáticas	362.632.847,47	353.981.706,76	2,44
Superávit/Déficit Técnico	(4.700.908,01)	(483.418,66)	872,43

QUADRO 7. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	382.717.400,14	377.210.604,79	1,46
1. Provisões Matemáticas	362.632.847,47	353.981.706,76	2,44
1.1. Benefícios Concedidos	361.098.758,85	352.720.181,80	2,38
Benefício Definido	361.098.758,85	352.720.181,80	2,38
1.2. Benefício a Conceder	1.534.088,62	1.261.524,96	21,61
Benefício Definido	1.534.088,62	1.261.524,96	21,61
2. Equilíbrio Técnico	(4.700.908,01)	(483.418,66)	872,43
2.1. Resultados Realizados	(4.700.908,01)	(483.418,66)	872,43
(-) Déficit Técnico Acumulado	(4.700.908,01)	(483.418,66)	872,43
3. Fundos	904.414,43	994.024,52	(9,01)
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	904.414,43	994.024,52	(9,01)
4. Exigível Operacional	23.439.505,21	22.114.187,76	5,99
4.1. Gestão Previdencial	23.261.032,64	21.975.572,14	5,85
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	178.472,57	138.615,62	28,75
5. Exigível Contingencial	441.541,04	604.104,41	(26,91)
5.1. Gestão Previdencial	147.232,79	147.232,79	-
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	294.308,25	456.871,62	(35,58)

4.3.1 Notas Explicativas
4.3.1.1 Composição do Ativo
4.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 283 mil;
- b) Participantes – R\$ 7 mil;
- c) Sobre 13º Salário – R\$ 197 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de março/2019 para serem liquidadas no mês de abril/2019.

O valor provisionado de R\$ 147 mil no ano de 2019 refere-se a um depósito judicial decorrente de um recurso no processo nº 20130710295777, em nome do ex-participante Franklin Delano Leite Gurgel ao juízo da 1ª vara cível de Taguatinga - DF.

4.3.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo, é de R\$ 7.527 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários à gestão do plano.

4.3.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

QUADRO 8. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Valores em R\$ mil

Plano Benefício Definido	mar/19	mar/18	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2018
			2019	2018	
Investimentos	382.068	376.613			
Títulos Públicos	248.458	249.734	65,0%	66,3%	-0,5%
Créditos Privados e Depósitos	12.452	12.203	3,3%	3,2%	2%
Companhias Abertas	12.452	12.203	3,3%	3,2%	2%
Fundos de Investimento	111.888	104.928	29,3%	27,9%	6,6%
Multimercado	1.525	3.083	0,4%	0,8%	-50,5%
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	3.142	3.275	0,8%	0,9%	-4,1%
Ações	78.962	71.813	20,7%	19,1%	10%
Participações/FIP	28.259	26.756	7,4%	7,1%	5,6%
Investimentos Imobiliários	6.372	6.306	1,7%	1,7%	1%
Empréstimos	2.754	3.136	0,7%	0,8%	-12,2%
Depos.Jud. Recursais	144	306	0,0%	0,1%	-52,9%

• Provisões para Perda

Nas operações da carteira de empréstimos aos participantes do plano, as provisões para perdas foram tomadas com acuidade, aos determinantes contidos no SPC nº 34 de 24/09/2009, Anexo A, II Procedimentos Operacionais, item 11:

11. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Nos demais ativos o critério foi fixado na época própria, devidamente identificada em cada plano, por demonstração em quadro integrante desta nota. Antecipa-se, por oportuno, a identificação que no exercício de 2019 nenhuma provisão foi efetuada, dado que a administração não vislumbra perdas prováveis nos investimentos, constantes das respectivas carteiras dos planos, nem como evento subsequente.

4.3.1.2 *Composição do Passivo*

4.3.1.2.1 *Gestão Previdencial*

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- a) Benefícios a Pagar R\$ 787 mil;
- b) Retenções a Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 169 mil;
- c) Seguro de Vida – Folha de Benefício – R\$ 40 mil;
- d) Credores Diversos de Benefícios – R\$ 22.265 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de março/2019, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de abril/2019.

O seguro de vida referente à folha de benefícios refere-se à consignação em folha, cujos montantes são posteriormente transferidos para os gestores das apólices. Respeitando o princípio da competência, com a liquidação junto aos gestores ocorrendo no início do mês subsequente.

As contribuições para custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 10% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de abril/2019.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 22.265 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

4.3.1.2.2 *Gestão dos Investimentos*

- a) Investimentos Imobiliários – R\$ 21 mil;
- b) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 157 mil.

Merece destaque o montante de R\$ 157 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefício. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês março/2019 e liquidado em abril/2019.

4.3.1.2.3 *Exigível Contingencial*

O valor de R\$ 442 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

4.3.1.2.4 *Patrimônio Social*

Representado pela soma das reservas registradas no plano e tem sua formação composta como segue:

- Provisões Atuariais:

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício

social. Neste sentido as reservas matemáticas do Plano foram avaliadas em 31/03/2019, e os valores devidamente registrados no balanço são os encontrados como resultado da aplicação das premissas atuariais, definidas pelo atuário externo em estudo técnico de adequação. Esclarece-se ainda que os elementos estatístico-financeiros empregados foram devidamente avaliados pelas instâncias de governança da entidade:

- Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva aprovaram o estudo técnico de adequação; o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre a adequação; tudo em conformidade com os dispositivos normativos vigentes.

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Nos cálculos desenvolvidos tendo por base as hipóteses aprovadas no estudo de adequação destacam-se as Reservas de Benefícios Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benefícios a serem pagos deduzidos das contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

Alterações na composição de dados biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e, fica claramente identificado que se trata de dados apurados “ex-post”, ou seja, depois de observados. O atuário elabora o plano de custeio, por estimativa, mas, somente ao final de cada exercício social, coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências são ajustadas e devidamente identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle, ao longo do exercício social, e as suas divergências em relação ao observado versus o estimado são consideradas como fatos estruturais a impactar o plano.

Em março de 2019 o atuário reavaliou as reservas de benefícios concedidos e a conceder, as quais perfazem respectivamente R\$ 361.098 mil e R\$ 1.534 mil, como sendo os montantes necessários para cobrirem as obrigações do plano para com seus participantes.

Cabe relatar que a taxa de juros real do Plano I, utilizada para a avaliação atuarial de 31/03/2019 de 4,90% a.a., teve sua aderência confirmada por meio de estudo técnico preconizado na Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015.

Destaque-se que a contabilidade tem somente a obrigação de proceder ao registro, depois de as reservas terem sido devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da entidade, como define os diplomas normativos. Nesse contexto, estão a cargo do atuário as necessárias explicações dos fenômenos que produziram o resultado, de responsabilidade do escritório Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., atuário externo elaborador das avaliações atuariais do Plano de Benefícios I signatário da mesma.

- **Equilíbrio Técnico:**

O resultado do primeiro trimestre de 2019 foi um superávit de R\$ 10.868 mil que abatido no déficit de 2018, cujo valor foi de R\$ 15.568, gerou um estoque final de R\$ 4.700 mil deficitário.

4.3.1.2.5 Fundos

- a) **Administrativo:**

A existência de Fundo Administrativo no plano identifica que ao longo da vida do mesmo, a contribuição para o custeio administrativo acrescidas de remuneração provocadas pela aplicação dos recursos deduzida dos gastos administrativos incorridos na gestão do plano apresentou sobras. A sua formação é vital para que ao cessarem as contribuições ao plano, cessando as contribuições para a gestão administrativa, a entidade possua recursos para manter as atividades funcionando até o falecimento do último participante, sem

que os seus agora somente assistidos sofram processo de descontinuidade na percepção dos seus benefícios, ou seja, impactados por custos que possam reduzir o valor de seus benefícios.

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas e os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, ficando com o saldo em março de 2019 de R\$ 7.527 mil.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

Deve-se ressaltar, ainda, que o saldo apurado do fundo está composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo encontro do custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, mais os valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo próprio PGA.

b) Investimento:

O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento de mutuário. Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para cobrir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários, não tendo, portanto, fonte previdencial. O saldo atual perfaz R\$ 904 mil e está convenientemente adequada à frequência e impacto esperados, segundo aprecia a Área de Finanças da Fundação.

QUADRO 9. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PLANO BD			
DEFINIÇÃO	mar/19	mar/18	%
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 15.568.931	- 14.385.978	8
1- CONTRIBUIÇÕES	2.533.658	2.180.850	16
(+) Patrocinadores	926.360	768.762	21
(+) Participantes Ativos	23.131	33.182	- 30
(+) Participantes Assistidos	1.638.024	1.433.030	14
(-) Custeio	- 53.857	- 54.123	- 0
2- DESTINAÇÕES	- 10.860.176	- 11.919.649	- 9
(-) Benefícios	- 10.860.176	- 11.919.649	- 9
3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	93.735	- 1.879	-5.090
(+/-) Quotas quitação por morte	93.735	- 1.879	-5.090
4- INVESTIMENTOS	15.747.288	22.709.937	- 31
(+) Renda Fixa	10.318.944	14.487.807	- 29
(+) Renda Variável	5.929.004	8.524.624	- 30
(+) Imóveis	- 62.056	- 73.122	- 15
(+) Empréstimos	35.954	157.738	- 77
(-) Custeio	- 474.558	- 387.111	23
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	- 3.353.518	- 933.300	259
(+) Benefícios Concedidos	- 3.344.720	- 33.332	9.935
(+) Benefícios a Conceder	- 8.798	- 899.968	- 99
C) RESULTADO DO TRIMESTRE (1+2+3+4-5)	10.868.023	13.902.559	- 22
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B+C)	- 4.700.908	- 483.419	872

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado dos Planos que formaram Déficit no exercício.

Nas contribuições tratamos das entradas de novos recursos; destinações é o pagamento dos benefícios; investimentos referem-se ao acréscimo ou decréscimo (receitas e despesas) dos valores aplicados nos segmentos; a formação de reservas é o incremento apurado pelo atuário, que se faz necessário para manter as obrigações com os participantes.

4.3.1.2.6 Fato Relevante

1. Em 1991 foi distribuída a ação ordinária de nº 910123902-3, que tramitou perante a 23ª Vara Federal do RJ, cuidando-se de ação coletiva interposta por várias Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em face da União, onde se discutia a aplicação dos expurgos inflacionários sobre aplicações em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND's. As entidades foram representadas pela ABRAPP. Julgada procedente a ação ordinária e depois do esgotamento de todos os recursos disponíveis, deu-se início à liquidação da sentença, objeto de distribuição de 38 ações. A SÃO FRANCISCO ESTÁ LIQUIDANDO A SENTENÇA NOS AUTOS DO PROCESSO 0145881-14.2015.4.02.5101 – QUE TEM CURSO PERANTE A 12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, que ainda tem como exequentes a INERGUS, COMPREV, FAPECE, FAPERS e SERGUS, onde se cobra o valor total, para todas as entidades, de R\$ 21.374.666,63 (vinte e um milhões, trezentos e setenta e quatro reais, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), sendo que a parte da São Francisco está estimada em R\$ 6.000.440,67 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) atualizada até o dia 27 de novembro de 2015, datada do ajuizamento da ação de liquidação. Os valores aqui apresentados ainda carecem de confirmação pelo Governo Federal, o qual ainda discute a forma de apuração do mesmo, dito isso, evidencia-se que o valor estampado acima é a apuração realizada somente pelo escritório contratado pelas entidades citadas.

Não há contabilização do valor apresentado no parágrafo anterior exatamente ante a possibilidade de sua impugnação. A PREVIC em ofício encaminhado a ABRAPP – Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determinou que o valor da demanda das entidades deveria somente constar das notas explicativas, não procedendo ao registro no ativo dos planos. Caberá, se vitoriosa a demanda, a cada plano (BD I e BD III), correspondente a R\$ 3.575 milhões e R\$ 2.425 milhões, respectivamente Plano de Benefício I – BD e Plano de Benefício Saldado – BS, como são comumente denominados.

2. No Exigível Operacional o valor registrado de R\$ 22.257 mil consiste em “Valores a Restituir” a participantes que cancelaram a inscrição no plano e mantiveram o seu vínculo empregatício junto às patrocinadoras, conforme estabelece a RESOLUÇÃO MPS/CGPC Nº 06, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003, em ser art. 22. A área responsável pelas atividades de seguridade é a responsável por emitir relatório no qual estão registrados os valores atualizados para 31/03/2019, conforme as regras ditadas pelo regulamento do plano.

Há tramitando na justiça 08 processos onde ex-participantes com vínculo empregatício mantidos junto a Patrocinadora CODEVASF, pleiteiam o resgate de valores referentes ao saldo da reserva de poupança, são eles:

(2011.56.001502); (2011.56.501771); (2013.07.1.029577-7); (2012.75.000768); (2012.75.000769); (2012.75.000766); (2015.11.0.0148-2); (2015.01.1.102160-7).

A defesa da Fundação São Francisco nesses processos encontra-se internalizada sob o patrocínio da advogada empregada da entidade e, até o momento, foi condenada a liberar o saldo de poupança de apenas uma ex-participante, sendo que em todos os demais processos as sentenças da 1ª instância foram favoráveis à São Francisco e esses

encontram-se em grau de recursos. Nos casos da espécie, já existe consenso junto aos tribunais cujo entendimento é inaplicabilidade do código de defesa do consumidor para ação do tipo aqui discriminada. Assim, entendem os tribunais que não se aplica nas relações entre os participantes e suas entidades de previdência complementar o referido código de defesa do consumidor. Prevalece, portanto, o entendimento abrigado nos normativos de regência das Entidades de Previdência Complementar, no sentido de as reservas de poupança só deverem ser restituídas ao seu depositante quando ocorrer a perda do vínculo empregatício do participante junto a patrocinadora do plano de benefícios.

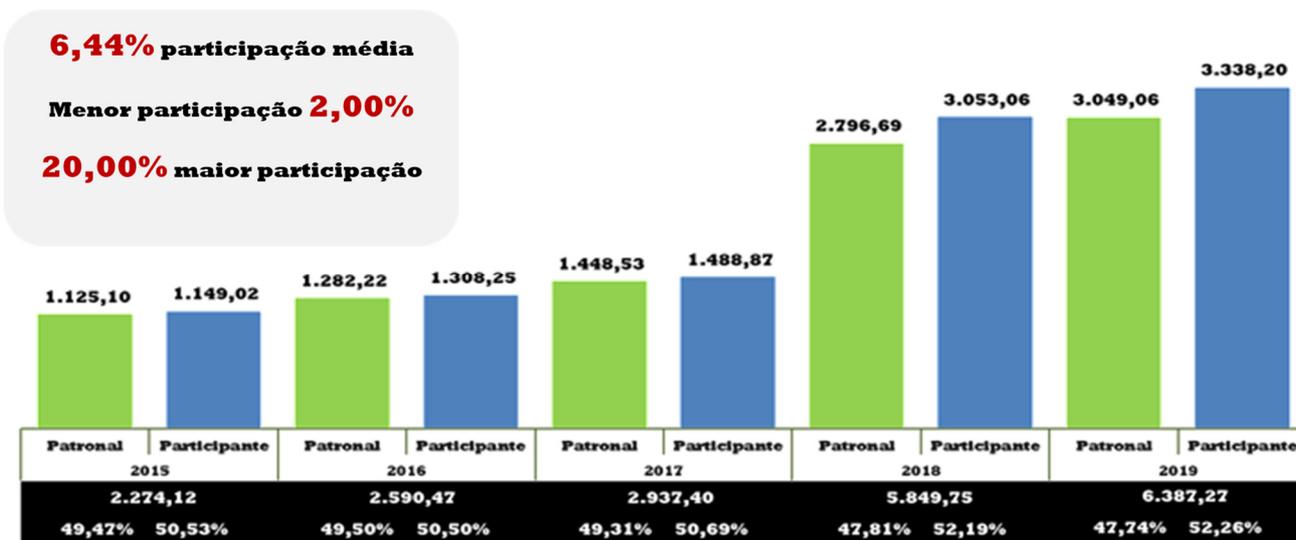
Ressalte-se que os valores pleiteados em juízo pelos ex-participantes encontram-se devidamente contabilizados no exigível operacional, não havendo, assim, impacto no resultado do plano caso a demanda seja acolhida na esfera judicial.

5 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

5.1 PREVIDENCIAL

5.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 28. PATRONAL X PARTICIPANTE

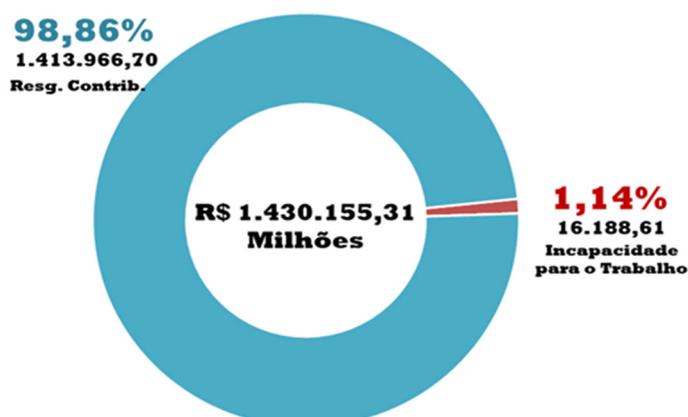


O aumento das contribuições, em comparação ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, ao crescimento da folha de pagamento da patrocinadora Codevasf e ao aumento médio no percentual de contribuição dos participantes, antes de 6,36% para 6,44%.

Não há dívida das patrocinadoras, CODEVASF e SÃO FRANCISCO, com o Plano de Benefícios II – Codeprev.



5.1.2 Despesas Previdenciárias



O aumento das despesas com resgate de contribuições, no Plano Codeprev, deve-se à demissão dos empregados da CODEVASF inscritos no Programa de Demissão Incentivada – PDI, que cancelaram suas inscrições no Plano II.

5.2 INVESTIMENTO

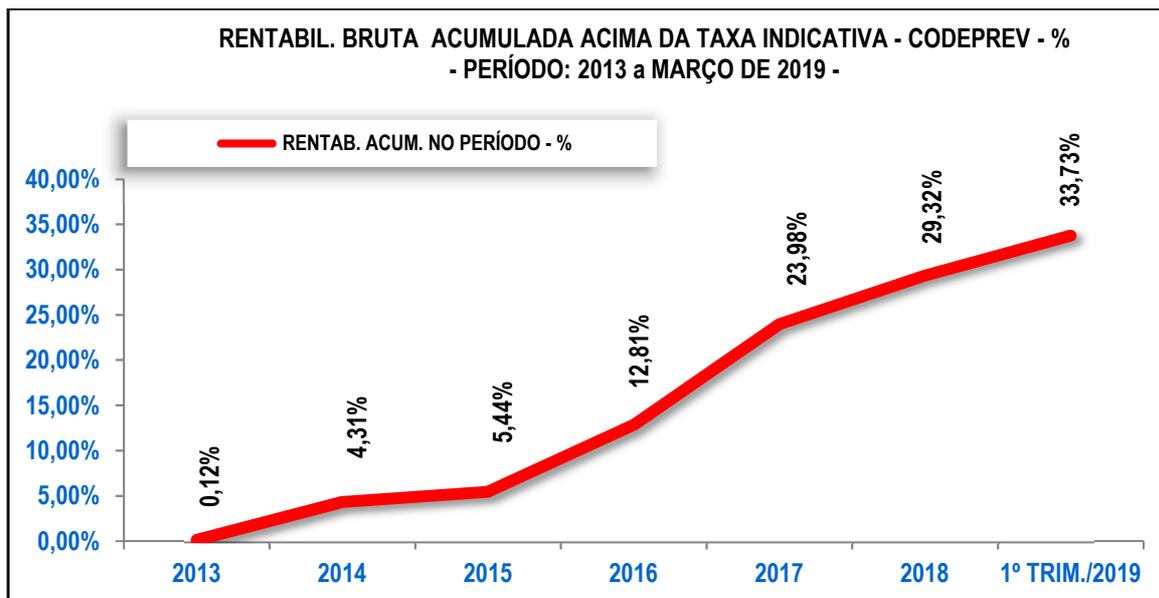
A estrutura atual dos investimentos do Plano de Benefícios II - Codeprev está concentrada nos Segmentos de **Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, esse último somente com recursos em trânsito para liquidez do Plano. Assim, no encerramento do 1º trimestre de 2019, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2019/2023, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total em 31.03.2019 de R\$ 139.786.149,15 contra R\$ 128.381.125,67 em 31.12.2018, registra um crescimento nominal no 1º trimestre de 8,88%. O crescimento observado no total dos ativos do Plano, prendeu-se, além da gestão tática implementada pela Diretoria de Finanças, somaram-se os ativos o impacto da entrada de recursos das contribuições, dado que elas apresentam, em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado, podendo ser observada nos gráficos e tabelas a seguir:

5.2.1 Performance do CODEPREV - Descontada da Taxa Indicativa

O Gráfico abaixo identifica o desempenho bruto dos investimentos acumulados do CODEPREV acima da **Taxa Indicativa (INPC+3,50% a.a.)**, **tomando-se por base o valor apurado pelo desempenho dos “Ativos de Investimentos”**, portanto, foram apuradas pela Diretoria de Finanças no período de 2013 a março de 2019. Fica evidente que nos cinco anos e três meses de existência do Plano, a rentabilidade bruta acumulada mantém-se acima da Taxa Indicativa em 33,73%, motivada pela recuperação do P.U. (Preço Unitário) dos Títulos Públicos (NTN/B) existentes no portfólio do Plano precificados a “mercado”. Os resultados favoráveis observados no período de 2013 a março de 2019 são frutos da gestão proativa da Diretoria Executiva, aliada às operações estratégicas traçadas no âmbito do **Comitê Estratégico de Investimentos - CEI**.

Assim sendo, pode-se afirmar que, a inexistência de problemas no Plano, aliada ao seu baixo tempo de existência, se deve, exclusivamente, às suas condições “Estruturais” robustas. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manterem os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

GRÁFICO 29. RENTABILIDADE BRUTA ACUMULADO ACIMA DA TAXA INDICATIVA

TABELA 15. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE BRUTA – ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE BRUTA - CODEPREV - DEZ/2013 a MARÇO DE 2019 -

ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$	VALOR DA COTA - R\$ -	RENTAB. NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - %	TAXA INDICATIVA DO PLANO - ANUAL - %	RENTAB. REAL DO PLANO - %	JUROS REAIS INDICATIVA DO PLANO - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA - ACUM. ANO - (2/4) - %	RENTAB. ACIMA DA TAXA INDICATIVA ACUMULADA NO PERÍODO - %
2013	1.456.461	1,011179	1,13%	1,01%	0,41%	0,29%	0,12%	0,12%
2014	9.410.607	1,143162	14,55%	9,95%	7,83%	3,50%	4,18%	4,31%
2015	20.201.937	1,315641	16,42%	15,17%	4,62%	3,50%	1,09%	5,44%
2016	34.288.058	1,538242	18,02%	10,31%	10,73%	3,50%	6,99%	12,81%
2017	88.244.907	1,746768	16,10%	5,64%	13,75%	3,50%	9,90%	23,98%
2018	123.353.099	1,926704	11,66%	7,05%	7,96%	3,50%	4,31%	29,32%
1º TRIM./2019	133.650.071	2,018709	5,09%	2,56%	4,30%	0,86%	3,42%	33,73%
ACUMULADA NO PERÍODO			116,85%	63,65%	60,67%	20,14%	33,73%	
Obs: TAXA INDICATIVA DO PLANO = INPC + 3,50% a.a.						DESVIO PADRÃO	3,35%	

5.2.2 Enquadramento – Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, encontrava-se no encerramento do 1º Trimestre de 2019, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2019/2023, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

GRÁFICO 30. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

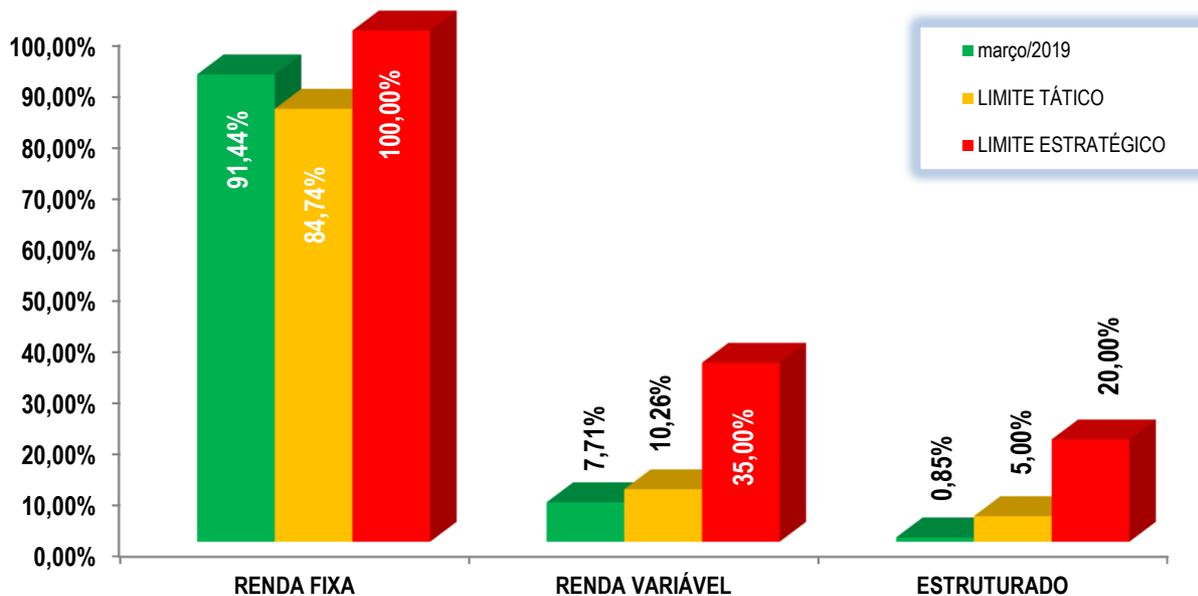


TABELA 16. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2018 x 2019 - PLANO DE BENEFÍCIO II / CD - CODEPREV							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2018		março/2019		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	121.605.251,29	94,72%	127.826.514,74	91,44%	84,74%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	6.615.245,90	5,15%	10.773.813,53	7,71%	10,26%	35,00%	70,00%
ESTRUTURADO	160.628,48	0,13%	1.185.820,88	0,85%	5,00%	20,00%	20,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	128.381.125,67	100%	139.786.149,15	100%			
(+) Disponível - Conta 11	3.409,81	VARIACÃO NOMINAL	35.473,00				
(-) Exigível de Investimentos	-128.151,19		-144.537,66				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	128.256.384,29	↑ 8,88%	139.677.084,49				

5.2.3 Detalhamento por Segmento

TABELA 17. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL SEGMENTO	LIMITES % DEFINIDOS NA POLÍTICA		DURATION	RATING		PERÍODO					
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		TÁTICO	ESTRATÉGICO		NOTA	DATA	mar/19	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
															S/CDI e IbrX- 50	S/INDICATIVA
Art. 21	RENDA FIXA	127.826.514,74	100,00%	91,44%	100%	84,74%	100,00%	7,19			0,71%	5,06%	5,06%	10,88%	3,55%	2,50%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	127.826.514,74	100,00%	91,44%	100%			7,19			0,71%	5,06%	5,06%	10,88%	3,55%	2,50%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	127.826.514,74	100,00%	91,44%				7,19	Soberano		0,71%	5,06%	5,06%	10,85%	3,55%	2,50%
Art. 22	RENDA VARIÁVEL	10.773.813,53	100,00%	7,71%	70%	10,26%	20,00%				-0,27%	7,40%	7,40%	12,62%	-0,98%	4,84%
II	Ações de Emissão de Companhias Abertas	10.773.813,53	100,00%	7,71%	70%						-0,27%	7,40%	7,40%	12,62%	-0,98%	4,84%
	FUNDOS	10.773.813,53	100,00%	7,71%							-0,27%	7,40%	7,40%	12,62%	-0,98%	4,84%
	SAGA SF FIA	5.803.966,83	53,87%	4,15%							0,56%	4,67%	4,67%	15,74%	-3,70%	2,12%
	MAPFRE SF	4.969.846,70	46,13%	3,56%							-1,22%	8,00%	8,00%	10,75%	-0,38%	5,44%
Art. 23	ESTRUTURADO	1.185.820,88	100,00%	0,85%	20%	5,00%	20,00%				0,44%	1,34%	1,34%	5,92%	-0,18%	-1,22%
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	1.185.820,88	100,00%	0,85%	15%						0,44%	1,34%	1,34%	5,92%	-0,18%	-1,22%
	SAGA SNAKE FIM	1.185.820,88	100,00%	0,85%							0,44%	1,34%	1,34%	5,92%	-0,18%	-1,22%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		139.786.149,15		100,00%				7,19			0,63%	5,09%	5,09%	10,87%	3,58%	2,54%

TABELA 18. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

RENTABILIDADE DO PLANO II/CD - CODEPREV				
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	1º TRIMESTRE DE 2019			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,71%	5,06%	5,06%	10,88%
RENDA VARIÁVEL	(0,27%)	7,40%	7,40%	12,62%
ESTRUTURADO	0,44%	1,34%	1,34%	5,92%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,63%	5,09%	5,09%	10,87%
INDICATIVA	1,06%	2,56%	2,56%	8,33%
DIVERGÊNCIA	(0,43%)	2,54%	2,54%	2,54%

5.2.3.1 Segmento de Renda Fixa

No 1º trimestre de 2019 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 5,06% - frente à Taxa Indicativa (INPC + 3,50% a.a.) que atingiu 2,56%, registrando 2,50 pontos-base acima do *Benchmark*, motivada pela elevada volatilidade no mercado financeiro, frutos da queda das taxas dos Títulos Públicos existentes na carteira, cuja totalidade encontra-se marcada a “Mercado”.

5.2.3.2 Segmento de Renda Variável

O Segmento constituído pelas cotas dos Fundos de Investimentos em Ações-FIA's (**Saga e Mapfre**), registrou no 1º trimestre de 2019 rentabilidade de 7,40%, ante o desempenho positivo da Bolsa de Valores de 8,38% medida pelo Índice IBrX-50 (*Benchmark*).

5.2.3.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 1º trimestre alta de 1,34%. Com este resultado, contra Taxa Indicativa de 2,56%, ficando abaixo 1,22 pontos-base do *Benchmark* no mesmo período. A alocação neste segmento encontra-se em um “**Fundo Multimercado**” utilizado somente com vistas à administração das disponibilidades para pagamento de um único benefício e do Custeio do Plano. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

5.2.4 Controle de Avaliação de Riscos

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO - PLANO CD

29 março 2019

Risco de Mercado

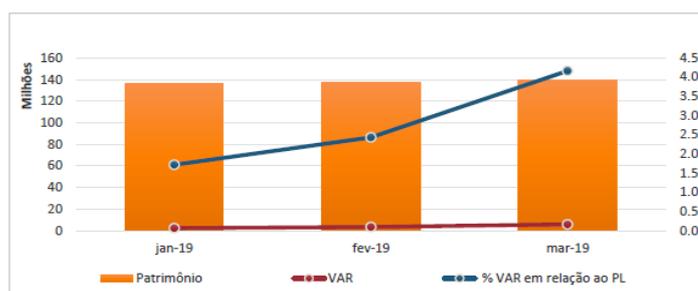
FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO - PLANO CD

VaR (Value-at-Risk)	5,820,508.45
% VaR (Value-at-Risk)	4.16%
Patrimônio Calculado	139,790,396.99
Patrimônio Informado	139,787,888.68

Parâmetros

Metodologia para estimar a volatilidade	EWMA
Fator de Decaimento (Lambda)	94.00
Amostra	90
Janela de Observação	1
Horizonte de Tempo	21

	PL	VAR	%VAR
30/04/2018			
30/05/2018			
29/06/2018			
31/07/2018			
31/08/2018			
28/09/2018			
31/10/2018			
30/11/2018			
31/12/2018			
31/01/2019	135,833,454	2,330,907	1.72
28/02/2019	137,827,829	3,351,823	2.43
29/03/2019	139,790,397	5,820,508	4.16



5.2.5 Operações Cursadas

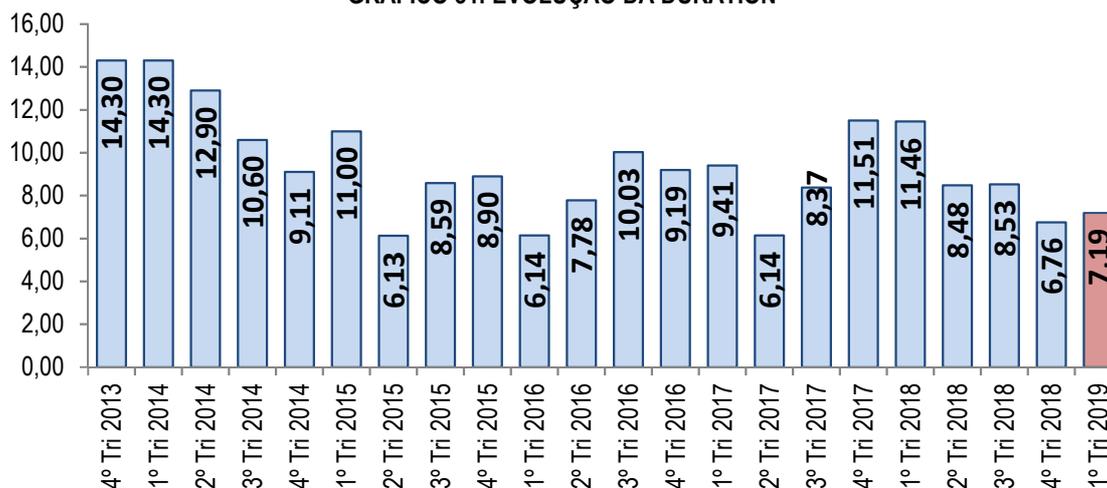
A tabela abaixo explora os procedimentos operacionais da área financeira na gestão da carteira própria, apresentando como ocorreram as operações realizadas envolvendo a **Compra e Venda de Títulos Públicos**. As operações de arbitragem no decorrer do trimestre agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2019/2023. As operações realizadas consistiram em dar continuidade à concentração em investimentos de papéis de médio prazo (NTN/B - 2030 e 2035) sem impactar o “*Duration*” do Plano, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

Cumprindo a legislação vigente, a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo o quadro das Operações Kursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B's, as quais se antecipam, tiveram suas taxas de aquisição respeitando o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela **ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos"**.

TABELA 19. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2019

PLANO II - CD / CODEPREV						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
28/03/2019	NTN-B 2021	2,7900	3,0900	3,5200	3,1900	1.847.144,36
28/03/2019	NTN-B 2022	3,3600	3,6800	4,1700	3,8100	4.963.613,84
TOTAL						6.810.758,20
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
03/01/2019	NTN-B 2030	4,5000	4,6400	4,8800	4,6000	2.296.856,88
29/03/2019	NTN-B 2035	4,2300	4,4000	4,5800	4,3100	6.809.576,56
TOTAL						9.106.433,44

5.2.6 Duration

GRÁFICO 31. EVOLUÇÃO DA DURATION


A evolução da "Duration" do Plano II/CD-Codeprev no encerramento do 1º trimestre de 2019 alcançou 7,19 anos, contra 11,46 anos no mesmo período de 2018. A queda observada no índice, deveu-se às mudanças táticas de gestão dos ativos, compostos por 94,72% de títulos públicos federais - NTN/B, marcados a "Mercado" com vencimentos mais curtos. Neste rol encontra-se papéis de vencimentos no intervalo de 2022 a 2035, entretanto, ajustados a fronteira eficiente e redução do risco.

5.2.7 Acompanhamento Orçamentário

A seguir, destacamos a aderência dos resultados alcançados no "**Acompanhamento Orçamentário - 1º Trimestre 2019**", frente às projeções realizadas pela Diretoria de Finanças, fato que nos leva à transparência futura do Codeprev.

O Fluxo dos "Investimentos Realizados" no Plano encerrou o trimestre com Valor Realizado de R\$ 6.231.271,75 - contra o Valor Orçado de R\$ 1.957.311,23 - ou seja, o realizado totalizou variação de 318,36% daquele esperado no orçamento no período considerado.

O **Segmento de Renda Fixa** obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o trimestre com R\$ 6.235.292,51 - contra R\$ 2.271.235,73 projetados, ou seja, 274,54% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais (NTN-B's), precificadas a "Mercado", cuja carteira encontra-se precificada 100% a "Mercado", aliada às operações de arbitragem realizadas no decorrer do período, responsáveis por gerarem excelentes resultados para o Plano.

O **Segmento de Renda Variável**, obteve desempenho acima das previsões, as receitas encerraram o trimestre com R\$ 388.567,63 - contra R\$ 134.102,31 projetados, ou seja, 289,75% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a alta acumulada de 8,38% da Bolsa de Valores, medida pelo IBRX-50 (*Benchmark*), com reflexos positivos nos FIA's que constituem a carteira do Plano, com alta acumulada no período considerado de 7,40%, contra Taxa Indicativa de 2,56%, isto é, variação positiva de 4,84 pontos-base acima do *Benchmark*.

O **Segmento de Investimentos Estruturados** constituído pelo Fundo de Investimento Multimercado, utilizado somente com vistas à administração das disponibilidades para pagamento de um único benefício e o Custeio do Plano, gerou resultado positivo no trimestre de R\$ 11.192,40 – contra R\$ 22.773,61 projetados no período, ou seja, 49,15% do previsto no período considerado.

TABELA 20. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD - CODEPREV									
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	892.583,61	719.677,59	124,03%	6.235.392,51	2.271.235,73	274,54%	6.235.392,51	11.358.409,44	54,90%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	892.583,61	719.677,59	124,03%	6.235.392,51	2.271.235,73	274,54%	6.235.392,51	11.358.409,44	54,90%
RENDA VARIÁVEL	-29.300,34	42.060,30	É DESPESA	388.567,63	134.102,31	289,75%	388.567,63	574.311,16	67,66%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-29.300,34	42.060,30	É DESPESA	388.567,63	134.102,31	289,75%	388.567,63	574.311,16	67,66%
FUNDOS DE AÇÕES	-29.300,34	42.060,30	É DESPESA	388.567,63	134.102,31	289,75%	388.567,63	574.311,16	67,66%
ESTRUTURADO	7.209,93	10.989,62	65,61%	11.192,40	22.773,61	49,15%	11.192,40	129.634,64	8,63%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	7.209,93	10.989,62	65,61%	11.192,40	22.773,61	49,15%	11.192,40	129.634,64	8,63%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-144.537,66	-149.923,32	É DESPESA	-403.880,79	-470.800,42	É DESPESA	-403.880,79	-1.809.065,43	É DESPESA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	725.955,54	622.804,19	116,56%	6.231.271,75	1.957.311,23	318,36%	6.231.271,75	10.253.289,81	60,77%

(i) **NO MÊS**: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS**: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

5.3 CONTÁBIL

QUADRO 10. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período		PASSIVO	Período	
	mar/19	mar/18		mar/19	mar/18
DISPONÍVEL	35.473,00	30.063,23	EXIGÍVEL OPERACIONAL	352.128,23	167.350,27
REALIZÁVEL	141.896.647,12	104.270.555,13	Gestão Previdencial	207.590,57	57.350,27
Gestão Previdencial	2.058.727,06	1.911.684,56	Investimentos	144.537,66	110.000,00
Gestão Administrativa	51.770,91	-	PATRIMÔNIO SOCIAL	141.579.991,89	104.133.268,09
Investimentos	139.786.149,15	102.358.870,57	Patrimônio de Cobertura do Plano	133.650.071,04	98.348.317,85
Títulos Públicos	127.826.514,74	92.098.489,10	Provisões Matemáticas	133.650.071,04	98.348.317,85
Fundos de Investimento	11.959.634,41	10.260.381,47	Benefícios Concedidos	131.512,90	35.350,19
			Benefícios a Conceder	133.518.558,14	98.312.967,66
			Fundos	7.929.920,85	5.784.950,24
			Fundos Previdenciais	7.878.149,94	5.784.950,24
			Fundos dos Investimentos	51.770,91	-
TOTAL DO ATIVO	141.932.120,12	104.300.618,36	TOTAL DO PASSIVO	141.932.120,12	104.300.618,36

QUADRO 11. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
A) Ativo Líquido - início do exercício	130.531.444,27	93.346.201,84	39,84
1. Adições	12.618.779,63	10.964.172,58	15,09
(+) Contribuições	6.387.507,88	5.849.770,10	9,19
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencia	6.231.271,75	5.114.402,48	21,84
2. Destinações	(1.622.002,92)	(177.106,33)	815,84
(-) Benefícios	(1.430.155,31)	(1.591,27)	89.775,09
(-) Custeio Administrativo	(191.847,61)	(175.515,06)	9,31
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.996.776,71	10.787.066,25	1,94
(+/-) Provisões Matemáticas	10.478.611,19	10.103.411,25	3,71
(+/-) Fundos Previdenciais	518.165,52	683.655,00	(24,21)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	141.528.220,98	104.133.268,09	35,91
C) Fundos não previdenciais	51.770,91	-	100,00
(+/-) Fundos Administrativos	51.770,91	-	100,00

QUADRO 12. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
1. Ativos	141.932.120,12	104.300.618,36	36,08
Disponível	35.473,00	30.063,23	17,99
Recebível	2.110.497,97	1.911.684,56	10,40
Investimento	139.786.149,15	102.358.870,57	36,56
Títulos Públicos	127.826.514,74	92.098.489,10	38,79
Fundos de Investimento	11.959.634,41	10.260.381,47	16,56
2. Obrigações	352.128,23	167.350,27	110,41
Operacional	352.128,23	167.350,27	110,41
3. Fundos não Previdenciais	51.770,91	-	100,00
Fundos Administrativos	51.770,91	-	100,00
5. Ativo Líquido (1-2)	141.528.220,98	104.133.268,09	35,91
Provisões Matemáticas	133.650.071,04	98.348.317,85	35,89
Fundos Previdenciais	7.878.149,94	5.784.950,24	36,18

QUADRO 13. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
Provisões Técnicas (1+2+3)	141.880.349,21	104.300.618,36	36,03
1. Provisões Matemáticas	133.650.071,04	98.348.317,85	35,89
1.1. Benefícios Concedidos	131.512,90	35.350,19	272,03
Contribuição Definida	131.512,90	35.350,19	272,03
Benefício Definido	131.512,90	35.350,19	272,03
1.2. Benefício a Conceder	133.518.558,14	98.312.967,66	35,81
Contribuição Definida	133.518.558,14	98.312.967,66	35,81
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	45.123.736,41	29.697.202,19	51,95
Saldo de Contas - parcela participantes	88.394.821,73	68.615.765,47	28,83
3. Fundos	7.878.149,94	5.784.950,24	36,18
3.1. Fundos Previdenciais	7.878.149,94	5.784.950,24	36,18
4. Exigível Operacional	352.128,23	167.350,27	110,41
4.1. Gestão Previdencial	207.590,57	57.350,27	261,97
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	144.537,66	110.000,00	31,40

5.3.1 Notas Explicativas
5.3.1.1 Composição do Ativo
5.3.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituída por contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 984 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.074 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de março/2019 para serem liquidadas no mês de abril/2019, as quais respeitam o regime de competência.

5.3.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano Codeprev no Fundo Administrativo, é de R\$ 51 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários à gestão do plano.

5.3.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros são detalhados no quadro abaixo:

QUADRO 14. CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Plano Codeprev	mar/19	mar/18	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2018
			2019	2018	
Investimentos	139.786	102.359			
Títulos Públicos	127.826	92.098	91,4%	90,0%	39%
Fundos de Investimento	11.960	10.260	8,6%	10,0%	16,6%
Acções	10.774	6.309	7,7%	6,2%	71%
Multimercado	1.186	3.952	0,8%	3,9%	-70%

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do **Programa de Investimentos**, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 91,4% do total dos ativos do plano. A variação de 70% menor em fundo multimercado em relação a 2018, deve-se a este ser de origem transitória pois o intuito é manter o menor nível possível de recursos, dado que seu empenho é inferior as referências, porém superior ao CDI.

A gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo **Comitê Estratégico de Investimentos – CEI**, na Carteira de Títulos Públicos Federais - NTN/B existentes no **Plano II/Codeprev** no decorrer do exercício de 2019, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros - Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM, com objetivo de rentabilizar o Plano: **(i)** - Devidamente atestada pelo AETQ e **(ii)** - Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento - CEI.

- **Provisões para Perda**

Nas operações da carteira de empréstimos aos participantes do plano, as provisões para perdas foram tomadas com acuidade, aos determinantes contidos no SPC nº 34 de 24/09/2009, Anexo A, II Procedimentos Operacionais, item 11:

11. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;

b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;

c) 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e

d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Nos demais ativos o critério foi fixado na época própria, devidamente identificada em cada plano, por demonstração em quadro integrante desta.

5.3.1.2 *Composição do Passivo*

5.3.1.2.1 *Gestão Previdencial*

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, estando composta dos seguintes registros:

- a) Contribuição para custeio do PGA – R\$ 61 mil;
- b) IR sobre resgates – R\$ 145 mil.

As contribuições p/ custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 3% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de abril/2019.

5.3.1.2.2 *Gestão dos Investimentos*

- a) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 144 mil.

O montante de R\$ 144 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (taxa de administração) a ser pago pelo plano de benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês março/2019 e liquidado em abril/2019.

5.3.1.2.3 Patrimônio Social

a) Provisões Atuariais:

As reservas constituídas, diferentemente do Plano de Benefícios I (BD), não são apuradas por atuário independente, são na realidade apuradas segundo a quantidade adquirida de cotas ao longo de toda a vida laboral dos participantes. O valor resultante do total de cotas existente no plano multiplicada pelo valor da cota do plano define o montante das reservas.

5.3.1.2.4 Fundos

a) Previdencial:

O Fundo Previdencial é constituído pelo saldo, devidamente rentabilizado, das contribuições realizadas pelo participante e pelo patrocinador para cobertura dos benefícios de risco. O saldo atual perfaz R\$ 7.878 mil relativo ao somatório dos Fundos Coletivos de Risco e Patronal não Comprometido.

No CODEPREV pode-se identificar o Fundo Coletivo de Risco, formado pelas contribuições de participantes e patrocinadores e rendimentos gerados pelo investimento do plano, o qual se destina a cobrir sinistros que impeçam aos participantes, na forma disciplinada pelo regulamento do plano, verterem suas contribuições até completarem 58 anos.

O Fundo Patronal não Comprometido é formado somente pelas contribuições não resgatadas pelos participantes, oriundos das contribuições depositadas pelo patrocinador em nome do participante, quando da perda do vínculo empregatício com sua patrocinadora. Aponta-se por oportuno que o *vesting* das contribuições patronais para resgate pelos participantes, corresponde a 0,5% a.m. multiplicado pelo número de meses de vínculo empregatício junto a patrocinadora.

b) Administrativo:

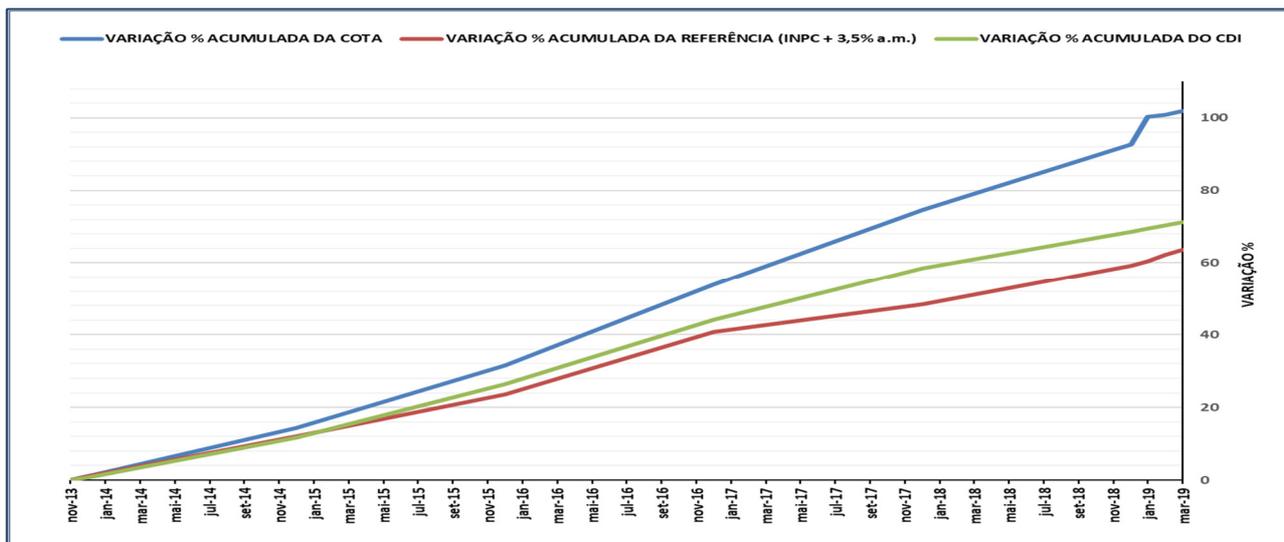
O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas com os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, em março/2019 o valor é de R\$ 51 mil reais.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

QUADRO 15. VARIAÇÃO ACUMULADA

MÊS	VARIAÇÃO % ACUMULADA DA COTA	VARIAÇÃO % ACUMULADA DA REFERÊNCIA (INPC + 3,5% a.m.)	VARIAÇÃO % ACUMULADA DO CDI
nov-13	-	-	-
dez-13	1,12	1,01	0,78
dez-14	14,32	11,99	11,68
dez-15	31,56	23,49	26,46
dez-16	53,82	40,80	44,17
dez-17	74,68	48,46	58,47
dez-18	92,67	59,13	68,65
jan-19	100,30	60,45	69,56
fev-19	100,81	62,15	70,40
mar-19	101,87	63,59	71,20

GRÁFICO 32. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA



Este gráfico representa a evolução da cota patrimonial do plano CD, frente ao seu referencial. Refere-se ao retorno dos investimentos dos ativos do plano comparado com o seu alvo, o qual é definido como sendo a taxa de juros ao ano mais INPC.

No período de 01/12/2013 à 01/03/2019 apresentou uma variação de 101,87%, enquanto a variação do CDI atingiu 71,20% no mesmo período, ou seja, o desempenho registra 143,08% do CDI, como se costuma abordar no mercado.

Importante identificar que a variação acima apontada se encontra totalmente livre dos encargos, quer seja sobre as contribuições, ou sobre os investimentos, assim, dito de outra forma, ela representa o ganho líquido. Na forma apurada, cabe explicar ainda que, essa mesma remuneração é a experimentada pelas contribuições patronais.

QUADRO 16. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CODEPREV			
DEFINIÇÃO	mar/19	mar/18	%
A) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO EXERCÍCIO ANTERIOR	7.178.346	5.101.295	41
1- CONTRIBUIÇÕES	6.195.660	5.674.255	9
(+) Patrocinadores	3.049.065	2.796.687	9
(+) Participantes Ativos	3.335.405	3.050.747	9
(+) Autopatrocinados	2.795	2.336	20
(+) Assistidos	243	-	-
(-) Custeio	- 191.848	- 175.515	9
2- DESTINAÇÕES	- 1.430.155	- 1.591	89.775
(-) Benefícios	- 1.430.155	- 1.591	89.775
3- INVESTIMENTOS	6.231.272	5.114.402	22
(+) Renda Fixa	6.235.393	4.982.061	25
(+) Renda Variável	399.760	470.557	- 15
(-) Custeio	- 403.881	- 338.216	19
4- FORMAÇÕES DE RESERVAS	10.296.972	10.103.411	2
(+) Benefícios a Conceder	9.993.820	10.102.273	- 1
(+) Benefícios Concedidos	303.152	1.138	26.537
B) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS (1+2+3-4)	699.804	683.655	2
C) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B)	7.878.150	5.784.950	36

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes que somados ao resultado do exercício anterior formam o resultado do exercício atual.

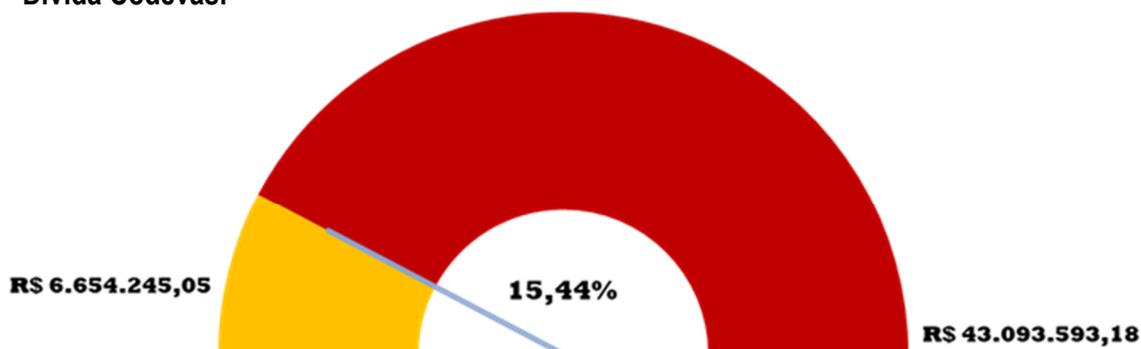
Foram destinados R\$ 1.430 mil reais para pagamento de benefícios e outros R\$ 10 milhões na formação das reservas. Os recursos das contribuições e dos investimentos somaram R\$ 12 milhões, formando assim uma constituição de aproximadamente R\$ 700 mil nos fundos previdenciários.

6 PLANO DE BENEFÍCIOS III – SALDADO

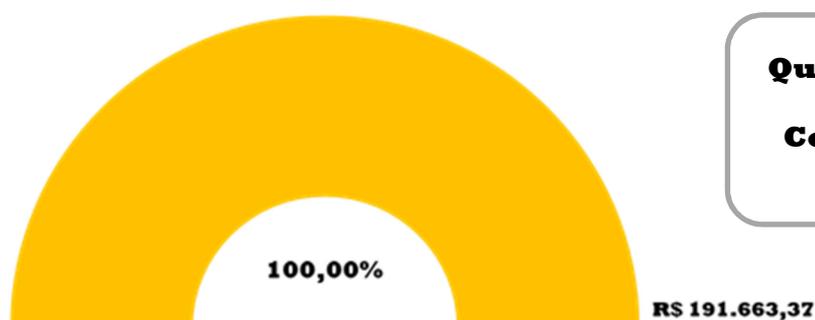
6.1 RECEITAS

Dívida relativa ao Valor Atual de Ajuste nas Contribuições Normais decorrente do processo de Saldamento do Plano de Benefícios I, aprovado pela Portaria PREVIC/DILIC Nº 929 de 25/09/2017, e contratado em 17 de abril de 2018. A prestação da dívida contratada foi calculada pelo Sistema de Amortização Francês (PRICE), utilizando-se de taxa de juros de 5,26% ao ano, acrescido da atualização monetária pelo INPC do IBGE.

6.1.1 Dívida Codevasf



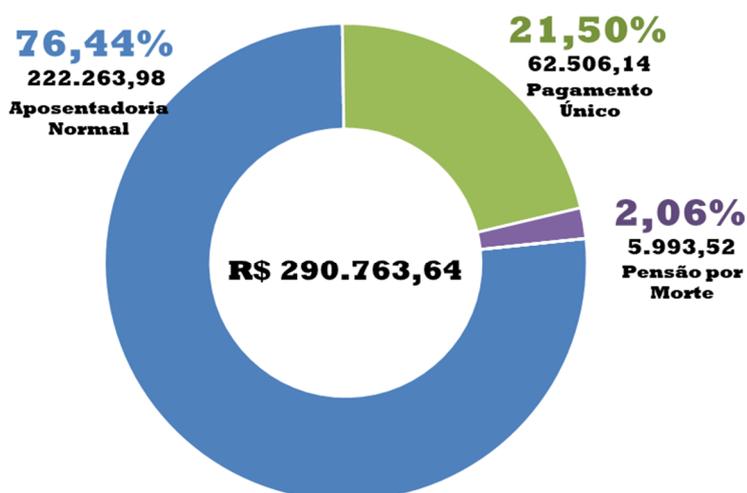
6.1.2 Dívida Fundação São Francisco



Quitação do Saldo Devedor em jul/2018 - Ata do Conselho Deliberativo de 05/07/2018.

6.2 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Despesas Previdenciárias



- Foram concedidos 23 benefícios de Aposentadoria Normal aos empregados demitidos no período;
- O benefício de Pagamento Único corresponde a devolução das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios I, entre a “data do saldamento” e a “data efetiva”, devidamente atualizadas.

6.3 INVESTIMENTO

O **Plano de Benefício III /B Saldado** refere-se ao terceiro Plano sob a gestão da Fundação São Francisco, originado a partir da cisão do escopo estratégico do Processo de Saldamento do Plano BD (Plano de Origem) - aprovado pela **Portaria N° 929, de 25 de setembro de 2017, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.**

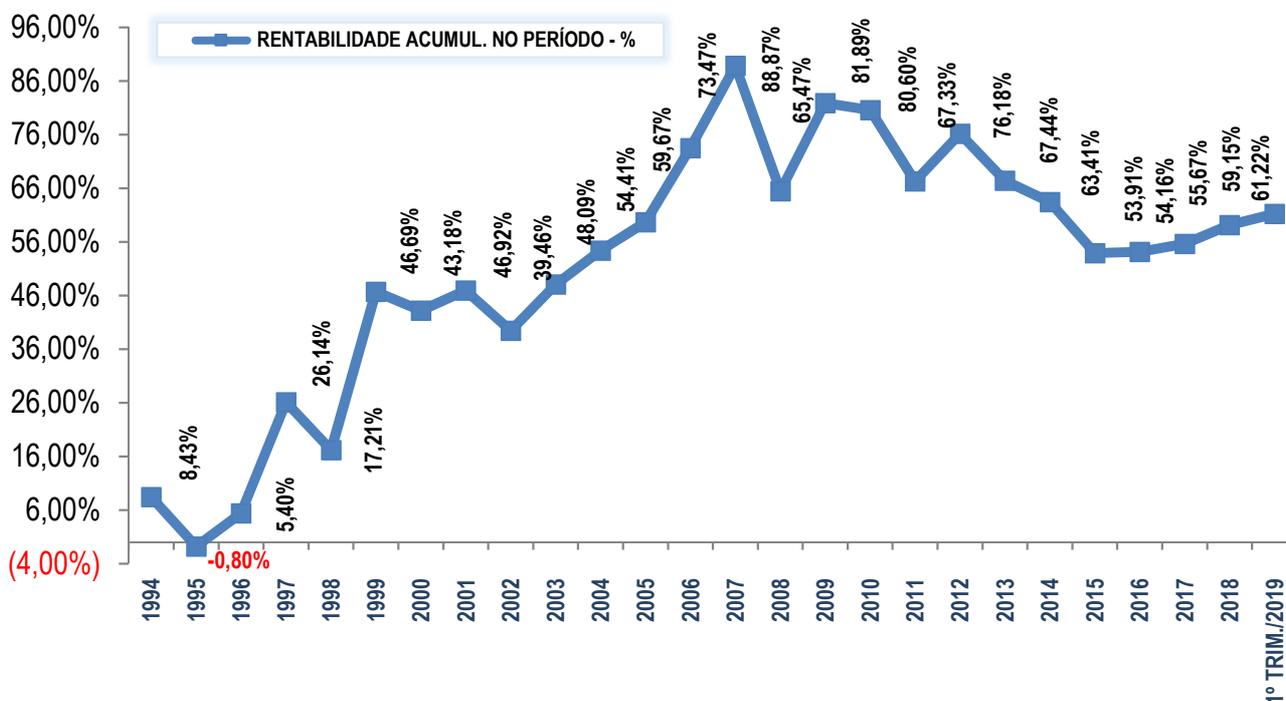
6.3.1 Performance do Plano III/B Saldado – Descontada da Meta Atuarial

O Gráfico abaixo identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano III/B Saldado. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 a março de 2019. **Fica evidente que nos últimos vinte e quatro anos e três meses, a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.**

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. No encerramento do primeiro trimestre de 2019, com a taxa superior a 61%, observa-se certa estabilidade, vindo desde 2016. Os resultados do Plano permitiram ao **Comitê Estratégico de Investimentos-CEI** manterem os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas seguiu guiada pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do Plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando à segurança antes da rentabilidade.

GRÁFICO 33. DESEMPENHO ACUMULADO

RENTABILIDADE ACUMUL. ACIMA DA META DO PLANO III / BSALDADO - EM RELAÇÃO A META ATUARIAL - %
PERÍODO: 1994 a MARÇO DE 2019



6.3.2 Enquadramento

6.3.2.1 Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Estruturado, Imobiliário e Operações C/ Participantes**, encontrava-se, no encerramento do 1º Trimestre de 2019, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2019/2023, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

GRÁFICO 34. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

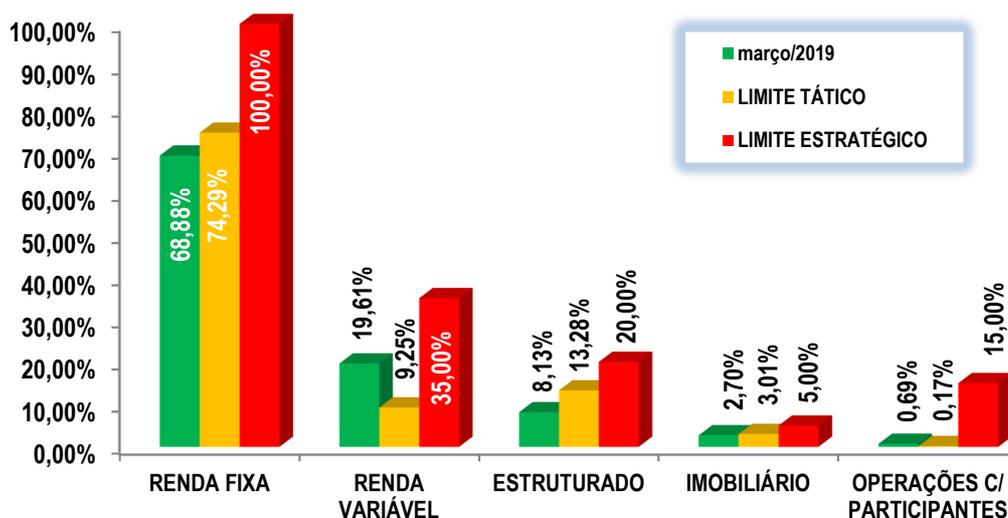


TABELA 21. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2018 x 2019 - PLANO DE BENEFÍCIO III - BS -							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2018		março/2019		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	191.428.190,96	70,69%	195.188.708,48	68,88%	74,29%	100,00%	100,00%
RENDA VARIÁVEL	52.555.736,27	19,41%	55.566.772,09	19,61%	9,25%	35,00%	70,00%
ESTRUTURADO	18.502.687,01	6,83%	23.031.171,53	8,13%	13,28%	20,00%	20,00%
IMOBILIÁRIO	7.983.572,13	2,95%	7.637.977,13	2,70%	3,01%	5,00%	20,00%
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	343.313,80	0,13%	1.959.936,71	0,69%	0,17%	15,00%	15,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	270.813.500,17	100%	283.384.565,94	100%			
(+) Disponível - Conta 11	11.807,61	VARIACÃO NOMINAL	40.162,38				
(-) Exigível de Investimentos	-125.774,58		-119.607,99				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	270.699.533,20	4,64%	283.305.120,33				

6.3.3 Rentabilidade

A rentabilidade registrada no 1º trimestre de 2019 do Plano foi de 3,61%. Descontada a meta atuarial registrada no período (INPC+4,90% a.a.), que atingiu **2,26%**, o desempenho dos investimentos ficou acima do mínimo atuarial em 1,35 pontos-base.

GRÁFICO 35. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO

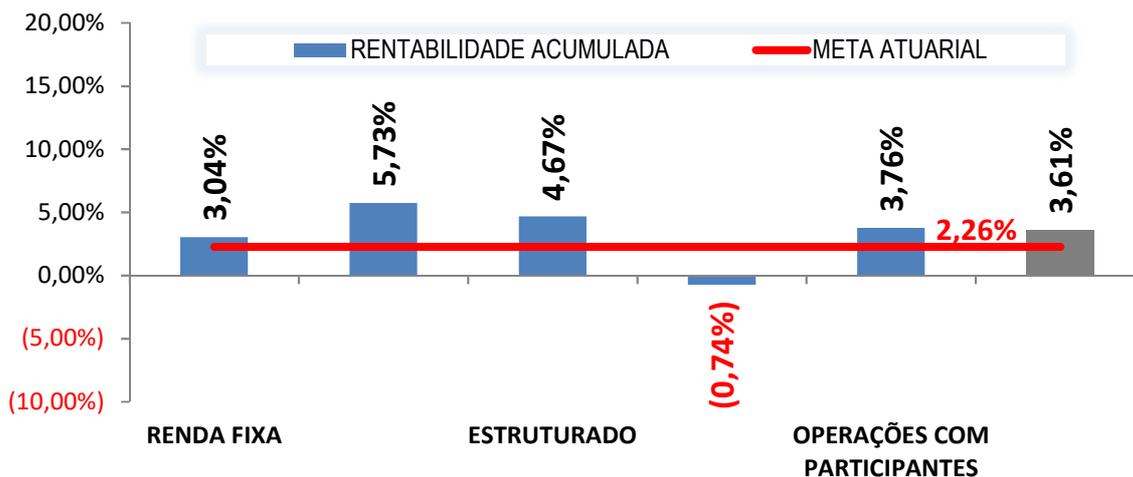


TABELA 22. RENTABILIDADE

RENTABILIDADE DO PLANO III/BS				
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	1º TRIMESTRE DE 2019			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,86%	3,04%	3,04%	10,17%
RENDA VARIÁVEL	(0,03%)	5,73%	5,73%	14,05%
ESTRUTURADO	4,47%	4,67%	4,67%	4,82%
IMOBILIÁRIO	0,42%	(0,74%)	(0,74%)	6,99%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,66%	3,76%	3,76%	18,58%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,97%	3,61%	3,61%	10,55%
META ATUARIAL	0,94%	2,26%	2,26%	9,03%
DIVERGÊNCIA	0,03%	1,35%	1,35%	1,52%

6.3.4 Detalhamento por Segmento

6.3.4.1 Renda Fixa

Neste Segmento estão alocados 68,88% do total dos Ativos de Investimentos. No encerramento do 1º trimestre de 2019 a rentabilidade do Segmento de Renda Fixa alcançou 3,04% frente à Meta Atuarial de 2,26%, ficando acima do *benchmark* em 0,78 pontos-base.

TABELA 23. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA FIXA

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO		ESTRATÉGICO	NOTA	DATA	mar/19	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO S/CDI e IBRX- 50
Art. 21	RENDA FIXA	195.188.708,48	100,00%	68,88%	100%	74,29%	100,00%	11,54			0,86%	3,04%	3,04%	10,17%	1,53%	0,78%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	189.776.502,12	97,23%	66,97%	100%			11,71			0,86%	3,05%	3,05%	10,23%	1,54%	0,79%
	NOTAS DO TESOIRO NACIONAL - NTN-B	189.776.502,12	97,23%	66,97%				11,71	Soberano		0,86%	3,05%	3,05%	10,22%	1,54%	0,79%
II	Emissão de Sociedade por ações de capital aberto	3.143.210,71	1,61%	1,11%	80%			1,83			1,34%	4,30%	4,30%	18,18%	2,79%	2,04%
	DEBENTURES	3.143.210,71	1,61%	1,11%				1,83			1,34%	4,30%	4,30%	18,18%	2,79%	2,04%
	Risco de Crédito Especulativo (1)															
	CEMIG - GT	3.143.210,71	1,61%	1,11%				1,83	BBB- (Fitch)	03/05/2018	1,34%	4,30%	4,30%	18,18%	2,79%	2,04%
III	Cota de classe de fundos de investimentos em direitos creditórios	2.268.995,65	1,16%	0,80%	20%						-0,11%	-0,31%	-0,31%	-4,06%	-1,82%	-2,57%
	FIDC	2.268.995,65	1,16%	0,80%							-0,11%	-0,31%	-0,31%	-4,06%	-1,82%	-2,57%
	Alto Risco de Crédito															
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	2.268.995,65	1,16%	0,80%							-0,11%	-0,31%	-0,31%	-4,06%	-1,82%	-2,57%

6.3.4.2 Renda Variável

Neste segmento estão alocados 19,61% do total dos Ativos, contra 19,41% registrada no 4º trimestre de 2018 - variação positiva de 0,20 pontos-base, motivada exclusivamente pela alta de 9,70% do mercado acionário no 1º trimestre de 2019, medido pelo Índice IBRX-50 (*Benchmark*), que acumulou no primeiro trimestre alta de 8,38%.

TABELA 24. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – RENDA VARIÁVEL

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO		ESTRATÉGICO	NOTA	DATA	mar/19	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO S/CDI e IBRX- 50
Art. 22	RENDA VARIÁVEL	55.566.772,09	100,00%	19,61%	70%	9,25%	20,00%				-0,03%	5,73%	5,73%	14,05%	-2,65%	3,47%
II	Ações de Emissão de Companhias Abertas	55.566.772,09	100,00%	19,61%	70%						-0,03%	5,73%	5,73%	14,05%	-2,65%	3,47%
	FUNDOS	55.566.772,09	100,00%	19,61%							-0,03%	5,73%	5,73%	14,05%	-2,65%	3,47%
	SAGA SF FIA	37.435.123,15	67,37%	13,21%							0,56%	4,67%	4,67%	15,74%	-3,70%	2,42%
	MAPFRE SF	18.131.648,94	32,63%	6,40%							-1,22%	8,00%	8,00%	10,75%	-0,38%	5,74%

6.3.4.3 Investimentos Estruturados

Neste segmento estão alocados 8,13% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 1º trimestre de 2019 alta de 4,67%, contra meta atuarial de 2,26% no mesmo período, imputando divergência positiva de 2,41 pontos-base, motivado pela reavaliação do Energia PCH/FIP – Juruena, cuja valorização da cota foi de 7,27%. Ressalte-se que, a Diretoria de Finanças encontra-se acompanhando o processo do ENERGIA PCH/FIP (principal ativo do Segmento) frente ao Administrador, com objetivo de finalizar o “Processo de Desinvestimento” em andamento sob a responsabilidade do Gestor e espera-se que em 2019 haja efetivamente a consolidação do processo de desinvestimento manifestado por todos os cotistas, conforme destacado neste relatório.

TABELA 25. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	NOTA	mar/19	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 23	ESTRUTURADO	23.031.171,53	100,00%	8,13%	20%	13,28%	20,00%			4,47%	4,67%	4,67%	4,82%	3,16%	2,41%		
I - a)	Fundos de Investimento em Participações	19.169.829,16	83,23%	6,76%	15%					5,36%	5,49%	5,49%	5,53%	3,97%	3,23%		
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	14.638.989,38	63,56%	5,17%						7,15%	7,01%	7,01%	7,15%	5,50%	4,75%		
	GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP MULTISTRATÉGIA (GESTOR: BRPP - BRASIL PLURAL)	4.530.839,78	19,67%	1,60%						-0,02%	0,84%	0,84%	0,62%	-0,67%	-1,42%		
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	3.861.342,37	16,77%	1,36%	15%					0,44%	1,38%	1,38%	5,97%	-0,14%	-0,88%		
	SAGA SNAKE FIM	3.861.342,37	16,77%	1,36%						0,44%	1,38%	1,38%	5,97%	-0,14%	-0,88%		

6.3.4.4 Imobiliário

Neste Segmento estão alocados 2,70% do total dos Ativos de Investimentos. Apresentou no 1º trimestre, rentabilidade negativa de 0,74%, contra a meta de 2,26% no período, imputando divergência negativa de 3,00 pontos-base abaixo da meta, motivada diretamente pelas despesas arcadas pelo plano com a vacância das salas do Fernandez Plaza, acrescida das depreciações das unidades lançadas pelo método linear.

TABELA 26. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – IMOBILIÁRIO

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO			ESTRATÉGICO	NOTA	mar/19	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 24	IMOBILIÁRIO	7.637.977,13	100,00%	2,70%	20%	3,01%	5,00%			0,42%	-0,74%	-0,74%	6,99%	-2,26%	-3,00%		
	Imóveis para Aluguel e Renda	4.240.842,49	55,52%	1,50%						-0,26%	-2,58%	-2,58%	-0,42%	-4,09%	-4,84%		
	FERNANDEZ PLAZA	3.476.693,15	45,52%	1,23%						-0,28%	-3,03%	-3,03%	-5,16%	-4,55%	-5,29%		
	SÃO CRISTÓVÃO	764.149,34	10,00%	0,27%						-0,16%	-0,48%	-0,48%	28,14%	-1,99%	-2,74%		
II	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	3.397.134,64	44,48%	1,20%				5,15		1,28%	1,58%	1,58%	15,78%	0,07%	-0,68%		
	CRI	3.397.134,64	44,48%	1,20%				5,15		1,28%	1,58%	1,58%	15,78%	0,07%	-0,68%		
	Baixo Risco de Crédito (2)																
	BRC SECURITIZADORA	677.985,27	8,88%	0,24%				2,02	AA+ (Fitch)	1,59%	2,60%	2,60%	16,08%	1,09%	0,34%		
	Alto Risco de Crédito (3)																
	INFRASEC SECURITIZADORA	2.719.149,37	35,60%	0,96%				5,93	AA (LFRating)	1,20%	1,23%	1,23%	15,68%	-0,28%	-1,03%		

Monitoramento:

(2) Nota revisada em 09/05/2018 - não houve alteração

(3) Nota revisada em 17/05/2018 - não houve alteração

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

6.3.4.5 Operações com Participantes – Empréstimos

Neste segmento estão alocados 0,69% do total dos Ativos de Investimentos. No 1º trimestre de 2019 a rentabilidade do Segmento de Operações C/ Participantes (Empréstimos) alcançou 3,76% frente meta atuarial de 2,26%, imputando divergência positiva de 1,50 pontos base.

TABELA 27. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITE % DEFINIDOS NA POLITICA		DURATION	RATING							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	SEGMENTO	TÁTICO	ESTRATÉGICO		NOTA	DATA	mar/19	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO S/CDI e IBrX-50	S/META
Art. 25	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.959.936,71	100,00%	0,69%	15%	0,17%	15,00%				1,66%	3,76%	3,76%	18,58%	2,25%	1,51%
I	EMPRÉSTIMOS	1.959.936,71	100,00%	0,69%							1,66%	3,76%	3,76%	18,58%	2,25%	1,51%

6.3.5 Controle de Avaliação de Riscos

Risco de Mercado

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO - PLANO SILDADO

VaR (Value-at-Risk)	9,684,864.91
% VaR (Value-at-Risk)	3.49%
Patrimônio Calculado	277,314,104.13
Patrimônio Informado	277,186,418.89

Parâmetros

Metodologia para estimar a volatilidade	EWMA
Fator de Decaimento (Lambda)	94.00
Amostra	90
Janela de Observação	1
Horizonte de Tempo	21

	PL	VAR	%VAR
30/04/2018			
30/05/2018			
29/06/2018			
31/07/2018			
31/08/2018			
28/09/2018			
31/10/2018			
30/11/2018			
31/12/2018			
31/01/2019	274,490,874	3,785,810	1.38
28/02/2019	274,260,577	6,777,741	2.47
29/03/2019	277,314,104	9,684,865	3.49

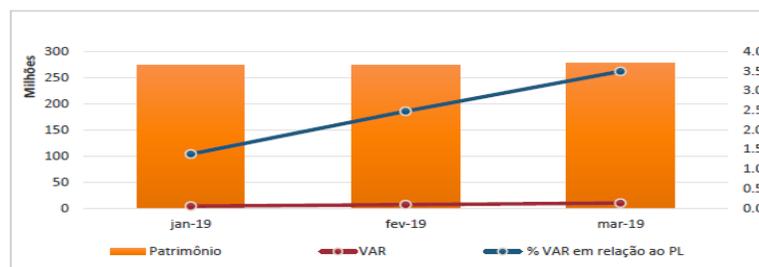


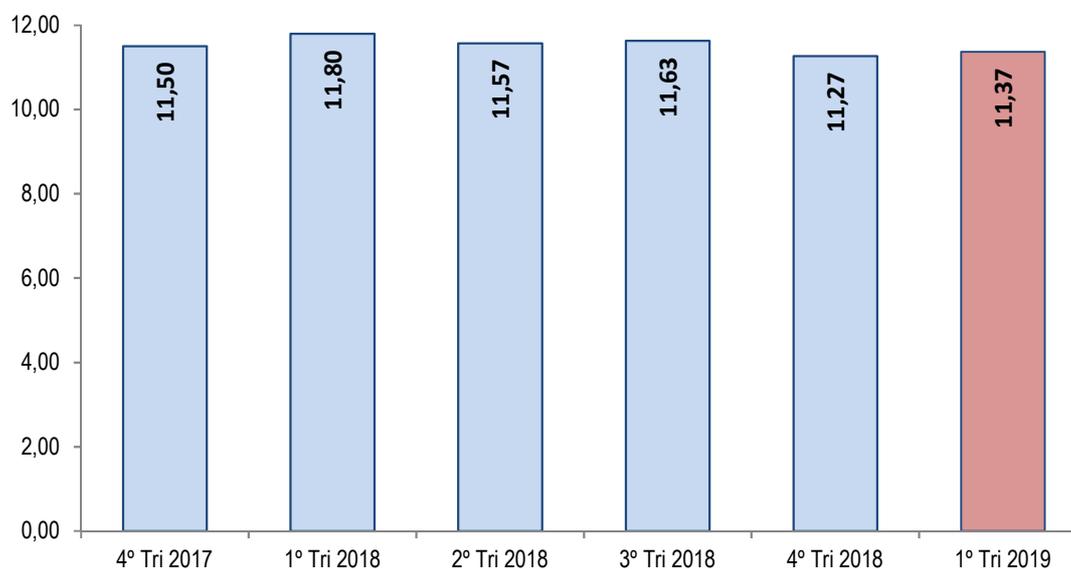
TABELA 28. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

PLANO III - BS						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
28/03/2019	NTN-B 2021	2,7900	3,0900	3,5200		4.144.895,64
TOTAL						4.144.895,64
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
29/03/2019	NTN-B 2035	4,2300	4,4000	4,5800	4,3100	4.143.106,06
TOTAL						4.143.106,06

As taxas de negociações na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela **ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos"**, o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC N° 21 de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

6.3.6 Duration do Plano

GRÁFICO 36. EVOLUÇÃO DO DURATION


No encerramento do 1º trimestre de 2019 o *duration* alcançou 11,37 anos - contra 11,80 anos alcançados no mesmo período de 2018. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos, entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo, o qual alçou 13,17 anos calculados pelo modelo Previc.

Duas observações importantes na estrutura do *duration*:

- I- A estabilidade observada no *Duration* no decorrer do 1º trimestre de 2019 foi promovida devida a permanência nas aplicações com vencimentos de maior prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de longo prazo e fechamento das de curto prazo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;
- II- A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando *duration* de 11,27 anos, menor que a do passivo (13,17 anos), atendendo a lógica da legislação, que obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo. Apesar de não apresentar nenhuma distorção em relação à legislação, não exige a necessidade de acompanhamento da carteira visando à adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do Plano.

6.3.7 Acompanhamento Orçamentário

A seguir, destacamos a aderência dos resultados alcançados no “**Acompanhamento Orçamentário - 1º Trimestre de 2019**”, frente às projeções realizadas pela Diretoria de Finanças, fato que nos leva à transparência futura dos Planos sob a gestão da Fundação.

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no **Plano III/B Saldado** no encerramento do 1º Trimestre de 2019 totalizou R\$ 9.803.844,84 - contra o Valor Orçado de R\$ 5.131.488,41 - ou seja, o realizado totalizou 191,05% daquele esperado no orçamento projetado para o período considerado.

O **Segmento de Renda Fixa** obteve desempenho acima das previsões, as receitas realizadas encerraram o trimestre com R\$ 5.800.826,76 - contra R\$ 4.285.628,73 projetados, ou seja, 135,36% do valor previsto. Contribuiu para este resultado final, a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, fundamentalmente a queda dos juros das NTN/B's, precificadas a “Mercado”.

O **Segmento de Renda Variável**, motivado pela alta de 8,38% da Bolsa de Valores no primeiro trimestre, medida pelo IBrX-50, com reflexos positivos nos FIA's que constituem a Carteira do Plano, confirmando o processo de reversão iniciado em março de 2016, fortaleceu as condições táticas e estratégicas de manter os investimentos em ações. Portando, as previsões orçamentárias se confirmaram, gerando resultado positivo de R\$ 3.011.035,82 - contra R\$ 1.052.646,06 projetados, ou seja, 286,04% do previsto no encerramento trimestre.

O **Segmento de Investimentos Estruturados** motivado pela necessidade de liquidez frente os pagamentos do Plano, a alocação foi realizada no Fundo Multimercado, ativo que compõe o segmento e atende as necessidade de curto prazo, surpreendeu as previsões orçamentárias, gerando resultado positivo de R\$ 1.029.484,52 - contra R\$ 17.904,78 projetado no período, ou seja, 5.749,77% no período.

O **Segmento Imobiliário**: o segmento registrou no primeiro trimestre resultado positivo de R\$ 10.215,40 - contra R\$ 102.928,91 projetados para o período, ou seja, 9,92% do previsto, motivado pelas mudanças na legislação vigente, promovido diretamente pela **revogação da Resolução Nº 3.792, de 24.09.2009 pela Resolução Nº 4.661, de 25.05.2018, onde foram vedadas as aquisições de “Terrenos” e “Imóveis”, mas a manutenção do estoque existente, até a sua alienação no prazo de 12 (doze) anos, incluindo no Segmento novos ativos: Fundos Imobiliários (FII); CCI e CRI, bem como a majoração do limite de 8% para 20% do total dos ativos do Plano.** Conseqüentemente, a realocação dos CRI's existentes no Plano para o Segmento Imobiliário, melhorou sistematicamente a nova avaliação e rentabilidade do Segmento no período considerado.

O **Segmento de Empréstimos** obteve desempenho positivo no primeiro trimestre acima do projetado. As receitas realizadas registraram o valor de R\$ 267.705,58 - contra R\$ 11.469,27 projetados no período considerado, ou seja, 2.334,11% do valor previsto. Contribuiu para este resultado, o aumento na demanda ocorrida no decorrer do trimestre.

Com relação aos “**Custeios**” (“Despesas”) não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se R\$ 315.423,24 - contra o valor de R\$ 339.089,34 orçado no trimestre, demonstrando equilíbrio, algo auspicioso quando se mantém em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos.

TABELA 29. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO III - BS									
	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	1.663.715,08	1.296.052,97	128,37%	5.800.826,76	4.285.628,73	135,36%	5.800.826,76	17.111.303,78	33,90%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	1.624.884,64	1.277.491,93	127,19%	5.673.439,68	4.037.679,35	140,51%	5.673.439,68	16.670.089,38	34,03%
EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	41.429,20	18.561,04	223,21%	134.455,18	247.949,38	54,23%	134.455,18	441.214,40	30,47%
DEBENTURES	41.429,20	18.561,04	223,21%	134.455,18	247.949,38	54,23%	134.455,18	441.214,40	30,47%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-2.598,76	0,00	É DESPESA	-7.068,10	0,00	É DESPESA	-7.068,10	0,00	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-2.598,76	0,00	É DESPESA	-7.068,10	0,00	É DESPESA	-7.068,10	0,00	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	-16.557,91	330.155,55	É DESPESA	3.011.035,82	1.052.646,06	286,04%	3.011.035,82	4.508.097,77	66,79%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-16.557,91	330.155,55	É DESPESA	3.011.035,82	1.052.646,06	286,04%	3.011.035,82	4.508.097,77	66,79%
FUNDOS DE AÇÕES	-16.557,91	330.155,55	É DESPESA	3.011.035,82	1.052.646,06	286,04%	3.011.035,82	4.508.097,77	66,79%
ESTRUTURADO	993.113,64	7.592,28	13080,57%	1.029.484,52	17.904,78	5749,77%	1.029.484,52	94.201,30	1092,86%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	975.920,41	0,00	NA	997.630,72	0,00	NA	997.630,72	0,00	NA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	17.193,23	7.592,28	226,46%	31.853,80	17.904,78	177,91%	31.853,80	94.201,30	33,81%
IMOBILIÁRIO	30.682,76	32.372,48	94,78%	10.215,40	102.928,91	9,92%	10.215,40	414.983,53	2,46%
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-12.161,61	0,00	É DESPESA	-42.185,38	0,00	É DESPESA	-42.185,38	0,00	É DESPESA
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	42.844,37	32.372,48	132,35%	52.400,78	102.928,91	50,91%	52.400,78	414.983,53	12,63%
CRI	42.844,37	32.372,48	132,35%	52.400,78	102.928,91	50,91%	52.400,78	414.983,53	12,63%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	259.768,67	3.823,09	6794,73%	267.705,58	11.469,27	2334,11%	267.705,58	45.877,08	583,53%
EMPRÉSTIMOS	259.768,67	3.823,09	6794,73%	267.705,58	11.469,27	2334,11%	267.705,58	45.877,08	583,53%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-105.598,31	-107.222,27	É DESPESA	-315.423,24	-339.089,34	É DESPESA	-315.423,24	-1.317.650,18	É DESPESA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	2.825.123,93	1.562.774,10	180,78%	9.803.844,84	5.131.488,41	191,05%	9.803.844,84	20.856.813,28	47,01%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

6.4 CONTÁBIL

QUADRO 17. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período		PASSIVO	Período	
	mar/19	mar/18		mar/19	mar/18
DISPONÍVEL	40.162,38	35.047,66	EXIGÍVEL OPERACIONAL	689.334,26	710.516
REALIZÁVEL	331.116.324,45	301.425.226	Gestão Previdencial	569.726,27	573.455,89
Gestão Previdencial	43.641.975,84	45.082.610,22	Investimentos	119.607,99	137.060,02
Gestão Administrativa	5.443.729,88	5.626.096,27	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	199.661,31	309.946
Investimentos	282.030.618,73	250.716.519	Investimento	199.661,31	309.945,71
Títulos Públicos	189.776.502,12	167.741.895,71	PATRIMÔNIO SOCIAL	330.267.491,26	300.439.812
Créditos Privados e Depósitos	6.540.345,35	6.360.254,03	Patrimônio de Cobertura do Plano	324.152.295,79	294.142.249,84
Fundos de Investimento	80.866.939,27	71.506.737,15	Provisões Matemáticas	325.028.433,79	289.827.498
Investimentos Imobiliários	4.322.738,78	4.277.690,24	Benefícios Concedidos	26.346.415,55	197.855,50
Empréstimos e Financiamentos	426.771,67	622.336,10	Benefícios a Conceder	298.682.018,24	289.629.642,06
Depos.Jud. Recursais	97.321,54	207.605,94	Equilíbrio Técnico	(876.138,00)	4.314.752,28
			Resultados Realizados	(876.138,00)	4.314.752,28
			(+) Superávit Técnico Acumulado	-	4.314.752,28
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(876.138,00)	-
			Fundos	6.115.195,47	6.297.562
			Fundos Administrativos	5.443.729,88	5.626.096,27
			Fundos dos Investimentos	671.465,59	671.465,59
TOTAL DO ATIVO	331.156.486,83	301.460.273,32	TOTAL DO PASSIVO	331.156.486,83	301.460.273,32

QUADRO 18. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
A) Ativo Líquido - início do exercício	313.614.902,89	277.113.456,14	13,17
1. Adições	10.814.828,77	17.031.920,84	(36,50)
(+) Contribuições	1.010.983,93	1.699.908,65	(40,53)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	9.803.844,84	15.332.012,19	(36,06)
2. Destinações	(277.435,87)	(3.127,14)	8.771,87
(-) Benefícios	(277.435,87)	(3.127,14)	8.771,87
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.537.392,90	17.028.793,70	(38,12)
(+/-) Provisões Matemáticas	7.202.738,09	3.821.207,96	88,49
(+/-) Superávit / Déficit Técnico do Exercício	3.334.654,81	13.207.585,74	(74,75)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	324.152.295,79	294.142.249,84	10,20
C) Fundos não previdenciais	6.115.195,47	6.297.561,86	(2,90)
(+/-) Fundos Administrativos	5.443.729,88	5.626.096,27	(3,24)
(+/-) Fundos dos Investimentos	671.465,59	671.465,59	-

QUADRO 19. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
1. Ativos	331.156.486,83	301.460.273,32	9,85
Disponível	40.162,38	35.047,66	14,59
Recebível	49.085.705,72	50.708.706,49	(3,20)
Investimento	282.030.618,73	250.716.519,17	12,49
Títulos Públicos	189.776.502,12	167.741.895,71	13,14
Créditos Privados e Depósitos	6.540.345,35	6.360.254,03	2,83
Fundos de Investimento	80.866.939,27	71.506.737,15	13,09
Investimentos Imobiliários	4.322.738,78	4.277.690,24	1,05
Empréstimos e Financiamentos	426.771,67	622.336,10	(31,42)
Depos.Jud. Recursais	97.321,54	207.605,94	(53,12)
2. Obrigações	888.995,57	1.020.461,62	(12,88)
Operacional	689.334,26	710.515,91	(2,98)
Contingencial	199.661,31	309.945,71	(35,58)
3. Fundos não Previdenciais	6.115.195,47	6.297.561,86	(2,90)
Fundos Administrativos	5.443.729,88	5.626.096,27	(3,24)
Fundos dos Investimentos	671.465,59	671.465,59	-
4. Ativo Líquido (1-2-3)	324.152.295,79	294.142.249,84	10,20
Provisões Matemáticas	325.028.433,79	289.827.497,56	12,15
Superávit/Déficit Técnico	(876.138,00)	4.314.752,28	(120,31)

QUADRO 20. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	325.712.756,95	295.834.177,05	10,10
1. Provisões Matemáticas	325.028.433,79	289.827.497,56	12,15
1.1. Benefícios Concedidos	26.346.415,55	197.855,50	13.215,99
Benefício Definido	26.346.415,55	197.855,50	13.215,99
1.2. Benefício a Conceder	298.682.018,24	289.629.642,06	3,13
Benefício Definido	298.682.018,24	289.629.642,06	3,13
2. Equilíbrio Técnico	(876.138,00)	4.314.752,28	(120,31)
2.1. Resultados Realizados	(876.138,00)	4.314.752,28	(120,31)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(876.138,00)	4.314.752,28	(120,31)
3. Fundos	671.465,59	671.465,59	-
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	671.465,59	671.465,59	-
4. Exigível Operacional	689.334,26	710.515,91	(2,98)
4.1. Gestão Previdencial	569.726,27	573.455,89	(0,65)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	119.607,99	137.060,02	(12,73)
5. Exigível Contingencial	199.661,31	309.945,71	(35,58)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	199.661,31	309.945,71	(35,58)

6.4.1 Notas Explicativas
6.4.1.1 Composição do Ativo
6.4.1.1.1 Gestão Previdencial

Constituído pelo saldo da dívida contratada a receber:

a) Codevasf – R\$ 43 milhões.

6.4.1.1.2 Gestão Administrativa

O valor registrado corresponde à participação do Plano de Benefícios I no Fundo Administrativo é de R\$ 5.443 mil. A constituição se deu basicamente pelo resultado produzido pelos investimentos do PGA, haja vista que todo o custeio foi consumido pelas despesas incorridas no exercício relativamente aos eventos necessários a gestão do plano.

6.4.1.1.3 Gestão de Investimentos

Os registros dos Investimentos estão detalhados nos quadros a seguir:

QUADRO 21. POSIÇÃO DA CARTEIRA DOS INVESTIMENTOS

Plano Benefício Saldado	dez/18	dez/17	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2017
Investimentos	270.910	234.165	2018	2017	
Títulos Públicos	185.956	157.128	68,6%	67,1%	18,3%
Créditos Privados e Depósitos	6.899	6.780	2,5%	2,9%	1,8%
Companhias Abertas	6.899	6.780	2,5%	2,9%	1,8%
Fundos de Investimento	73.334	65.182	27,1%	27,8%	12,5%
Multimercado	330	2.030	0,1%	0,9%	-83,7%
Direitos Creditórios/Fundos de Investimentos	2.276	2.279	0,8%	1,0%	-0,1%
Ações	52.556	44.395	19,4%	19,0%	18,4%
Participações/FIP	18.172	16.478	6,7%	7,0%	10,3%
Investimentos Imobiliários	4.281	4.214	1,6%	1,8%	1,6%
Empréstimos	343	654	0,1%	0,3%	-47,6%
Depos. Jud. Recursais	97	207	0,0%	0,1%	-53,1%

6.4.1.2 *Composição do Passivo*

6.4.1.2.1 *Gestão Previdencial*

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- a) Valores a Restituir – R\$ 518 mil.

Na conta de Valores a Restituir foi provisionado o valor de R\$ 518 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

6.4.1.2.2 *Gestão de Investimentos*

- a) Investimentos Imobiliários – R\$ 14 mil;
- b) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 105 mil.

Merece destaque o montante de R\$ 105 mil que corresponde a cobertura do custeio dos investimentos (taxa de administração) a ser pago pelo plano. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês março/2019 e liquidado em abril/2019.

6.4.1.2.3 *Exigível Contingencial*

O valor de R\$ 199 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

6.4.1.2.4 *Patrimônio Social*

Representado pela soma das reservas registradas no plano e tem sua formação composta como segue:

- a) Provisões Atuariais:

Conforme determina a Lei nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar, as avaliações das reservas matemáticas devem ser realizadas a cada exercício social. Neste sentido as reservas matemáticas do Plano foram avaliadas em 31/03/2019, e os valores devidamente registrados no balanço são os encontrados como resultado da aplicação das premissas atuariais, definidas pelo atuário externo em estudo técnico de adequação. Esclarece-se ainda que os elementos estatístico-financeiros empregados foram devidamente avaliados pelas instâncias de governança da entidade: - Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva aprovaram o estudo técnico de adequação; o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre a adequação; tudo em conformidade com os dispositivos normativos vigentes.

O cálculo atuarial leva em consideração fatores biométricos da massa – expectativa de vida e composição familiar, e fatores econômicos - crescimento real de salários, rotatividade (desligamento do Plano de Benefícios) e taxa de inflação. Nos cálculos desenvolvidos tendo por base as hipóteses aprovadas no estudo de adequação destacam-se as Reservas de Benefícios Concedidos (reservas já constituídas relativas ao valor presente dos desembolsos futuros com benefícios já em gozo) e a Reserva de Benefícios a Conceder (valor presente gerado pelo fluxo dos valores de benefícios a serem pagos deduzidos das contribuições a receber dos participantes, atualmente ativos, empregados nas patrocinadoras). Em síntese pode-se definir o total das reservas como sendo o valor presente dos compromissos futuros.

Alterações na composição de dados biométricos impactam mais ou menos fortemente o resultado da avaliação e, fica claramente identificado que se trata de dados apurados “ex-post”, ou seja, depois de observados. O atuário elabora o plano de custeio, por estimativa, mas, somente ao final de cada exercício social, coteja o que foi previsto com o que se obteve de concreto, daí as divergências são ajustadas e devidamente identificadas em cada avaliação processada. São variáveis absolutamente livres, fora de controle, ao longo do exercício social, e as suas divergências em relação ao observado versus o estimado são consideradas como fatos estruturais a impactar o plano.

Em março de 2019 o atuário reavaliou as reservas de benefícios concedidos e a conceder, respectivamente em R\$ 26 milhões e R\$ 298 milhões, como sendo os montantes necessários para cobrirem as obrigações do plano para com seus participantes.

Cabe relatar que a taxa de juros real do Plano Saldado, utilizada para a avaliação atuarial de 31/12/2018 foi de 4,90% a.a. No estudo quanto a taxa de juros da carteira de ativos do plano, essa foi identificada como 5,02% a.a., diante disso propôs o AETQ que, a taxa para efeito de utilização atuarial passasse a ser de 4,90% a.a. O estudo devidamente aprovado pelos órgãos de governança da entidade, e identificados pelo atuário do plano com sendo a melhor expressão, foi aquele identificado preambularmente, já que atendia a aderência confirmada por meio de estudo técnico preconizado na Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015.

Destaque-se que a contabilidade tem somente a obrigação de proceder ao registro, depois de as reservas terem sido devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da entidade, como define os diplomas normativos. Nesse contexto, estão a cargo do atuário as necessárias explicações dos fenômenos que produziram o resultado, como estampa o conteúdo do Anexo I, parte integrante destas NOTAS EXPLICATIVAS, de responsabilidade do escritório Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., atuário externo elaborador das avaliações atuariais do Plano de Benefícios I signatário da mesma.

b) Equilíbrio Técnico:

O resultado do primeiro trimestre de 2019 foi um superávit de R\$ 3.334 mil que abatido no déficit de 2018 cujo valor foi de R\$ 4.210 mil, gerou um estoque final de R\$ 876 mil deficitário.

6.4.1.2.5 Fundos

a) Administrativo:

A existência de Fundo Administrativo decorre do processo de cisão do Plano I – plano de origem, e para seu valor foi aplicada a mesma proporcionalidade da cisão dos demais ativos no plano.

O Fundo Administrativo foi constituído pelo saldo apurado cotejando-se as receitas com os gastos administrativos. A técnica tem respaldo na Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e, em março fechou com R\$ 5.443 mil.

É importante destacar que esse registro no ativo do Plano confere-lhe tratamento semelhante ao lançamento advindo do resultado da equivalência patrimonial existente nas empresas detentoras de parte do capital de outra empresa. O resultado apresentado é a parte que coube ao plano, originado do resultado do PGA.

Deve-se ressaltar, ainda, que o saldo apurado do fundo está composto pelo saldo remanescente do permanente, apurados pelo encontro do custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, mais os valores investidos nos mercados financeiros e de capitais pelo próprio PGA.

b) Investimento:

O Fundo de Investimento possui a finalidade de quitar os saldos devedores dos empréstimos na eventualidade do falecimento de mutuário. Trata-se, em última análise, de um seguro constituído para cobrir o infortúnio. Os recursos para a formação desse Fundo são provenientes única e exclusivamente por sobrecarga imposta aos participantes mutuários, não tendo, portanto, fonte previdencial. O saldo atual perfaz R\$ 671 mil e está convenientemente adequada à frequência e impacto esperados, segundo a Área de Finanças da Fundação.

QUADRO 22. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEFINIÇÃO	mar/19	mar/18	%
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 4.210.793	- 8.892.833	- 53
1- CONTRIBUIÇÕES	1.010.984	1.699.909	- 41
(+) Dívida Contratada	1.010.984	501.919	101
(+) Fluxos Previdenciais	-	1.197.989	- 100
2- DESTINAÇÕES	- 277.436	- 3.127	8.772
(-) Benefícios	- 277.436	- 3.127	8.772
4- INVESTIMENTOS	9.803.845	15.332.012	- 36
(+) Renda Fixa	5.860.296	9.895.570	- 41
(+) Renda Variável	4.033.452	5.719.260	- 29
(+) Imóveis	- 42.185	- 49.235	- 14
(+) Empréstimos	267.706	25.688	942
(-) Custeio	- 315.423	- 259.271	22
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	7.202.738	3.821.208	88
(+) Benefícios Concedidos	26.059.768	2.353	1.107.464
(+) Benefícios a Conceder	- 18.857.030	3.818.855	- 594
B) RESULTADO SUPERAVITÁRIO (1+2+3+4+5) DO EXERCÍCIO	3.334.655	13.207.586	- 75
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B+C)	- 876.138	4.314.752	- 120

Instrumento destinado a apresentar de maneira clara quais os componentes de Resultado dos Planos que formaram Superávit no exercício.

Foram destinados R\$ 277 mil reais para pagamento de benefícios e outros R\$ 7 milhões de ajuste nas reservas. Os recursos investidos somaram R\$ 9 milhões e as contribuições R\$ 1 milhão.

6.4.2 Fato Relevante:

1. Em 1991 foi distribuída a ação ordinária de nº 910123902-3, que tramitou perante a 23ª Vara Federal do RJ, cuidando-se de ação coletiva interposta por várias Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em face da União, onde se discutia a aplicação dos expurgos inflacionários sobre aplicações em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND's. As entidades foram representadas pela ABRAPP. Julgada procedente a ação ordinária e depois do esgotamento de todos os recursos disponíveis, deu-se início à liquidação da sentença, objeto de distribuição de 38 ações. A SÃO FRANCISCO ESTÁ LIQUIDANDO A SENTENÇA NOS AUTOS DO PROCESSO 0145881-14.2015.4.02.5101 – QUE TEM CURSO PERANTE A 12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, que ainda tem como exequentes a INERGUS, COMPREV, FAPECE, FAPERS e SERGUS, onde se cobra o valor total, para todas as entidades, de R\$ 21.374.666,63 (vinte e um milhões, trezentos e setenta e quatro reais, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), sendo que a parte da São Francisco

está estimada em R\$ 6.000.440,67 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) atualizada até o dia 27 de novembro de 2015, datada do ajuizamento da ação de liquidação. Os valores aqui apresentados ainda carecem de confirmação pelo Governo Federal, o qual ainda discute a forma de apuração do mesmo, dito isso, evidencia-se que o valor estampado acima é a apuração realizada somente pelo escritório contratado pelas entidades citadas.

Não há contabilização do valor apresentado no parágrafo anterior exatamente ante a possibilidade de sua impugnação. A PREVIC em ofício encaminhado a ABRAPP – Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, determinou que o valor da demanda das entidades deveria somente constar das notas explicativas, não procedendo ao registro no ativo dos planos. Caberá, se vitoriosa a demanda, a cada plano (BD I e BD III), correspondente a R\$ 3.575 milhões e R\$ 2.425 milhões, respectivamente Plano de Benefício I – BD e Plano de Benefício Saldado – BS, como são comumente denominados.

7 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) da São Francisco é o instrumento que suporta as despesas administrativas previdenciais e de investimentos relativas à gestão dos planos de benefícios.

7.1 ADMINISTRAÇÃO

7.1.1 Aspectos Gerais da Gestão

7.1.1.1 Receitas

As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes estabelecidas em seu Regulamento, tais como: taxas de carregamento incidente sobre as contribuições dos Planos I e II, conforme definidas nos respectivos Planos de Custeio; reembolso das despesas com a gestão dos investimentos; taxa de administração de Empréstimos a Participantes e remuneração dos recursos do próprio PGA.

No Gráfico abaixo apresentamos a receita acumulada do 1º trimestre na sua totalidade e segregada nas respectivas fontes. O Gráfico 38 demonstra o comportamento dessa receita nos últimos cinco anos, considerando o trimestre de referência no relatório.

GRÁFICO 37. RECURSOS RECEBIDOS

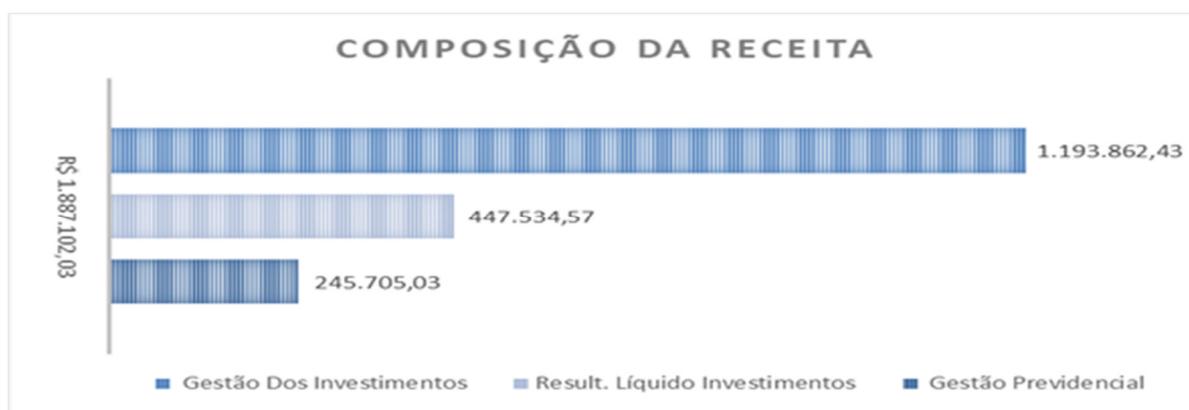


GRÁFICO 38. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS



As despesas com a gestão administrativa dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA pelos planos, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2, conforme estabelece a Resolução MPS/CGPC nº 28 que dispôs sobre os procedimentos contábeis para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar. A sua formação advém da sistemática de rateio dos gastos administrativos apropriados

conforme definido na Diretriz Orçamentária, com base no funcionograma da entidade, entre gestão administrativa previdencial e a gestão administrativa de investimentos.

O Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA e dos eventuais excedentes das taxas de carregamento dos planos, e estão contabilizados no seu realizável, portanto, ativos que formam o citado Fundo.

7.1.1.2 Despesas

7.1.1.2.1 Limites e Acompanhamento

Os limites para as despesas administrativas são estabelecidos pelo Conselho Deliberativo quando da aprovação do orçamento de cada exercício e são acompanhados por intermédio de diversos indicadores de gestão do PGA, além de apresentações periódicas realizadas aos conselhos Deliberativo e Fiscal da São Francisco.

7.1.1.2.2 Medidas de Otimização dos Recursos Destinados às Despesas Administrativas

Diante dos limitados recursos destinados às despesas administrativas a Fundação São Francisco busca adotar um modelo gerencial rigoroso, otimizando ao máximo a força de trabalho, contratos com fornecedores, material de consumo etc.

Nos Gráficos 39 e 40 explanamos as despesas realizadas. O Gráfico 39 mostra a distribuição das despesas realizadas no 1º trimestre, concentradas nas principais contas contábeis. O Gráfico 40 traz o comportamento da despesa nos últimos 5 anos.

GRÁFICO 39. DESPESAS REALIZADAS

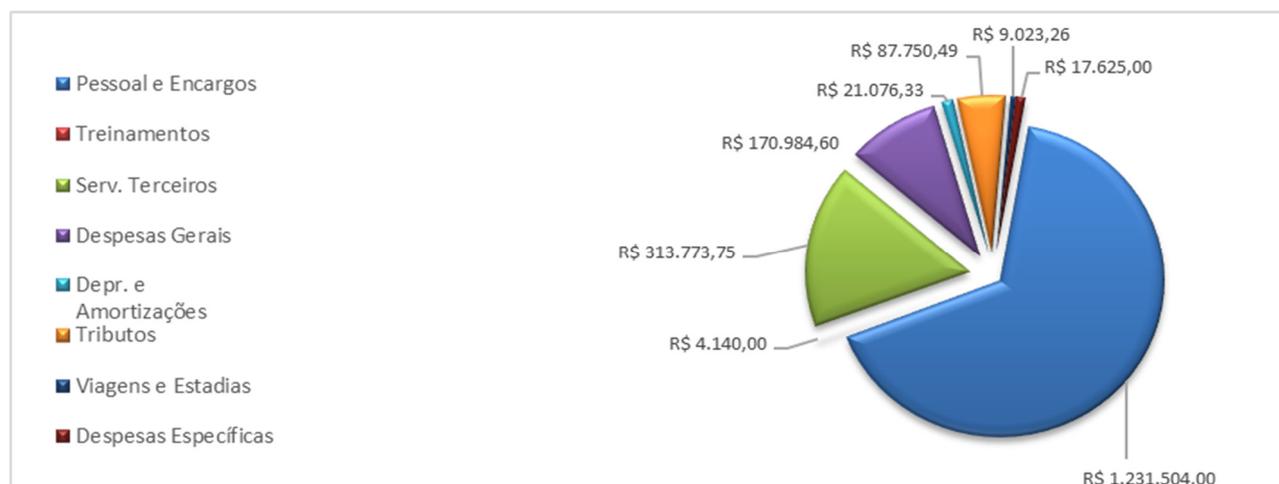
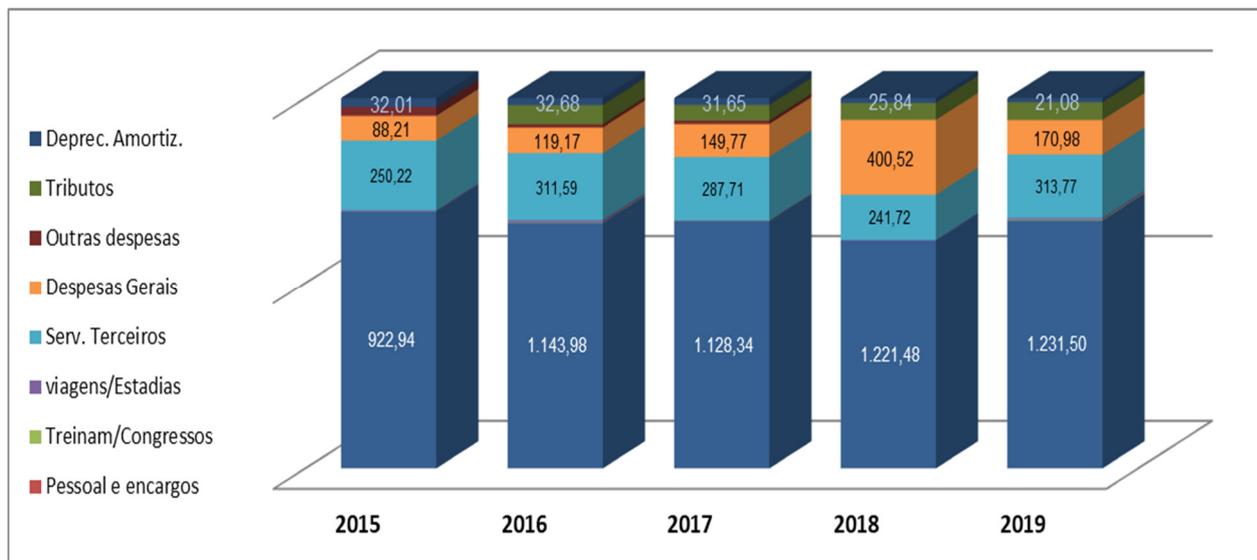


GRÁFICO 40. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA


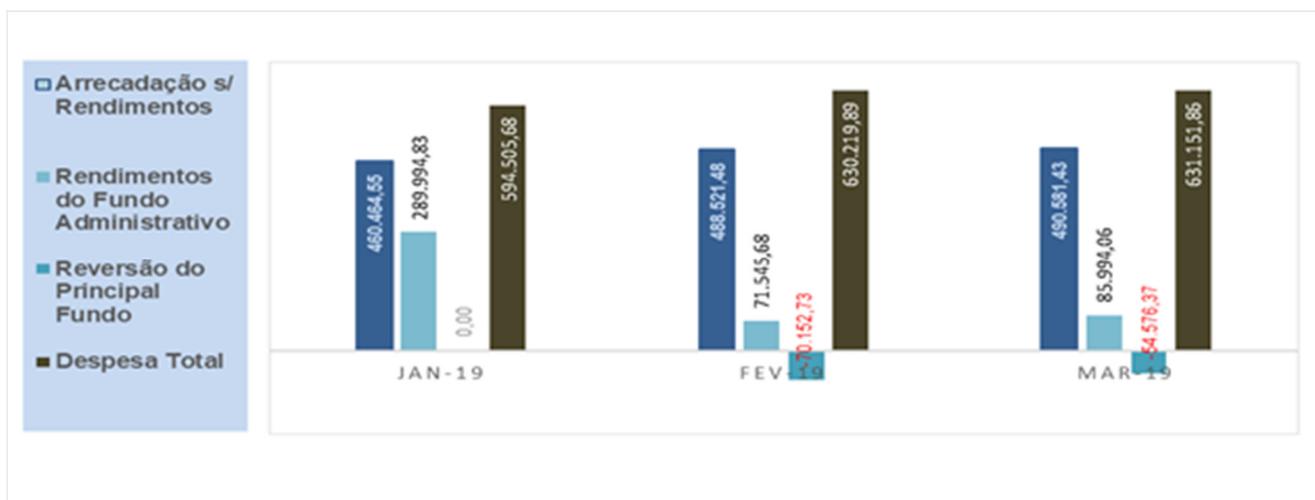
7.1.1.3 Custeio

QUADRO 23. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO

DESCRIÇÃO	ADM PREVIDENCIAL	%	ADM INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	%	TOTAL	%
Receita	245.705,03	13,02	1.193.862,43	63,26	447.534,57	23,72	1.887.102,03	100
Despesa	778.547,14	41,95	1.077.330,29	58,05			1.855.877,43	100
Diferença	-532.842,11	(28,71)	116.532,14	6,28	447.534,57		31.224,60	1,65

O acompanhamento do custeio demonstra que as receitas foram suficientes, visto que o total arrecadado, abrangendo os rendimentos obtidos das aplicações financeiras do Fundo Administrativo cobriram os gastos e geraram uma sobra equivalente a 1,65%, os quais foram destinados à constituição dos Fundos Administrativo dos planos.

7.1.1.4 Fundo Administrativo

GRÁFICO 41. PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS


O gráfico acima mostra o comportamento da despesa e a representação das fontes de recursos que a suportaram durante o trimestre, sendo estas as seguintes: recursos provenientes da arrecadação, dos rendimentos das aplicações e das reversões do Fundo administrativo. No mês de janeiro as aplicações geraram rendimentos da ordem de R\$ 289,994,83, confirmando-se o melhor desempenho do trimestre. Embora esta performance não tenha se repetido nos meses seguintes, o trimestre fechou com saldo positivo, gerando saldos para constituição do Fundo Administrativo dos planos.

7.1.1.5 Execução do Orçamento

QUADRO 24. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIRENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
PESSOAL E ENCARGOS	1.276.448	62,96	1.231.504	66,36	44.944	3,65
DIRIGENTES	372.790	18,39	366.683	19,76	6.107	1,67
PESSOAL PRÓPRIO	903.658	44,57	864.822	46,60	38.836	4,19
TRINAMENTOS/CONGRESSOS	-	-	4.140	0,22	(4.140)	-100,00
VIAGENS E ESTADIAS	4.844	0,24	9.023	0,49	(4.179)	-16,31
SERVIÇOS DE TERCEIROS	407.193	20,08	313.774	16,91	93.420	29,77
DESPESAS GERAIS	214.107	10,56	170.985	9,21	43.122	25,22
TAFIC - PLANO I	9.000	0,44	9.000	0,48	-	0,00
TAFIC - PLANO II	2.625	0,13	2.625	0,14	-	0,00
TAFIC - PLANO III	6.000	0,30	6.000	0,32	-	0,00
TRIBUTOS	81.346	4,01	87.750	4,73	(6.404)	-7,30
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	25.837	1,27	21.076	1,14	4.761	22,59
TOTAL	2.027.400	100	1.855.877	100	171.523	8,46

A previsão orçamentária demonstrou-se adequada neste primeiro trimestre, as despesas ordinárias acusaram apenas diferenças decorrentes de estimativas calculadas com base na média das despesas do exercício anterior, portanto sujeitas a pequenas oscilações para maior ou para menor, fazendo com que o dimensionamento desses gastos não seja exato.

Entretanto alguns gastos não esperados causaram diferenças relevantes nas contas orçamentárias, os quais estão descritos a seguir.

- Honorários advocatícios (Vitor de Paula Pessoa Salles Viana) para baixa de hipotecas das salas e garagens do Edifício Fernandez Plaza (2º termo aditivo) no valor de R\$ 12.500,00.
- Custas Judiciais com processo de ação trabalhista movido por Marinalva Silva no valor de R\$ 6.000,00.
- Custas judiciais referente à ação processual sobre empréstimo consignado em atraso do participante assistido Adenilton Dourado Carvalho no valor de R\$ 3.131,17.

Concluimos que a projeção orçamentária se manteve aderente à despesa, indicando que a Fundação cumpriu o primeiro trimestre sem eventos que prejudicassem sua operação. O acompanhamento orçamentário do trimestre registrou uma despesa menor que a previsão orçamentária em 8,46%, equivalentes a R\$ 171.523,00.

7.2 INVESTIMENTO

7.2.1 Enquadramento

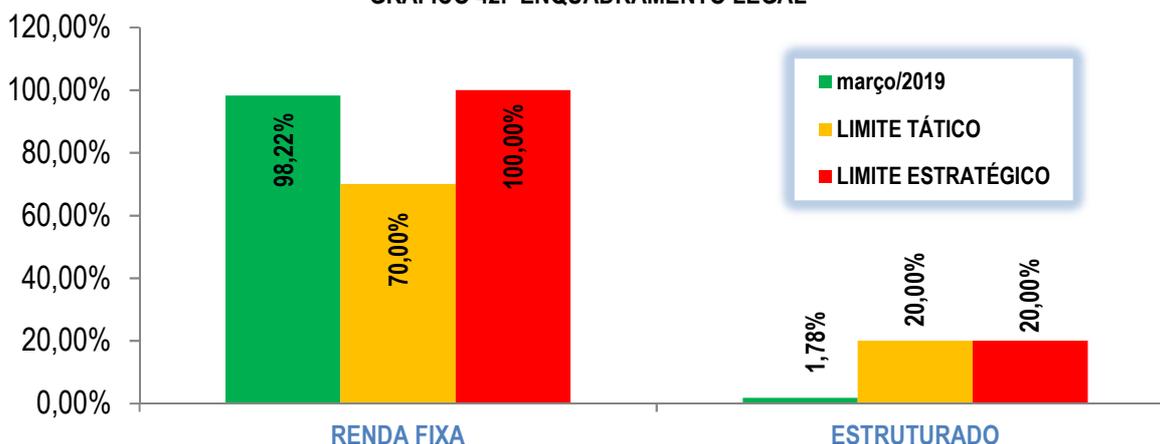
O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.

TABELA 30. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 4.661)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE LEGAL	LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING NOTA						
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL		SEGMENTO	TÁTICO	ESTRATÉGICO			CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	mar/19	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO S/CDI e IBRX- 50
Art. 21	RENDA FIXA	10.559.653,59	100,00%	98,22%	100%	70,00%	100,00%		4,14		0,81%	4,32%	4,32%	12,42%	2,80%	1,41%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	10.559.653,59	100,00%	98,22%	100%			100%	4,14		0,81%	4,32%	4,32%	12,42%	2,80%	1,41%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	10.559.653,59	100,00%	98,22%				100%	4,14	Soberano	0,81%	4,32%	4,32%	12,42%	2,80%	1,41%
Art. 23	ESTRUTURADO	191.137,13	100,00%	1,78%	20%	20,00%	20,00%				0,44%	1,38%	1,38%	5,95%	-0,14%	-1,53%
I - b)	Fundos de Investimento Multimercado	191.137,13	100,00%	1,78%	15%						0,44%	1,38%	1,38%	5,95%	-0,14%	-1,53%
	SAGA SNAKE FIM	191.137,13	100,00%	1,78%				10%			0,44%	1,38%	1,38%	5,95%	-0,14%	-1,53%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		10.750.790,72		100,00%					4,14		0,81%	4,28%	4,28%	10,85%	2,76%	1,37%

O Enquadramento corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a **“Taxa de Referência do Plano” (INPC+4,90%)**, assim como os riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos **“Segmentos de Renda Fixa”** e **“Investimentos Estruturados”**, encontrando-se no encerramento do 1º trimestre de 2019, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2019/2023, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos encerraram o 1º Trimestre de 2019 totalizando R\$ 10.750.790,72 contra R\$ 10.730.612,26 em dezembro de 2018, acumulando no período crescimento de 0,19%.

GRÁFICO 42. ENQUADRAMENTO LEGAL

TABELA 31. ENQUADRAMENTO LEGAL

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	2018		março/2019		POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL
	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	VALOR (R\$)	% DE ALOCAÇÃO	LIMITE TÁTICO	LIMITE ESTRATÉGICO	RESOLUÇÃO Nº 4.661 - CMN
RENDA FIXA	10.334.942,14	96,31%	10.559.653,59	98,22%	70,00%	100,00%	100,00%
ESTRUTURADO	395.670,12	3,69%	191.137,13	1,78%	20,00%	20,00%	20,00%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	10.730.612,26	100%	10.750.790,72	100%			
(+) Disponível - Conta 11	7.222,36	VARIACÃO NOMINAL	20.649,94				
(-) Exigível de Investimentos	0,00		0,00				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	10.737.834,62	↑ 0,19%	10.771.440,66				

Comentários:

Destaca-se por oportuno que a elevada concentração no Segmento de Renda Fixa, alocado em Títulos Públicos Federais, com 98,22% dos ativos de investimentos e a baixa concentração no Segmento de Investimentos Estruturados com 1,78% dos ativos, se devem ao estrito cumprimento do Regulamento do PGA.

7.2.2 Rentabilidade

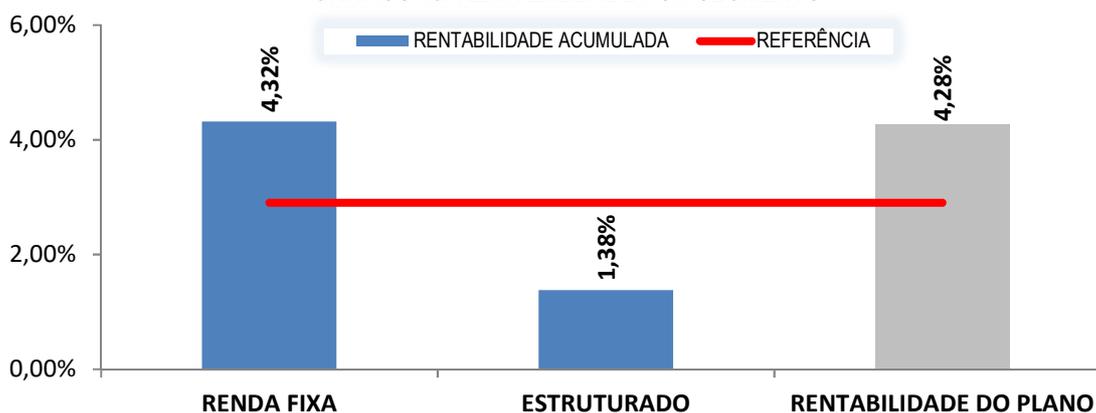
A rentabilidade nominal do **Plano de Gestão Administrativa - PGA**, relativa ao 1º Trimestre de 2019 foi de 4,28%. Descontada a **Taxa de Referência (INPC sem defasagem + 4,90% a.a.)**, que registrou no período taxa de **2,90%**, o desempenho dos investimentos do Plano ficou acima da Taxa de Referência em 1,38 pontos-base.

7.2.2.1 Segmento de Renda Fixa

Apresentou no 1º trimestre de 2019 rentabilidade de 4,32%. Descontada a Taxa de Referência de 2,90% no mesmo período, o desempenho do Segmento ficou acima da Taxa de Referência em 1,42 pontos-base. O desempenho favorável, foi motivado pela elevada volatilidade ocorrida no mercado financeiro no período considerado, fruto da queda das taxas dos Títulos Públicos existentes na Carteira (NTN/B), totalizando 98,22% dos ativos de investimentos marcados a “Mercado”.

7.2.2.2 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 1º trimestre de 2019 rentabilidade de 1,38%, contra Taxa de Referência de 2,90% no mesmo período, imputando divergência negativa de 1,52 pontos-bases. A alocação neste Segmento encontra-se em um **“Fundo Multimercado”** utilizado somente com vistas à administração das disponibilidades para pagamento das despesas administrativas do Plano.

GRÁFICO 43. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

TABELA 32. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

RENTABILIDADE DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				
SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	1º TRIMESTRE DE 2019			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,81%	4,32%	4,32%	12,42%
ESTRUTURADO	0,44%	1,38%	1,38%	5,95%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,81%	4,28%	4,28%	10,85%
REFERÊNCIA	1,17%	2,90%	2,90%	9,80%
DIVERGÊNCIA	(0,36%)	1,37%	1,37%	1,05%

7.2.3 Controle de Avaliação de Riscos

Risco de Mercado

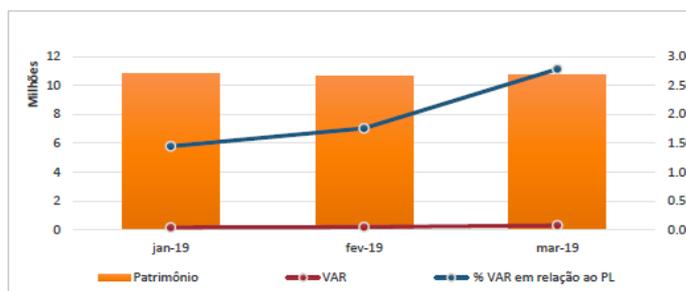
FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO - PLANO PGA

VaR (<i>Value-at-Risk</i>)	299,250.01
% VaR (<i>Value-at-Risk</i>)	2.78%
Patrimônio Calculado	10,745,207.27
Patrimônio Informado	10,745,211.69

Parâmetros

Metodologia para estimar a volatilidade	EWMA
Fator de Decaimento (Lambda)	94.00
Amostra	90
Janela de Observação	1
Horizonte de Tempo	21

	PL	VAR	%VAR
30/04/2018			
30/05/2018			
29/06/2018			
31/07/2018			
31/08/2018			
28/09/2018			
31/10/2018			
30/11/2018			
31/12/2018			
31/01/2019	10,785,428	155,918	1.45
28/02/2019	10,660,368	187,573	1.76
29/03/2019	10,745,207	299,250	2.79

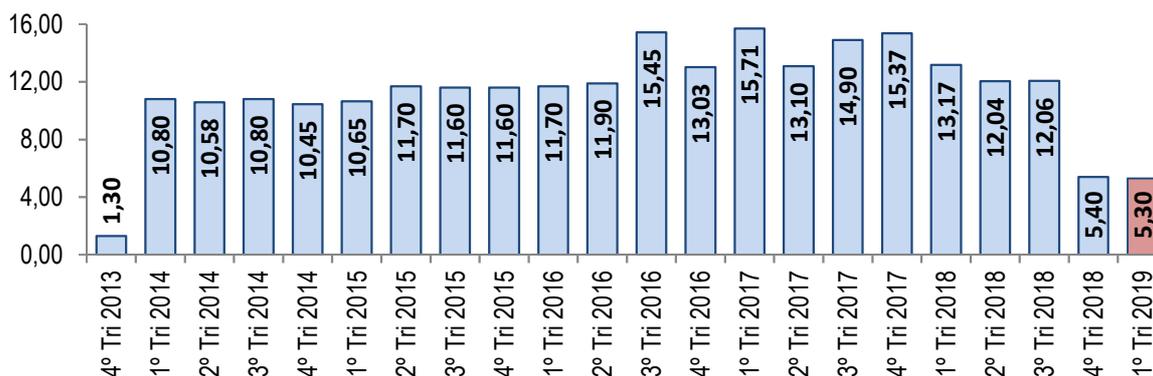


7.2.4 Operações Coursadas

No decorrer do 1º Trimestre de 2019, não houve nenhuma operação de Títulos Públicos Federais originárias da carteira do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

7.2.5 Duration

GRÁFICO 44. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 1º trimestre de 2019 o “Duration” alcançou 5,30 anos, contra 13,17 anos no mesmo período de 2018. A queda observada no *Duration*, deveu-se às mudanças táticas na carteira, mantendo papéis com vencimentos mais curtos, entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa das Despesas Administrativas dos Planos.

7.2.6 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 33. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	85.164,43	56.519,91	150,68%	445.067,56	183.778,67	242,18%	445.067,56	735.974,07	60,47%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	85.164,43	56.519,91	150,68%	445.067,56	183.778,67	242,18%	445.067,56	735.974,07	60,47%
ESTRUTURADO	829,63	5.235,66	15,85%	2.467,01	16.288,91	15,15%	2.467,01	43.482,44	5,67%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	829,63	5.235,66	15,85%	2.467,01	16.288,91	15,15%	2.467,01	43.482,44	5,67%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	85.994,06	61.755,57	139,25%	447.534,57	200.067,58	223,69%	447.534,57	779.456,51	57,42%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

As receitas de investimentos projetadas para o 1º Trimestre de 2019 registradas em Valor Projetado aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como “Valor Realizado”. O Fluxo dos Investimentos encerrou o período considerado com valor realizado de R\$ 447.534,57 contra o valor orçado de R\$ 200.067,58 - o que equivale a 223,69%, motivado diretamente pelas operações realizadas no Segmento de Renda Fixa do Plano, aliada a queda das Taxas dos Títulos Públicos precificados a “Mercado”.

7.3 CONTÁBIL

7.3.1 Enquadramento

QUADRO 25. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período		PASSIVO	Período	
	mar/19	mar/18		mar/19	mar/18
DISPONÍVEL	20.649,94	6.301,33	EXIGÍVEL OPERACIONAL	583.825,49	747.899,58
			Gestão Administrativa	583.825,49	747.899,58
REALIZÁVEL	15.110.845,60	15.969.106,37	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.255.386,97	5.057.017,42
Gestão Administrativa	4.360.054,88	4.271.415,98	Gestão Administrativa	5.255.386,97	5.057.017,42
Investimentos	10.750.790,72	11.697.690,39			
Títulos Públicos	10.559.653,59	10.095.036,77			
Fundos de Investimento	191.137,13	1.602.653,62			
PERMANENTE	3.730.220,17	3.792.506,42	PATRIMÔNIO SOCIAL	13.022.503,25	13.962.997,12
Imobilizado	3.722.785,84	3.777.761,51	FUNDOS	13.022.503,25	13.962.997,12
Diferido	7.434,33	14.744,91	Fundos Administrativos	13.022.503,25	13.962.997,12
TOTAL DO ATIVO	18.861.715,71	19.767.914,12	TOTAL DO PASSIVO	18.861.715,71	19.767.914,12

QUADRO 26. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO – CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	12.991.278,65	14.001.745,17	(7,22)
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.887.102,03	1.963.820,89	(3,91)
1.1. Receitas	1.887.102,03	1.963.820,89	(3,91)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	245.705,03	229.638,53	7,00
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.186.475,28	981.678,93	20,86
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7.387,15	2.919,20	153,05
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	447.534,57	749.584,23	(40,30)
2. Despesas Administrativas	1.855.877,43	2.002.568,94	(7,33)
2.1. Administração Previdencial	778.547,14	1.017.970,81	(23,52)
Pessoal e encargos	568.361,28	579.668,28	(1,95)
Treinamentos/congressos e seminários	2.085,00	-	100,00
Viagens e estadias	1.093,05	1.101,12	(0,73)
Serviços de terceiros	112.562,53	83.216,48	35,26
Despesas gerais	65.234,68	272.185,69	(76,03)
Depreciações e amortizações	8.629,50	10.505,58	(17,86)
Tributos	11.768,60	53.668,66	(78,07)
Despesas Específicas	8.812,50	17.625,00	(50,00)
2.2. Administração dos Investimentos	1.077.330,29	984.598,13	9,42
Pessoal e encargos	663.142,72	641.812,64	3,32
Treinamentos/congressos e seminários	2.055,00	-	100,00
Viagens e estadias	7.930,21	2.935,66	170,13
Serviços de terceiros	201.211,22	158.499,71	26,95
Despesas gerais	105.749,92	128.336,33	(17,60)
Depreciações e amortizações	12.446,83	15.331,68	(18,82)
Tributos	75.981,89	37.682,11	101,64
Despesas Específicas	8.812,50	-	100,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	31.224,60	(38.748,05)	(180,58)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	31.224,60	(38.748,05)	(180,58)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	13.022.503,25	13.962.997,12	(6,74)

QUADRO 27. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO - PB I – BD (FECHADO)

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	7.528.373,96	8.413.279,20	(10,52)
1. Custeio da Gestão Administrativa	788.657,17	679.342,12	16,09
1.1. Receitas	788.657,17	679.342,12	16,09
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	53.857,42	54.123,47	(0,49)
Custeio Administrativo dos Investimentos	467.171,25	384.191,84	21,60
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7.387,15	2.919,20	153,05
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	260.241,35	238.107,61	9,30
2. Despesas Administrativas	790.028,67	755.720,47	4,54
2.1. Administração Previdencial	322.857,42	334.923,12	(3,60)
Pessoal e encargos	239.010,80	226.412,15	5,56
Treinamentos/congressos e seminários	1.047,00	-	100,00
Viagens e estadias	356,81	388,01	(8,04)
Serviços de terceiros	45.541,35	41.898,36	8,69
Despesas gerais	26.677,74	28.193,55	(5,38)
Depreciações e amortizações	2.876,04	3.534,05	(18,62)
Tributos	2.847,68	25.497,00	(88,83)
Despesas Específicas - TAFIC	4.500,00	9.000,00	(50,00)
2.2. Administração dos Investimentos	467.171,25	420.797,35	11,02
Pessoal e encargos	281.503,37	272.680,61	3,24
Treinamentos/congressos e seminários	769,80	-	100,00
Viagens e estadias	2.895,91	911,05	217,87
Serviços de terceiros	98.631,22	77.515,93	27,24
Despesas gerais	40.757,07	50.171,73	(18,76)
Depreciações e amortizações	4.289,00	5.191,37	(17,38)
Tributos	33.824,88	14.326,66	136,10
Despesas Específicas - TAFIC	4.500,00	-	100,00
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(1.371,50)	(76.378,35)	(98,20)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(1.371,50)	(76.378,35)	(98,20)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	7.527.002,46	8.336.900,85	(9,71)

QUADRO 28. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO – PB II – CODEPREV

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	29.972,79	-	100,00
1. Custeio da Gestão Administrativa	595.728,40	513.730,93	15,96
1.1. Receitas	595.728,40	513.730,93	15,96
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	191.847,61	175.515,06	9,31
Custeio Administrativo dos Investimentos	403.880,79	338.215,87	19,42
2. Despesas Administrativas	573.930,28	513.730,93	11,72
2.1. Administração Previdencial	279.194,47	231.816,79	20,44
Pessoal e encargos	210.057,60	149.467,55	40,54
Treinamentos/congressos e seminários	709,20	-	100,00
Viagens e estadias	488,72	455,89	7,20
Serviços de terceiros	30.505,04	29.501,21	3,40
Despesas gerais	23.354,66	29.582,88	(21,05)
Depreciações e amortizações	3.845,83	4.675,38	(17,74)
Tributos	8.920,92	15.508,88	(42,48)
Despesas Específicas - TAFIC	1.312,50	2.625,00	(50,00)
2.2. Administração dos Investimentos	294.735,81	281.914,14	4,55
Pessoal e encargos	193.597,63	186.763,67	3,66
Treinamentos/congressos e seminários	766,80	-	100,00
Viagens e estadias	3.022,28	1.366,66	121,14
Serviços de terceiros	34.873,52	29.342,31	18,85
Despesas gerais	37.076,94	46.596,46	(20,43)
Depreciações e amortizações	5.305,57	6.687,06	(20,66)
Tributos	18.780,57	11.157,98	68,32
Despesas Específicas - TAFIC	1.312,50	-	100,00
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	21.798,12	-	4,24
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	21.798,12	-	4,24
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	51.770,91	-	106,24

QUADRO 29. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO – PB III – SALDADO

DESCRIÇÃO	Período		Variação (%)
	mar/19	mar/18	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	5.432.931,90	5.588.465,97	(2,78)
1. Custeio da Gestão Administrativa	502.716,46	770.747,84	(34,78)
1.1. Receitas	502.716,46	770.747,84	(34,78)
Custeio Administrativo dos Investimentos	315.423,24	259.271,22	21,66
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	187.293,22	511.476,62	(63,38)
2. Despesas Administrativas	491.918,48	733.117,54	(32,90)
2.1. Administração Previdencial	176.495,25	451.230,90	(60,89)
Pessoal e encargos	119.292,88	203.788,58	(41,46)
Treinamentos/congressos e seminários	328,80	-	100,00
Viagens e estadias	247,52	257,22	(3,77)
Serviços de terceiros	36.516,14	11.816,91	209,02
Despesas gerais	15.202,28	214.409,26	(92,91)
Depreciações e amortizações	1.907,63	2.296,15	(16,92)
Tributos	-	12.662,78	(100,00)
Despesas Específicas - TAFIC	3.000,00	6.000,00	(50,00)
2.2. Administração dos Investimentos	315.423,23	281.886,64	11,90
Pessoal e encargos	188.041,72	182.368,36	3,11
Treinamentos/congressos e seminários	518,40	-	100,00
Viagens e estadias	2.012,02	657,95	205,80
Serviços de terceiros	67.706,48	51.641,47	31,11
Despesas gerais	27.915,91	31.568,14	(11,57)
Depreciações e amortizações	2.852,26	3.453,25	(17,40)
Tributos	23.376,44	12.197,47	91,65
Despesas Específicas - TAFIC	3.000,00	-	100,00
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	10.797,98	37.630,30	(71,31)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	10.797,98	37.630,30	(71,31)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	5.443.729,88	5.626.096,27	(3,24)

7.3.2 Notas Explicativas

7.3.2.1 Ativo Realizável

7.3.2.1.1 Gestão Administrativa

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – R\$ 62 mil;
- b) Adiantamentos a Empregados – R\$ 120 mil;
- c) Cobertura Custeio dos Investimentos – R\$ 406 mil;
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.717 mil.

Na letra “a” os registros correspondem ao valor a receber da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de março/2019, as quais serão liquidas no mês de abril/2019.

A letra “b” refere-se ao adiantamento da 1ª parcela do 13º salário e adiantamento salarial paga aos empregados da Fundação quando entram de férias, neste último, os valores são ressarcidos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados. Ambos adiantamentos têm respaldo no acordo coletivo vigente.

A letra “c” refere-se à apropriação do valor a receber de custeio dos investimentos, oriundo dos Planos de Benefícios a ser realizado no mês de abril/2019. Os valores foram apropriados em março/2019 nos Planos de Benefícios como custeio a pagar e, no PGA, como recursos a receber.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS e IR, depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 586 mil e R\$ 3.064 mil, respectivamente, conforme extrato judicial encaminhado pelo **JCMB Advogados e Consultores**.

7.3.2.1.2 Gestão de Investimentos

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 30. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Valores em R\$ mil

Plano de Gestão Administrativa	mar/19	mar/18	AVALIAÇÃO		
			Vertical		Horizontal em relação a 2018
			2019	2018	
Investimentos	10.751	11.698			
Títulos Públicos	10.559	10.095	98,2%	86,3%	5%
Fundos de Investimento	192	1.603	1,8%	13,7%	-88%
Multimercado	192	1.603	1,8%	13,7%	-88%

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B que correspondem a 98,2% e o Fundo de Investimento Multimercado, com 1,8%. Assim como ocorre no plano CD, o fundo multimercado é de origem transitória e seu intuito é manter o menor nível possível de recursos, dado que seu empenho é inferior as referências, porém superior ao CDI.

Até março de 2019, a Carteira de Títulos Públicos Federais - NTN/B existentes no Plano de Gestão Administrativa - PGA, a gestão praticada pela Diretoria de Finanças e aprovada pelo Comitê Estratégico de Investimentos - CEI, também sofreu sensível processo de modificação, tendo em vista a continuidade do alongamento de seus vencimentos e a adequação ao comportamento da Taxa Básica de Juros - Selic administrada pelo Comitê de Política Monetária-COPOM, com objetivo de rentabilizar o Plano: (i) - Devidamente atestada pelo AETQ e (ii) - Processo precedido de avaliação do Comitê Estratégico de Investimento - CEI.

7.3.2.2 Exigível Operacional

7.3.2.2.1 Gestão Administrativa:

- a) Contas a Pagar/ Fornecedores/ Serviços de Terceiros/ Taxas – R\$ 583 mil. No entanto, as mais representativas correspondem a R\$ 58 mil relativo a Serviços de Terceiros e R\$ 361 mil referente às provisões de férias e 13º salário;
- b) Retenções a Recolher (valores de IR retidos sobre salários e de IR, PIS e COFINS de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 22 mil. Nessa conta o mais representativo corresponde ao IR retido sobre salários R\$ 19 mil;

Os valores correspondem a provisões na competência relativamente ao mês de março/2019, as quais serão liquidadas em abril/2019.

7.3.2.3 Exigível Contingencial

7.3.2.3.1 Gestão Administrativa

- a) Provisão de PIS – R\$ 586 mil;
- b) Provisão de COFINS – R\$ 3.064 mil;
- c) Provisão de IR – R\$ 56 mil;
- d) Provisão de CSLL – R\$ 1.367 mil.

Os valores especificados nas letras “a”, “b” e “c”, correspondem a depósitos judiciais. A Entidade, em 06 de março de 2006, moveu contra a Delegacia da Receita Federal de Brasília, mandado de segurança

preventivo com pedido de medida liminar no processo nº 2009.34.00.008213-4, transitando na 4ª Vara Federal de Brasília/DF. O objetivo da ação é buscar o entendimento adequado ao tratamento tributário a vigorar sobre os recursos dos planos de previdência, uma vez que a entidade entende que as contribuições sociais - PIS e COFINS não têm por base de cálculo valores aportados por participantes e patrocinadora.

É vital apresentar o “*modus operandis*” para a constituição das provisões: (I) na competência o registro é realizado como despesa da competência, tendo em vista que o pagamento é procedido até o dia 20 do mês subsequente, a contrapartida vai registrada como obrigações operacionais a pagar; (II) não se verificando o trânsito da sentença, a entidade reclassifica a obrigação a pagar em relação a contingência e o valor desembolsado como garantidor da ação, tendo em vista que é realizado o depósito judicial correspondente.

A partir de janeiro de 2015, com a publicação da Lei nº 12.973/14 no diz respeito à tese jurídica do PIS e da COFINS, a entidade passou a recolher as contribuições normalmente, e não mais depositá-las judicialmente. A nova legislação prevê a cobrança desses tributos sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, tendo sido publicada sob a égide da EC no. 20/1998, que autoriza o legislador a cobrar o PIS e a COFINS sobre essa base (diferentemente do que ocorria com a Lei 9.718/98, publicada anteriormente à EC no. 20/1998, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendido como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços). Com relação à Provisão de CSLL, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

A taxa de carregamento corresponde à aplicação de percentual definido pelo Atuário sobre as contribuições vertidas ao plano, e tem por finalidade custear as despesas administrativas da instituição São Francisco, vinculadas a atividade de previdência. Já a taxa de administração dos investimentos corresponde das despesas relacionadas à Gestão Administrativa dos Investimentos, apuradas segundo a adoção de rateios para cada área de responsabilidade, além, da taxa de administração cobrada por ocasião da concessão dos empréstimos. Com relação a essa última, vem se notando sua redução devido ao menor número de contratos firmados a cada exercício.

7.3.3 Programação Orçamentária

7.3.3.1 Plano de Gestão Administrativa - PGA:

7.3.3.1.1 Consolidado Geral Sintético, em Moeda Constante de Março de 2019:

Pelo quadro abaixo será possível identificar os valores praticados seja na receita ou gastos relativamente ao mesmo período de exercícios anteriores. No presente documento o período compreende o primeiro trimestre de 2019, estando os valores acumulados em 31/03 de cada ano, todos colocados a valores de 31/03/2019. Dessa forma, o valor nominal acumulado dos anos anteriores está trazido a valor presente devidamente atualizado pela variação do INPC das datas de suas realizações para a data citada anteriormente.

Colocado segundo o critério contido no parágrafo anterior, as avaliações verticais e horizontais tornam-se poderosos indicadores, permitindo concluir sobre a execução orçamentária, se estas se mantem, em termos reais, compatíveis com os demais exercícios e qual seu crescimento ou decréscimo.

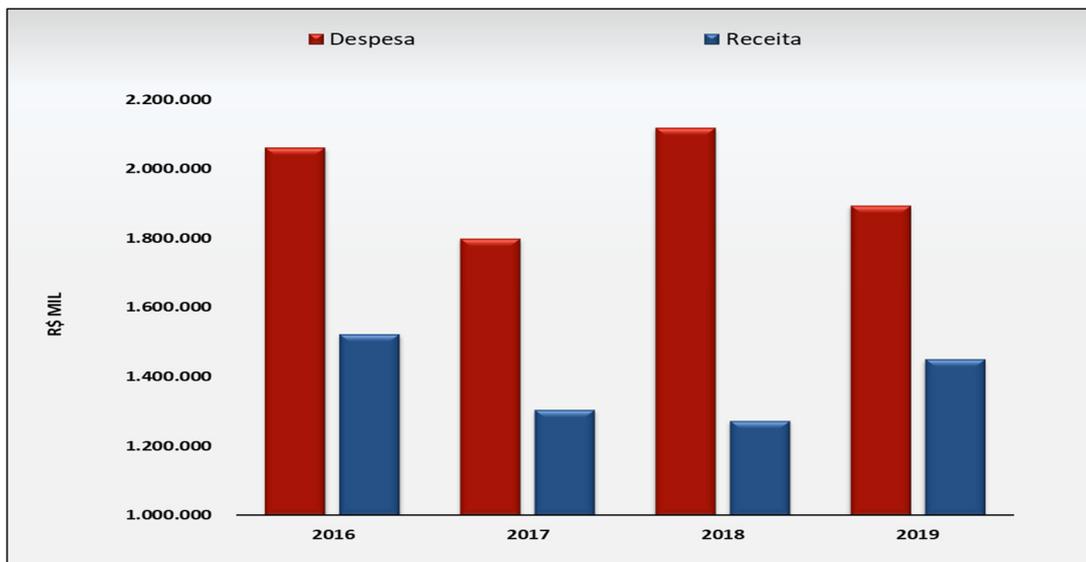
QUADRO 31. REALIZADOS COMPARADOS AO MESMO PERÍODO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO ANUAL - PGA EM MOEDA CONSTANTE									
MOEDA DE:	MARÇO				2.019	AVALIAÇÃO			
DESCRIÇÃO	Exercícios Anteriores 1º trimestre			1º Tri 2019	MÉDIA DE 2016 A 2018	VERTICAL		HORIZONTAL EM RELAÇÃO A:	
	2.016	2.017	2.018			2018	2019	MÉDIA	2018
RECEITAS	1.520.842	1.303.103	1.272.147	1.449.296	1.365.364	100%	100%	6%	14%
GESTÃO PREVIDENCIAL	539.917	487.021	240.543	247.344	422.494	19%	17%	-41%	3%
CUSTEIO PATROCINADOR(ES)	209.285	188.648	88.929	92.608	162.287	37%	37%	-43%	4%
CUSTEIO PARTICIPANTES	330.632	298.373	151.614	154.737	260.206	63%	63%	-41%	2%
GESTÃO DE INVESTIMENTOS	980.925	816.082	1.031.604	1.201.952	942.870	81%	83%	27%	17%
CUSTEIO ADMINISTRATIVO	965.166	808.666	1.028.548	1.194.520	934.126	100%	99%	28%	16%
TAXA ADM. EMPRÉSTIMOS	15.759	7.416	3.057	7.432	8.744	0%	1%	-15%	143%
DESPESAS	2.061.293	1.799.273	2.118.314	1.894.649	1.992.960	100%	100%	-5%	-11%
DESPESAS COMUNS	2.043.733	1.782.781	2.099.847	1.876.902	1.975.454	99%	99%	-5%	-11%
PESSOAL E ENCARGOS	1.297.378	1.202.771	1.279.838	1.239.892	1.259.996	61%	66%	-2%	-3%
DIRIGENTES	349.807	329.096	373.795	369.167	350.899	29%	30%	5%	-1%
PESSOAL PRÓPRIO	947.571	873.675	906.043	870.725	909.096	71%	70%	-4%	-4%
TREINAMENTOS/CONGR. E SEMINÁRIOS	2.707	2.136	-	4.182	1.614	-	0	159%	-
VIAGENS E ESTADIAS	11.722	2.031	4.228	9.039	5.993	0%	0%	51%	114%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	357.688	306.692	273.002	342.014	312.461	13%	18%	9%	25%
CONSULTORIA ATUARIAL	64.089	55.062	41.015	55.635	53.389	15%	16%	4%	36%
CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS	5.022	-	17.806	24.167	7.609	7%	7%	218%	36%
CONSULTORIA JURÍDICA	61.394	55.983	4.507	35.668	40.628	2%	10%	-12%	691%
RECURSOS HUMANOS	4.131	3.196	367	-	2.565	0%	0%	-100%	-100%
INFORMÁTICA	146.931	120.859	114.920	126.728	127.570	42%	37%	-1%	10%
AUDITORIA CONTÁBIL	10.004	9.567	11.360	10.555	10.310	4%	3%	2%	-7%
OUTRAS	66.117	62.025	83.028	89.261	70.390	30%	26%	27%	8%
DESPESAS GERAIS	237.483	159.654	419.942	172.143	272.360	20%	9%	-37%	-59%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	36.984	33.728	27.079	21.223	32.597	1%	1%	-35%	-22%
TRIBUTOS	99.771	75.771	95.759	88.410	90.433	5%	5%	-2%	-8%
DESPESAS ESPECÍFICAS	17.560	16.491	18.467	17.747	17.506	1%	1%	1%	-4%
RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS	624.614	331.925	786.360	451.896	580.966	-	-	-22%	-43%
FUNDO ADMINISTRATIVO	189.054	- 163.401	- 39.989	32.734	- 4.779	-	-	-785%	-182%

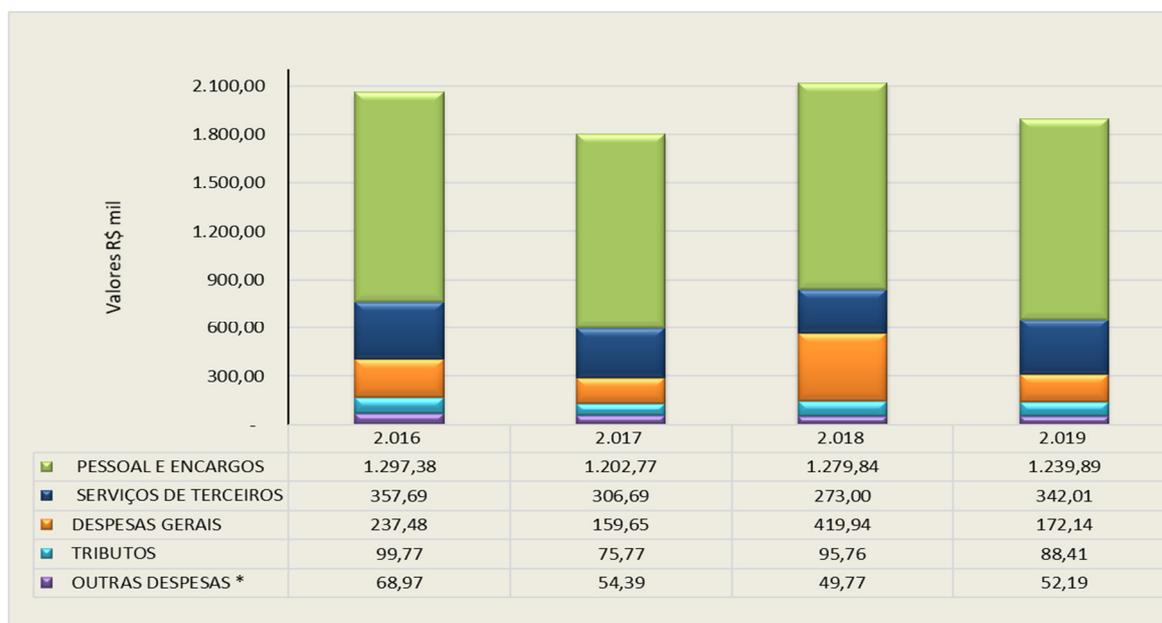
Da análise do quadro é possível identificar que as despesas administrativas estão sendo realizadas em torno de 5% abaixo da média dos anos anteriores, ficando inferior em 11% com relação ao exercício de 2018. Quanto as receitas de custeio dos investimentos, parte que corresponde 83% da receita total em 2019, o aumento sobre 2018 corresponde a 17%. No global há aumento de 6% em relação à média e 14% em relação a 2018, ainda tratando-se da avaliação do grupo das receitas. O conjunto do comportamento dos grupos, cotejando as receitas contra as despesas, permitiu a constituição de Fundo Administrativo, ao final do primeiro trimestre, em aproximadamente R\$ 32 mil.

Ainda do confronto das receitas e despesas, o presente exercício se mostra melhor que os anos de 2017 e 2018, haja vista a formação de Fundo Administrativo em 2019 contra a reversão nos citados exercícios. Esse comportamento pode ser atribuído a capacidade do plano CODEPREV em contribuir com o custeio administrativo de forma mais efetiva. O atual estágio da sua capitalização é o que produz a condição dele arcar com suas despesas administrativas dos investimentos e, até mesmo, iniciar a formação de Fundo Administrativo próprio.

Chama a atenção a baixa arrecadação de taxa de administração pelas carteiras de empréstimos, identificando assim que, o valor arrecadado com a atual taxa incidente sobre as concessões não é suficiente para cobrir todo o gasto administrativo com a carteira. Não fica evidente, entretanto ocorre de fato, a retirada de recursos reduzindo as variações positivas, produzidas pelas próprias carteiras dos empréstimos a participantes, quando a contabilidade executa as fases de rateio preconizada na Diretriz Orçamentária para cada exercício.

GRÁFICO 45. RECEITA X DESPESA

GRÁFICO 46. RECEITAS ADMINISTRATIVAS


A redução da receita da gestão previdencial de 2019 e 2018 e em relação aos anos anteriores deve-se ao fundamentalmente ao saldamento do plano BD. Com a segregação dos participantes ativos dos assistidos, os primeiros migraram para o plano saldado, os segundos permaneceram no plano BD, é a razão maior ante do fato de que o plano BS é caracterizado como não contributivo, por isso, ele deixa de pagar custeio administrativo, como se sabe, caracterizada como taxa de carregamento. Desde o início de 2018, portanto, as fontes de custeio administrativo via taxa de carregamento ocorrem somente pela participação do plano BD e CODEPREV. Como contrapartida a baixa participação da taxa de carregamento no custeio administrativo, a entidade lançou mão dos resultados dos investimentos dos planos que, passaram a suportar a necessidade de recursos, via o rateio da execução dos gastos administrativos incorridos pelos investimentos, segregados por plano.

GRÁFICO 47. DESPESAS ADMINISTRATIVAS


*Em "OUTRAS DESPESAS" estão contempladas o somatório dos "Treinamentos/Congressos e Seminários"; "Viagens e Estádias"; "Depreciação e Amortização"; e, "Despesas Específicas". Essa simplificação se fez necessária devido ao pequeno valor individual dos grupos, em relação ao total dos gastos, que plotados especificadamente não apareceriam no gráfico de barras.

Em linhas gerais, o acompanhamento dos gastos traduz o cuidado no seu fazimento como resultado da gestão empregada com discricionariedade pela equipe da fundação como um todo. As flutuações em rubricas como "Despesas Gerais" no exercício de 2018 são casos fortuitos, como o valor gerado pelo pagamento integral da dívida da São Francisco (enquanto patrocinadora do plano BD) para com o plano Saldado.

7.3.3.1.2 Resultado Consolidado, em Moeda Corrente, por Gestão:

Nos quadros a seguir ficarão evidenciadas as transferências de custeios diretamente das variações dos investimentos dos planos de benefícios, quando anteriormente era suportada somente pela taxa de carregamento (sobrecarga administrativa nas contribuições) para a cobertura dos gastos com a gestão administrativa previdencial. A alteração se deveu a ausência de custeio administrativo nos planos BD e BS. O primeiro pelo não ingresso de recursos novos, devido a sua situação peculiar de somente possuir participantes assistidos; o segundo, por se tratar de plano previdenciário não contributivo. A alteração de metodologia só foi possível depois de identificada em 2018 a execução orçamentária, ensejando assim, mudanças nas regras contidas nas Diretrizes Orçamentárias, anualmente apresentadas pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo que, como órgão colegiado superior, reconheceu a necessidade da mudança quando as aprovou.

A Fundação revisou os percentuais de rateio, tendo por base as atividades dos centros de custos, movida pelos seguintes fatores: - O crescimento patrimonial do plano CODEPREV; Ausência de previsão de arrecadação de custeio administrativo nos planos BD e BS; e, reequilíbrio entre as fontes de custeio e gastos administrativos incorridos por cada plano. Importante finalizar os apontamentos fazendo lembrar que é função também do processo de orçamentação, identificar os gastos e as fontes de custeio anualmente, como boa prática de governança, haja vista a sempre necessária revisão quantitativa e qualitativa dos gastos.

QUADRO 32. GESTÃO ADMINISTRATIVA PREVIDENCIAL

EXERCÍCIO	2018	2019	%
RESULTADO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	- 788.332	- 532.842	-32
RECEITAS	229.639	245.705	7
Custeio Patrocinadores	84.872	91.962	8
Custeio Participantes	144.767	153.743	6
DESPEAS	1.017.971	778.547	-24
Despesas Comuns	1.000.346	769.735	-23
Pessoal e Encargos	579.668	568.361	-2
Dirigentes	196.439	209.543	7
Pessoal Próprio	383.229	358.819	-6
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	2.085	-
Viagens e Estadias	1.101	1.093	-1
Serviços de Terceiros	83.216	112.563	35
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	83.216	112.563	35
Consultoria Atuarial	39.139	55.251	41
Consultoria Jurídica	495	3.514	610
Recursos Humanos	140	-	-100
Informática	40.292	50.806	26
Auditoria Contábil	3.150	2.993	-5
Despesas Gerais	272.186	65.235	-76
Depreciações e Amortizações	10.506	8.630	-18
Tributos	53.669	11.769	-78
Despesas Específicas	17.625	8.813	-50

QUADRO 33. GESTÃO ADMINISTRATIVA DE INVESTIMENTOS

EXERCÍCIO	2018	2019	%
RESULTADO DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS	-	116.532	-
RECEITAS	984.598	1.193.862	21
Custeio Administrativo	981.679	1.186.475	21
Taxa de Administração de Empréstimos	2.919	7.387	153
DESPEAS	984.598	1.077.330	9
Despesas Comuns	984.598	1.068.518	9
Pessoal e Encargos	641.813	663.143	3
Dirigentes	160.297	157.140	-2
Pessoal Próprio	481.515	506.003	5
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	2.055	-
Viagens e Estadias	2.936	7.930	170
Serviços de Terceiros	158.500	201.211	27
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	158.500	201.211	27
Consultoria de Investimentos	78.758	88.358	12
Consultoria Jurídica	4.302	32.251	650
Recursos Humanos	210	-	-100
Informática	69.380	75.045	8
Outras	5.850	5.558	-5
Despesas Gerais	128.336	105.750	-18
Depreciações e Amortizações	15.332	12.447	-19
Tributos	37.682	75.982	102
Despesas Específicas	-	8.813	-
RESULTADO ANTES DO RENDIMENTO DO INVESTIMENTO	- 788.332	- 416.310	-47
RENDIMENTO DO INVESTIMENTO	749.584	447.535	-40
FORMAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	- 38.748	31.225	-181

Mesmo com o resultado dos investimentos, que neste primeiro trimestre de 2019 foi em torno de 40% menor em relação ao mesmo período de 2018, o resultado do PGA propiciou a formação de um fundo administrativo em aproximadamente R\$ 32 mil. Este resultado se deve ao custeio administrativo dos investimentos que estão suportando a redução da receita administrativa previdencial em face às suas despesas, somado ao rendimento do próprio investimento do PGA.

7.3.3.1.3 Despesas Administrativas por Centro de Custo:

Os quadros abaixo demonstram o acompanhamento orçamentário por unidade de despesa, os denominados centros de custos. Em primeiro plano estão as 3 unidades consolidadoras de custos, representadas pela Superintendência, Diretoria de Segurança e Diretoria de Finanças. Depois, desmembradas, cada unidade que se subordinam funcionalmente a cada uma das unidades orgânicas consolidadoras.

Como a apresentação do acompanhamento do orçamento por centro de custo está em construção a partir deste relatório, melhores explicações sobre o comportamento dos gastos pelas diferentes áreas funcionais será apresentado na próxima edição do relatório gerencial trimestral.

a) Consolidado da Diretoria Executiva

Neste item demonstra-se a concentração de gastos segundo o organograma empresarial, no nível de acumulação dos órgãos pertencentes a Diretoria Executiva.

TABELA 34. GASTOS CONSOLIDADOS DIREX

Grupo de Despesas	Superintendência			Diretoria de Finanças			Diretoria de Seguridade		
	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
Pessoal e Encargos	337.219,42	357.033,95	6%	306.895,36	310.871,68	1%	632.332,77	563.598,37	-11%
Treinamentos	-	2.580,00	-	-	-	-	-	1.560,00	-
Viagens/Estadias	1.305,29	-	-100%	-	5.003,20	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	23.550,16	34.540,90	47%	281.800,60	157.850,64	-44%	101.842,62	121.382,21	19%
Despesas Gerais	39.589,19	33.570,41	-15%	43.068,45	43.669,29	1%	148.173,12	111.369,90	-25%
Depreciação/Amortização	897,30	1.091,07	22%	869,08	676,17	-22%	24.070,88	19.309,09	-20%
Tributos	-	-	-	60.622,67	66.122,24	9%	20.723,82	21.628,25	4%
TOTAL	402.561,36	428.816,33	7%	693.256,16	584.193,22	-16%	927.143,21	838.847,82	-10%

b) Superintendência

Neste item demonstra-se os gastos segundo o funcionograma das áreas subordinadas ao centro de custo título do item.

TABELA 35. DETALHAMENTO DOS CENTROS DE CUSTOS SUBORDINADOS

Grupo de Despesas	Diretor Superintendente											
	Orçado	Realizado	%									
Pessoal e Encargos	163.989,42	164.878,29	1%									
Treinamentos	-	600,00	-									
Viagens/Estadias	1.044,85	-	-100%									
Serviços de Terceiros	1.157,77	8.507,72	635%									
Despesas Gerais	28.256,68	25.504,46	-10%									
Depreciação/Amortização	106,00	68,50	-35%									
TOTAL	194.554,72	199.558,97	3%									

Grupo de Despesas	Assessoria			Secretária			Gerente Contabil			Contabilidade		
	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
Pessoal e Encargos	57.512,75	68.232,87	19%	22.648,97	22.103,18	-2%	42.870,03	52.945,60	24%	50.198,25	48.874,01	-3%
Treinamentos	-	780,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.200,00	-
Viagens/Estadias	260,44	-	-100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	1.078,56	1.139,33	6%	1.078,56	1.139,26	6%	10.598,77	10.923,94	3%	9.636,50	12.830,65	33%
Despesas Gerais	1.290,14	1.344,54	4%	1.707,24	1.765,11	3%	6.186,21	3.069,96	-50%	2.148,92	1.886,34	-12%
Depreciação/Amortização	208,77	208,77	0%	160,78	160,78	0%	207,22	207,22	0%	214,53	445,80	108%
TOTAL	60.350,66	71.705,51	19%	25.595,55	25.168,33	-2%	59.862,23	67.146,72	12%	62.198,20	65.236,80	5%

c) Diretoria de Seguridade

Neste item demonstra-se os gastos segundo o funcionograma das áreas subordinadas ao centro de custo título do item.

Chama-se a atenção para a ocorrência de divergências que importam em tomada de decisão a fim de saná-las, ainda que não importe na ocorrência de erro, pois, os centros de custos funcionais Arrecadação e Benefícios não possuem a distribuição de colaboradores entre si. Em outras palavras, é fácil constatar que o primeiro possui despesas com pessoal e o segundo não há. Dessa forma é importante haver ajuste de lotação dos colaboradores dando equilíbrio e ajustando os centros de custos condizentes com suas atribuições funcionais.

Com relação ao centro de custo TI, lembra-se por oportuno que no quadro de colaboradores da entidade o serviço de infraestrutura de TI é prestado por pessoa jurídica e, dessa forma, não há gastos com pessoal por parte da entidade.

TABELA 36. DETALHAMENTO DOS CENTROS DE CUSTOS SUBORDINADOS

Grupo de Despesas	Diretor de Seguridade		
	Orçado	Realizado	%
Pessoal e Encargos	176.102,03	173.485,11	-1%
Treinamentos	-	-	-
Serviços de Terceiros	1.548,28	1.139,26	-26%
Despesas Gerais	3.991,07	4.113,39	3%
Depreciação/Amortização	49,25	59,74	21%
TOTAL	181.690,63	178.797,50	-2%

Grupo de Despesas	Gerente Administrativo			Geral			Tesouraria			TI		
	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
Pessoal e Encargos	79.998,26	77.412,99	-3%	114.425,48	104.721,79	-8%	24.907,38	23.223,01	-7%	-	-	-
Treinamentos	-	780,00	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Viagens/Estadias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	1.193,78	2.373,93	99%	21.659,61	20.162,38	-7%	8.928,69	6.696,56	-25%	4.627,08	6.578,27	42%
Despesas Gerais	4.024,26	2.293,87	-43%	117.319,06	83.013,27	-29%	1.745,96	1.829,57	5%	1.379,42	1.304,60	-5%
Depreciação/Amortização	954,87	1.176,47	23%	18.911,41	14.237,84	-25%	188,75	154,86	-18%	3.255,03	3.030,91	-7%
TOTAL	86.171,17	84.037,26	-2%	272.315,56	222.135,28	-18%	35.770,78	31.904,00	-11%	9.261,53	10.913,78	18%

Grupo de Despesas	Gerente de Benefícios			Arrecadação			Benefícios		
	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
Pessoal e Encargos	90.084,92	89.447,17	-1%	100.442,59	95.308,30	-5%	46.372,11	-	-100%
Treinamentos	-	780,00	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	55.798,40	57.624,93	3%	10.147,66	13.806,45	36%	2.060,88	13.000,43	-731%
Despesas Gerais	4.428,71	5.680,18	28%	2.232,82	2.280,08	2%	13.051,82	10.854,94	-17%
Depreciação/Amortização	156,91	47,36	-70%	443,91	601,91	36%	110,75	-	-100%
Tributos	20.723,82	21.628,25	4%	-	-	-	-	-	-
TOTAL	171.192,76	175.207,89	2%	113.266,98	111.996,74	-1%	57.473,80	23.855,37	-58%

d) Diretoria de Finanças

Neste item demonstra-se os gastos segundo o funcionograma das áreas subordinadas ao centro de custo título do item.

Importante observar os gastos envolvidos nas unidades funcionais denominadas Imóveis e Empréstimos. Na primeira, os gastos perfizeram no primeiro trimestre R\$ 63.539 e, no segundo R\$ 64.296. Relativamente aos citados centros há que se ter em mente o fato de que os resultados das carteiras de

investimentos precisariam pagar as referidas importâncias, e nesse ponto, vislumbra-se a deficiência de geração de recursos pelo primeiro e um resultado superior com relação ao segundo. Dito de outra forma, o enquanto os investimentos em imóveis geram poucos resultados sua situação como resultado final fica ainda pior se forem agregados os gastos administrativos para a gestão do segmento; no segmento de empréstimo, seu resultado absolutamente satisfatório pode absorver os gastos administrativos e ainda gerarem ganhos compatíveis com as necessidades atuariais do segmento.

TABELA 37. DETALHAMENTO DOS CENTROS DE CUSTOS SUBORDINADOS

Grupo de Despesas	Diretor de Finanças		
	Orçado	Realizado	%
Pessoal e Encargos	109.827,24	115.191,88	5%
Viagens/Estadias	-	1.445,14	-
Serviços de Terceiros	1.078,56	1.836,94	70%
Despesas Gerais	3.199,36	4.067,24	27%
Depreciação/Amortização	282,28	252,14	-11%
Tributos	-	-	-
TOTAL	114.387,44	122.793,34	7%

Grupo de Despesas	Gerente de Finanças			Imóveis			Mercado de Capitais			Empréstimos		
	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%	Orçado	Realizado	%
Pessoal e Encargos	82.250,38	82.584,41	-	28.362,47	30.275,09	7%	36.186,58	33.854,29	-6%	50.268,69	48.966,01	-3%
Viagens/Estadias	-	3.558,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	164.061,79	11.162,36	-93%	9.944,17	31.535,74	217%	96.209,03	100.331,71	4%	10.507,05	12.983,89	24%
Despesas Gerais	8.767,06	10.528,49	20%	1.052,67	1.500,98	43%	27.889,90	25.271,95	-9%	2.159,46	2.300,63	7%
Depreciação/Amortização	201,35	91,80	-54%	171,30	227,63	33%	168,15	58,60	-65%	46,00	46,00	-
Tributos	60.622,67	66.122,24	9%	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	315.903,25	174.047,36	-45%	39.530,61	63.539,44	61%	160.453,66	159.516,55	-1%	62.981,20	64.296,53	2%

7.3.3.1.4 Orçado X Realizado Administrativo, Sintético por Plano:

QUADRO 34. PLANO DE BENEFÍCIO I

Descrição	1º Trimestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Constituição/Reversão Fundo Administrativo (1+2)	-128	-1	-99
1. Receitas	753	789	5
Custeio Administrativo Previdencial	44	54	23
Custeio Administrativo de Investimentos	508	475	-7
Fluxo dos Investimentos	200	260	30
2. Despesas	-881	-790	-10
Despesa Administrativa Previdencial	-372	-323	-13
Despesa Administrativa de Investimentos	-508	-467	-8

O desvio dos gastos entre orçado e realizado é 10% menor nas despesas, em contrapartida as receitas que ficaram em torno de 5% maior do que orçado. Esse comportamento permitiu praticamente que não houvesse a reversão de fundo administrativo do plano BD, ou seja, as fontes de receitas foram suficientes para pagar os gastos realizados sem que se necessitasse recorrer aos recursos depositados no fundo administrativo.

QUADRO 35. CODEPREV

Descrição	1º Trimestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Constituição/Reversão Fundo Administrativo (1+2)	26	22	-15
1. Receitas	656	596	-9
Custeio Administrativo Previdencial	186	192	3
Custeio Administrativo de Investimentos	471	404	-14
2. Despesas	-631	-574	-9
Despesa Administrativa Previdencial	-286	-279	-2
Despesa Administrativa de Investimentos	-344	-295	-14

QUADRO 36. BENEFÍCIO SALDADO

Descrição	1º Trimestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Constituição/Reversão Fundo Administrativo (1+2)	-177	11	-106
1. Receitas	339	503	48
Custeio Administrativo Previdencial	-	-	-
Custeio Administrativo de Investimentos	339	315	-7
Fluxo dos Investimentos	-	187	-
2. Despesas	-516	-492	-5
Despesa Administrativa Previdencial	-177	-176	-0,16
Despesa Administrativa de Investimentos	-339	-315	-7

Houve desvio na receita de 48% proveniente do custeio dos investimentos. Justifica-se pelo fato de o custeio ter sido orçado em sua totalidade no plano BD.

7.3.3.1.5 Resultado da Política de Investimentos do PGA, por Plano de Benefício:

QUADRO 37. PLANO DE BENEFÍCIO I

Descrição	1º Trimestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Fluxo Positivo dos Investimentos	71	447	529
1. Receita Bruta dos Investimentos	71	447	529
Títulos Públicos	65	436	569
Fundos de Investimento	6	10	77

CODEPREV

Em face do pequeno valor do Fundo Administrativo não é esperado que seja possível elaborar um quadro para a sua apresentação diante do fato dele estar expresso em R\$ mil.

QUADRO 38. BENEFÍCIO SALDADO

Descrição	1º Trimestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Fluxo Positivo dos Investimentos	48	551	1.043
1. Receita Bruta dos Investimentos	48	551	1.043
Títulos Públicos	44	526	1.089
Fundos de Investimento	4	24	520

7.3.3.1.6 Indicadores Projetados para o Ano (Base Dados do 1º Trimestre):

Os dados foram anualizados linearmente, ou seja, sabendo-se que o primeiro trimestre equivale a 3 meses toma-se o valor obtido equivalendo-o ao que se espera para 12 meses. Essa forma de projeção serve somente para se ter ideia do valor em base anual, e visa conferir qual será o valor do indicador para o exercício, caso o comportamento dos demais trimestres seja o mesmo desenvolvido no primeiro trimestre. Essa sistemática será empregada sempre a cada trimestre considerando o valor obtido acumulado até a data do fechamento contábil de cada um deles.

TABELA 38. BASE DAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2019	
	Orçado Anual	Realizado Proporcional Anual
Adições	39.851	39.944
Deduções	55.332	50.271
Total	95.183	90.215
Custeio Previdencial	996	985
Custeio dos Investimentos	5.095	4.775
Total	6.091	5.760
Gastos Previdenciais	3.442	3.114
Gastos dos Investimentos	4.638	4.309
Total	8.080	7.424

Comentários:

A quantidade de participantes é a última disponível, sem se proceder a qualquer ajuste para o exercício, ou seja, considera-se que o valor atual será o mesmo no fechamento do exercício.

TABELA 39. BASE PARA OS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

ATIVO	Orçado	Realizado Proporcional
LÍQUIDO	861.415	898.663
TOTAL	-	964.332

QUADRO 39. RESULTADO DOS INDICADORES ESTIMADOS

INDICADORES ESTIMADOS PARA 2019 - HIPÓTESE ORÇAMENTÁRIA	Orçado	Realizado	Limites
Custeio administrativo total em relação as adições mais deduções - %	6,40	6,39	9,00
Custeio administrativo total em relação ao ativo liq. total - %	0,71	0,64	1,00
Custo administrativo total em relação ao ativo liq. total - %	0,94	0,83	1,20
Custo administrativo previdencial por número de participantes - R\$	1.561	1.438	2.300
Custo administrativo de investimentos em relação aos recursos garantidores - %	0,59	0,53	1,00

INDICADORES ESTIPULADOS NO REGULAMENTO DO PGA - 1º TRIMESTRE	Orçado	Realizado	%
Custo com serviços de terceiros em relação às despesas administrativas - %	19	17	-11
Treinamento por áreas (1+2) - R\$	-	3.960	-
1- Gerência	-	2.580	-
a) Administrativa	-	-	-
b) Previdencial	-	780	-
c) Investimentos	-	600	-
d) Contabilidade	-	1.200	-
2- Diretoria	-	1.380	-
a) Superintendência	-	1.380	-
b) Seguridade	-	-	-
c) Investimentos	-	-	-

QUADRO 40. INDICADORES GASTOS ADMINISTRATIVOS – FONTE PREVIC

DESCRIÇÃO	2018	2019*
Despesa Total/Ativo Total	0,90%	0,77%
Despesas/Receitas	1,41%	1,29%
Despesa Total per capita	3.404	3.367

* Valores estimados pela Fundação para o fechamento do exercício.

7.3.3.2 Orçado e Realizado dos Planos de Benefícios:

7.3.3.2.1 Consolidado Geral Sintético, em Moeda Constante de Março de 2019:

7.3.3.2.2 Plano de Benefício Definido I - BD:

QUADRO 41. EVOLUÇÃO DA RESERVA

Descrição	1º Trimestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Déficit/Superávit (1+2+3+4+5)	-1.221	10.868	-990
1. Adições	2.059	2.588	26
2. Deduções	-8.607	-10.860	26
3. Custeio Previdencial	-44	-54	22
4. Fluxo dos Investimentos	7.014	15.841	126
5. Provisões Matemáticas	- 1.643	3.354	-304

QUADRO 42. RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS

Descrição	1º Trimestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Fluxo Positivo dos Investimentos (1+2)	7.014	15.841	126
1. Receita Bruta dos Investimentos	7.522	16.316	117
Títulos Públicos	5.193	10.009	93
Créditos Privados e Depósitos	595	310	-48
Fundo de Liquidez	29	14	-50
Ações (Em Fundos)	1.552	4.454	187
FIDCS	-	-10	-
Participações	-	1.471	-
Empréstimos	154	130	-16
Imóveis	-	-62	-
2. Total Custeio Investimento	-508	-475	-7
Custeio Gestão Adm Investimento	-508	-467	-8
Custeio Empréstimo	-	-7	-

7.3.3.2.3 Codeprev:

QUADRO 43. EVOLUÇÃO DA RESERVA

Descrição	1º Trimestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Déficit/Superávit (1+2+3+4+5)	-	-	-
1. Adições	6.184	6.388	3
2. Deduções	-	-1.430	-
3. Custeio Previdencial	-186	-192	3
4. Fluxo dos Investimentos	1.957	6.231	218
5. Fundos Previdenciais	-7.956	-518	-93

QUADRO 44. RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS

Descrição	1º Trimestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Fluxo Positivo dos Investimentos (1+2)	1.957	6.231	218
1. Receita Bruta dos Investimentos	2.428	6.635	173
Títulos Públicos	2.271	6.235	175
Fundo de Liquidez	23	11	-51
Ações (Em Fundos)	134	389	190
2. Total Custeio Investimento	-471	-404	-14
Custeio Gestão Adm Investimento	-471	-404	-14

7.3.3.2.4 Benefício Saldado:

a) Evolução da Reserva

Houve um excesso de precaução quanto à possibilidade de saída de recursos quando das premissas orçamentárias, as quais não se confirmaram.

QUADRO 45. EVOLUÇÃO DA RESERVA

Descrição	1º Trimestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Déficit/Superávit (1+2+3+4+5)	-2.182	3.335	-253
1.Adições	1.061	1.011	-5
2.Deduções	-4.162	-277	-93
4.Fluxo dos Investimentos	5.131	9.804	91
5.Provisões Matemáticas	- 4.213	- 7.203	71

QUADRO 46. RESULTADOS POR GRUPOS DE ATIVOS

Descrição	1º Trimestre		
	Orçado	Realizado	%
A) Fluxo Positivo dos Investimentos (1+2)	5.131	9.804	91
1. Receita Bruta dos Investimentos	5.471	10.119	85
Títulos Públicos	4.038	5.673	41
Créditos Privados e Depósitos	351	187	-47
Fundo de Liquidez	18	32	78
Ações (Em Fundos)	1.053	3.011	186
FIDCS	-	-7	-
Participações	-	998	-
Empréstimos	11	268	2234
Imóveis	-	-42	-
2. Total Custeio Investimento	-339	-315	-7
Custeio Gestão Adm Investimento	-339	-315	-7

